

## EDITAL

### Edital Consulta Publica da Proposta de Plano de Cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo

---

**PEDRO FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DO PAUL DO BOQUILOBO (RNPB)**

FAZ PÚBLICO, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que a partir do dia 4 de novembro de 2024, encontra-se em consulta pública, pelo período de 20 dias úteis, a proposta de Plano de Cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (RNPB).

No âmbito do direito à participação dos interessados, a referida proposta de Plano poderá ser consultada, entre 11 de novembro e 6 de dezembro de 2024, na página eletrónica do Município de Torres Novas, em [www.cm-torresnovas.pt](http://www.cm-torresnovas.pt)

Os contributos devem ser enviados para o correio eletrónico [geral@cm-torresnovas.pt](mailto:geral@cm-torresnovas.pt) ou por via postal para Câmara Municipal de Torres Novas, Largo das Forças Armadas, nº 1, 2350-754 Torres Novas, devendo para o efeito indicar a identificação do requerente e a descrição do contributo.

Indica-se ainda, que decorrerão duas sessões de esclarecimento sobre a proposta de Plano de Cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (RNPB), a primeira das quais que decorrerá no dia 13 de novembro pelas 18h 30 no Museu Agrícola na Freguesia de Riachos, concelho de Torres Novas e a segunda sessão de esclarecimento decorrerá, no dia 20 de novembro de 2024, pelas 18h 30, no Observatório da Biosfera do Paul do Boquilobo, na Freguesia de Azinhaga, concelho de Golegã.

Para constar lavrou-se o presente edital que vai ser publicado nos sítios da internet dos Municípios de Torres Novas e Golegã, e das outras entidades que constituem a Comissão de Cogestão da RNPB, bem como afixados nos locais do costume.

Paços do Concelho de Torres Novas, 31 de outubro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal,

O Presidente da Câmara Municipal

PEDRO  
PAULO  
RAMOS  
FERREIRA

Digitally signed by  
PEDRO PAULO  
RAMOS FERREIRA  
Date: 2024.11.04  
09:47:28 +00:00

---

Pedro Paulo Ramos Ferreira

PROPOSTA DE PLANO DE COGESTÃO  
RESERVA NATURAL DO PAUL DO BOQUILOBO



*Novembro 2024*

2024/2027

A Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do Artigo 12º do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, apresenta a proposta de Plano de Cogestão da Reserva Natural do Boquilobo.

## FICHA TÉCNICA

Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (RNPB):

Técnico	Função/Entidade
Marco Cardoso	Técnico de Apoio à Cogestão
Rui Pombo	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.)
Fernando José Serrão de Faria Pereira	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.)
Ana Cristina Falcão	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.)
Maria de Jesus Fernandes	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.)
Mário Antunes	Agrotejo/Ongatejo
António Camilo	Câmara Municipal da Golegã (CMG)
Pedro Ferreira	Câmara Municipal de Torres Novas (CMTN)
Luís Santos	Instituto Politécnico de Tomar
Filipa Coelho	Associação 30por1linha
Jorge Rodrigues	ADIRN
António Manuel Vieira Lopes	Agrobio
Luís Mota	Museu Agrícola de Riachos

Referência: Comissão de Cogestão da RNPB

Plano de Cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo

Comissão de Cogestão e Estrutura de Apoio à implementação do modelo de cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo

Aprovado pela Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo

## ENTIDADES REPRESENTANTES

- O Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, que preside à comissão de cogestão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Presidente da Câmara Municipal da Golegã;
- O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo chefe da Divisão das Áreas Classificadas e Cogestão de Áreas Protegidas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Representante do Instituto Politécnico de Tomar;
- Representante da AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- Representante da ONGATEJO — Organização Não Governamental do Ambiente;
- Representante da ADIRN — Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte;
- Representante da 3OPOR1LINHA — Associação Sociocultural e Ambiental.

## Figura 1 – Inserção da RNPB no território

### Índice

FICHA TÉCNICA .....	3
ENTIDADES REPRESENTANTES .....	4
Índice de Figuras .....	7
Índice de Tabela .....	8
Lista de acrónimos e siglas .....	10
Créditos fotográficos .....	12
I. ENQUADRAMENTO .....	13
II - MODELO DE COGESTÃO .....	13
1. Constituição do conselho estratégico .....	14
2. Constituição da comissão de cogestão.....	15
3. Objetivos do plano de cogestão .....	17
III. MISSÃO, VISÃO E VALORES .....	18
IV. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	18
Eixo A – Valorização, melhoria e qualificação de estruturas, informação e serviços da RNPB	19
Área-chave 1: Ordenamento e qualificação da visitação .....	19
Área-chave 2: Valorização e prospeção de conteúdo informativo sobre a RNPB.....	19
Área-chave 3: Qualificação de serviços da RNPB .....	19
Eixo B - Comunicação, sensibilização, participação e promoção da RNPB.....	19
Objetivos do eixo:.....	19
Área-chave 1: Comunicação e promoção .....	20
Área-chave 2: Sensibilização e compromisso .....	20
Área-chave 3: Colaboração e gestão participativa .....	20
Eixo C – Promoção do desenvolvimento socioeconómico e utilização sustentável da RNPB .	20
Objetivos do eixo:.....	20
Área-chave 1: Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividades humanas com os recursos naturais .....	21
Área-chave 2: Desenvolvimento socioeconómico .....	21
Eixo Complementar D – Gestão dos níveis hídricos, minimização de eventos climáticos extremos e preservação da biodiversidade.....	21
Objetivos do eixo:.....	21
Área-chave 1: Gestão hidrológica .....	21
Área- chave 2: Controle e remoção de espécies exóticas .....	21

Área-chave 3: Recuperação de habitats e espécies.....	21
IV- CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA .....	22
1. Localização da Reserva Natural do Paul do Boquilobo.....	22
2. Classificação e Regime de Proteção da RNPB.....	23
1. Reserva da Biosfera do Paul do Boquilobo .....	29
2. Important Bird Area.....	30
3. Sítio RAMSAR do Paul do Boquilobo .....	31
V - CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA RNPB.....	32
1. Clima .....	32
2. Paisagem.....	32
3. Fisiografia.....	33
4. Hidrografia .....	33
5. Flora e vegetação .....	36
6. Fauna.....	39
6.1. Ictiofauna .....	40
6.2. Herpetofauna .....	42
6.3. Avifauna.....	43
6.4. Mamofauna.....	50
6.5. Outros elementos faunísticos relevantes .....	51
7. Ocupação humana do território.....	51
7.1. As quintas.....	52
7.2. A propriedade do Estado .....	54
7.3. Outros proprietários .....	55
8. Património Histórico e Cultural.....	56
8.1. Património construído e arqueológico dentro da Reserva Natural.....	56
8.2. Município de Torres Novas .....	59
8.3. Município da Golegã .....	63
8.4. Património gastronómico .....	66
9. Atual Uso/ Ocupação do solo .....	66
10. Sócio economia .....	71
10.1. Dentro da área protegida.....	71
10.2. Municípios de Torres Novas e Golegã .....	72
10.3. Alojamento e operadores turísticos.....	74
10.4. Dados de visitação na RNPB .....	76



10.5. Estruturas de apoio à visitação .....	79
VI. Diagnóstico Prospetivo da Área Protegida .....	82
1.Fatores Críticos .....	83
2. Estratégia, eixos e áreas-chave de intervenção .....	84
3. Auscultação e envolvimento dos atores-chave .....	85
VII. Programa de Medidas e Ações Prioritárias .....	100
Eixo A – Valorização, melhoria e qualificação de estruturas, informação e serviços da RNPB .....	101
EIXO B: COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB.....	104
EIXO C: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB .....	107
EIXO COMPLEMENTAR D: GESTÃO DOS NIVEIS HÍDRICOS, MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. ....	110
VIII - FICHAS DE AÇÃO ESPECIFICAS .....	115

## Índice de Figuras

FIGURA 1- INSERÇÃO NACIONAL E NAS NUTS II E NUTS III.....	22
FIGURA 2- FREGUESIAS E CONCELHOS DA RNPB .....	23
FIGURA 3- ZONAMENTO DE RNPB, COMO DEFINIDO NO PLANO DE ORDENAMENTO .....	28
FIGURA 4- DELIMITAÇÃO DOS ESTATUTOS DE PROTEÇÃO DA RNPB.....	31
FIGURA 5- VISTA GERAL RNPB (FOTO FERNANDO FPEREIRA) .....	35
FIGURA 6- PERFIL HIDROGRÁFICO DO RIO ALMONDA.....	33
FIGURA 7- BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ALMONDA.....	34
FIGURA 8- CHEIA NO CAMPO 23 DE FEVEREIRO DE 2010 (FOTO FERNANDO F PEREIRA).....	35
FIGURA 9- LÍRIO AMARELO DOS PAUIS ( <i>IRIS PSEUDACORUS</i> ) (FOTO MARCO CARDOSO) .....	37
FIGURA 10- ÁREA INFESTADA COM JACINTO DE ÁGUA (FOTO MARCO CARDOSO) .....	39
FIGURA 11-ANILHAGEM DE AVES SILVESTRES (FOTO ANTÓNIO KOOL) .....	40
FIGURA 12- OSGA COMUM ( <i>TARENTOLA MAURITANICA</i> ) (FOTO FERNANDOF.PEREIRA) .....	43
FIGURA 13- ÁGUIA-PESQUEIRA ( <i>PANDION HALIAETUS</i> ) (FOTO CARLOS LIMA) .....	44
FIGURA 14- COLÓNIA (FOTO ANTÓNIO KOOL).....	47
FIGURA 15- TIRA-OLHOS-OUTONAL ( <i>AESHNA MIXTA</i> ) (FOTO CARLOS LIMA) .....	51
FIGURA 16- QUINTA DA BROA (FOTO FERNANDOFPEREIRA).....	54
FIGURA 17- REGIME DE PROPRIEDADE DOS TERRENOS NA RNPB.....	56
FIGURA 18- QUINTA DO PAUL (FOTO FERANANDOFPEREIRA).....	58
FIGURA 19- ATUAL OCUPAÇÃO LEVANTAMENTO A PARTIR DE ORTOFOTOMAPA (VOO DEZEMBRO 2015) .....	67
FIGURA 20- PROPRIEDADE DO ESTADO, ÁREA COM SOBREIROS (FOTO MARCO CARDOSO). ....	71
FIGURA 21- VARIAÇÃO DO Nº DE VISITANTES CONTABILIZADOS NA RNPB DESDE 1996 .....	76
FIGURA 22- VISITANTES NO TRILHO DE DESCOBERTA DA NATUREZA (FOTO MARCO CARDOSOS) .....	77
FIGURA 23- VISITAS GUIADAS POR TÉCNICO DAS RNPB E Nº DE VISITANTES NO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO .....	77
FIGURA 24- PROMOTORES DAS ATIVIDADES REALIZADAS NA RNPB.....	78
FIGURA 25-TIPOLOGIA DOS VISITANTES REGISTRADOS NA RNPB EM 2023.....	78
FIGURA 26- PROVENIÊNCIA DOS VISITANTES CONTABILIZADOS NA RNPB .....	79

FIGURA 27- CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E GARAGEM EM OUTUBRO DE 2012 (Foto FERNANDOFA PEREIRA).....	80
FIGURA 28-TRILHO DE DESCOBERTA DA NATUREZA E PRINCIPAIS VALÊNCIAS SEGUNDO O FOLHETO DE DIVULGAÇÃO. ....	81
FIGURA 29- ANÁLISE SWOT DA RNPB COM BASE NOS INQUÉRITOS REALIZADOS À POPULAÇÃO .....	83
FIGURA 30- GÉNERO DOS INQUIRIDOS .....	86
FIGURA 31-IDADE DOS INQUIRIDOS .....	86
FIGURA 32- NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS INQUIRIDOS .....	87
FIGURA 33- SETOR DE ATIVIDADE DOS INQUIRIDOS .....	87
FIGURA 34- ATIVIDADE PROFISSIONAL DOS INQUIRIDOS.....	88
FIGURA 35- RELAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS DA AP .....	88
FIGURA 36- CONCELHO DE RESIDÊNCIA DOS INQUIRIDOS .....	89
FIGURA 37-NATURALIDADE DOS INQUIRIDOS.....	89
FIGURA 38- CONHECIMENTO SOBRE A AP .....	90
FIGURA 39- VISITANTE NO TRILHO DE DESCOBERTA DA NATUREZA.....	90
FIGURA 40-CONHECIMENTO DO CI POR PARTE DOS INQUIRIDOS.....	91
FIGURA 41-VISUALIZAÇÃO DO FILME PROMOCIONAL DA RNPB.....	91
FIGURA 42-PARTICIPAÇÃO DOS INQUIRIDOS EM ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA RNPB.....	92
FIGURA 43-CONHECIMENTO DO MODELO DE COGESTÃO POR PARTE DOS INQUIRIDOS.....	92
FIGURA 44-INTERESSE EM PARTICIPAR EM ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA RNPB. ....	93
FIGURA 45-IMPORTÂNCIA DAS AUTARQUIAS NA GESTÃO DA RNPB.....	93
FIGURA 46-ATIVIDADES ECONÓMICAS DOS INQUIRIDOS NA RNPB E TERRITÓRIO ENVOLVENTE.....	94
FIGURA 47- CLASSIFICAÇÃO DA RNPB E IMPACTO NAS ATIVIDADES ECONÓMICAS. ....	94
FIGURA 48-IDENTIFICAÇÃO DA REGIÃO E DA MARCA RNPB E RBPB NOS PRODUTOS OU SERVIÇOS .....	95
FIGURA 49-OPORTUNIDADES ECONÓMICAS GERADAS PELA RNPB .....	95
FIGURA 50- RNPB COMO UM ATIVO TURÍSTICO PARA O TERRITÓRIO .....	96
FIGURA 51- RELAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES ECONÓMICAS E A CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS .....	96
FIGURA 52- AVALIAÇÃO MÉDIA DE CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA RNPB .....	97
FIGURA 53-PRIORIZAÇÃO DA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS INERENTES À RNPB .....	98
FIGURA 54- DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB.....	98
FIGURA 55- VALORES NATURAIS RELEVANTES DA RNPB .....	99
FIGURA 56- PRINCIPAIS POTENCIALIDADE DA RNPB .....	99
FIGURA 57- PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS DA RNPB .....	100

## Índice de Tabela

TABELA 1 – ÁREA E RESPECTIVA PERCENTAGEM DOS CONCELHOS E FREGUESIAS INSERIDOS NA RNPB.....	23
TABELA 2- ÁREAS, CONCELHO E FREGUESIAS INCLUÍDAS NA RNPB RELATIVAMENTE AO ZONAMENTO PREVISTO NO PORNPB	29
TABELA 3- ESPÉCIES DE AVES QUE OCORREM NA RNPB, CLASSIFICADAS SEGUNDO AS DIFERENTES ORDENS, SUA FENOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE AMEAÇA NACIONAL DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DA UICN .....	49
TABELA 4- REGIME DE PROPRIEDADE DENTRO DA RNPB .....	55
TABELA 5- OCUPAÇÃO DO SOLO NA RNPB SEGUNDO A COS 2008.....	67
TABELA 6- DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE TORRES NOVAS E GOLEGÃ E FREGUESIAS DA RNPB .....	73
TABELA 7-GRAU DE ESCOLARIDADE E TAXA DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DE FREGUESIAS DA RNPB.....	73
TABELA 8- DADOS DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NOS DIFERENTES SETORES DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS .....	74
TABELA 9- MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS E GOLEGÃ OFERTA ALOJAMENTO LOCAL .....	75
TABELA 10-MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS E GOLEGÃ Nº DE EMPREENDIMENTOS E CAPACIDADE MÁXIMA.....	75
TABELA 11-QUADRO RESUMO DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS DO PLANO DE COGESTÃO.....	100
TABELA 12- QUADRO RESUMO EIXO A, ÁREA CHAVE 1, MEDIDA 1 .....	101
TABELA 13- QUADRO RESUMO, EIXO A, ÁREA CHAVE 1, MEDIDA 2.....	102
TABELA 14-QUADRO RESUMO, EIXO A, ÁREA CHAVE 2, MEDIDA 1 .....	103

TABELA 15- QUADRO RESUMO, EIXO A, ÁREA CHAVE 2, MEDIDA 2 .....	103
TABELA 16- QUADRO RESUMO EIXO A, ÁREA CHAVE 3, MEDIDA 1.....	104
TABELA 17- QUADRO RESUMO, EIXO B, ÁREA CHAVE 1, MEDIDA 2 .....	105
TABELA 18- QUADRO RESUMO, EIXO B, ÁREA CHAVE 2, MEDIDA 1 .....	106
TABELA 19- EIXO B, ÁREA CHAVE 2, MEDIDA 1.....	106
TABELA 20- QUADRO RESUMO, EIXO B, ÁREA CHAVE 3, MEDIDA 1 .....	107
TABELA 21- QUADRO RESUMO, EIXO C, ÁREA CHAVE 1, MEDIDA 1 .....	108
TABELA 22- QUADRO RESUMO, ÁREA CHAVE 1, MEDIDA 2 .....	108
TABELA 23- QUADRO RESUMO EIXO C, ÁREA CHAVE 2, MEDIDA 1.....	109
TABELA 24- ÁREA CHAVE 2, MEDIDA 2 .....	109
TABELA 25- QUADRO RESUMO, EIXO D, ÁREA CHAVE 1, MEDIDA 1.....	110
TABELA 26- QUADRO RESUMO, EIXO D, ÁREA CHAVE 2, MEDIDA 1.....	111
TABELA 27- QUADRO RESUMO, EIXO D, ÁREA CHAVE 2, MEDIDA 2.....	111
TABELA 28- QUADRO RESUMO, EIXO D, ÁREA CHAVE 2, MEDIDA 3.....	112
TABELA 29- CALENDARIZAÇÃO ANUAL DOS INVESTIMENTOS .....	113
TABELA 30-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.1.1 .....	115
TABELA 31-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.1.2 .....	115
TABELA 32- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.1.3.....	116
TABELA 33-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.1.4 .....	116
TABELA 34- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.2.1 .....	117
TABELA 35- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.2.2 .....	117
TABELA 36- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.2.3 .....	118
TABELA 37- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.2.3.....	118
TABELA 38- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.1.5.....	119
TABELA 39- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.2.6 .....	119
TABELA 40-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.2.7 .....	120
TABELA 41- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA 1.2.8 .....	120
TABELA 42-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.1.2.9 .....	121
TABELA 43- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.2.1.1.....	121
TABELA 44- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.2.1.2 .....	122
TABELA 45- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.2.2.1 .....	122
TABELA 46- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.3.1.1 .....	123
TABELA 47- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.3.1.2.....	123
TABELA 48-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA A.3.1.3 .....	124
TABELA 49-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.1.1.1 .....	124
TABELA 50- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.1.1.2.....	125
TABELA 51- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.1.1.3.....	125
TABELA 52- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.1.1.4 .....	126
TABELA 53- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.1.1.5.....	126
TABELA 54-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.1.2.1 .....	127
TABELA 55-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.1.2.1 .....	127
TABELA 56- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.2.1.1 .....	128
TABELA 57- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.2.1.2 .....	128
TABELA 58- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.2.1.3.....	129
TABELA 59- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.2.1.4.....	129
TABELA 60-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.2.2.1 .....	130
TABELA 61- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.2.2.1 .....	130
TABELA 62- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA B.3.1.2 .....	131
TABELA 63- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.1.1.1 .....	131
TABELA 64-FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.1.1.2 .....	132
TABELA 65- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.1.1.3.....	132

TABELA 66- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.1.1.4. ....	133
TABELA 67- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.1.2.1. ....	133
TABELA 68- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.1.2.2. ....	134
TABELA 69- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.2.1.1. ....	134
TABELA 70- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.2.2.1. ....	135
TABELA 71- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.2.2.2. ....	135
TABELA 72- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.2.2.3. ....	136
TABELA 73- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA C.2.2.4. ....	136
TABELA 74- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA D.1.1.1. ....	137
TABELA 75- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA D.1.1.2. ....	137
TABELA 76- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA D.2.1.1. ....	138
TABELA 77- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA D.2.1.2. ....	138
TABELA 78- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA D.2.1.3. ....	139
TABELA 79- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA D.3.1.1. ....	139
TABELA 80- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA D.3.1.2. ....	140
TABELA 81- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA D.3.2.1. ....	140
TABELA 82- FICHA DE AÇÃO ESPECÍFICA D.3.2.2. ....	141

## Lista de acrónimos e siglas

ADIRN	Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
AGROTEJO	União Agrícola do Norte do Vale do Tejo
AP	Área Protegida
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional LVT
CCRNPB	Comissão de cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo
CMG	Câmara Municipal da Golegã
CMTN	Câmara Municipal de Torres Novas
COS	Carta de Ocupação do Solo
IBA	Important Bird Area
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P.
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPT	Instituto Politécnico de Tomar
MaB	Man and Biosphere
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OTL	Ocupação dos Tempos Livres
ONGATEJO	Organização Não Governamental de Ambiente
PORNPB	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul do Boquilobo
RBPB	Reserva da Biosfera do Paul do Boquilobo
RNAAT	Registo Nacional de Agentes de Animação Turística
RNAL	Registo Nacional dos Estabelecimentos de Alojamento Local
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RNET	Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos
RNPB	Reserva Natural do Paul do Boquilobo
RNT	Registo Nacional de Turismo
UF	União de Freguesias

UNESCO  
ZPE

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
Zona de Proteção Especial

## Créditos fotográficos

Vista geral a partir do primeiro observatório (Marco Cardoso)  
Vista geral da RNPB a partir da margem direita do Rio Almonda, aluviões quaternários, para a lezíria (FernandoFPereira)  
Cheia no campo 23 de fevereiro de 2010 (FernandoFPereira)  
Lírio-amarelo-dos-pauis (Marco Cardoso)  
Área infestada com jacinto-de-água (Marco Cardoso)  
Anilhagem de aves silvestres (António Kool)  
Osga-comum (FernandoFPereira)  
Águia-pesqueira (Carlos Lima)  
Colónia (António Kool)  
Tira-olhos-outonal, *Aeshna mixta* (Carlos Lima)  
Quinta da Broa (FernandoFPereira)  
Quinta do Paul (FernandoFPereira)  
Propriedade do Estado, área com sobreiros (Marco Cardoso)  
Visitantes no trilho de descoberta da natureza (Marco Cardoso)  
Centro de Interpretação e garagem em outubro de 2012 (FernandoFPereira)

## I. ENQUADRAMENTO

O Plano de Cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo é o instrumento orientador de gestão da comissão de cogestão da área protegida, que estabelece a estratégia a ser implementada com o objetivo de valorizar e promover o território, sensibilizar as comunidades locais e melhorar a comunicação com todos os intervenientes e utilizadores, incluindo um programa de medidas e ações para concretizar essa estratégia (conforme alínea a), n.º 1, art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação).

Este plano de cogestão representa o referencial estratégico para a cogestão da Área Protegida (AP) durante o período de 2024 a 2027, com o objetivo de criar uma dinâmica compartilhada para a sua valorização, tendo por base a sustentabilidade nas dimensões ecológica, territorial e cultural, política, social e económica, especialmente nos campos da promoção, sensibilização e comunicação.

A elaboração da proposta de Plano de Cogestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (RNPB) é da responsabilidade da comissão de cogestão, tendo sido realizada em conformidade com os preceitos legais e procedimentos aplicáveis.

A proposta de Plano de Cogestão da RNPB será objeto de Consulta Pública de 20 dias úteis de acordo com os termos e efeitos estipulados no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação

Ao Plano de Cogestão da RNPB aplicam-se os limites da reserva natural e, quando apropriado, as zonas circundantes dentro dos limites administrativos dos municípios de Torres Novas e Golegã, quando necessário para a execução das medidas e ações previstas no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação, visando alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável nessa área protegida.

O Plano de Cogestão da RNPB para o quadriénio 2024 a 2027, incluindo os indicadores de realização estabelecidos no Anexo à Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, será posteriormente objeto de parecer prévio pelo conselho estratégico, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação. Será finalmente aprovada por unanimidade pela comissão de cogestão da reserva natural conforme alínea i) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação.

## II - MODELO DE COGESTÃO

A cogestão das áreas protegidas foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, posteriormente revista pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, com Declaração de Retificação n.º 1-F/2024, de 15 de janeiro. Aplica-se às áreas protegidas de âmbito nacional que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), está ancorada na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030),

aprovada com Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, e concretiza a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelecida pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

A cogestão prossegue uma gestão de proximidade assente num modelo participativo e colaborativo, que perspetiva o reforço da atratividade e do desenvolvimento económico e social dos territórios que integram as áreas protegidas (AP).

Neste modelo de gestão participam diversos atores, públicos e privados, envolvidos nos seguintes órgãos: comissão de cogestão e conselho estratégico.

O modelo de cogestão incide especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação, está balizado nos princípios e nas normas legais e regulamentares aplicáveis às áreas protegidas, em especial as previstas no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB) e na ENCNB 2030, e não inclui a prática de atos reservados por lei ou regulamento à autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente a prática de atos permissivos relativos a atividades condicionadas na área protegida.

No âmbito do quadro legislativo vigente, em 16 de abril de 2021, os municípios que integram a RNPB (Golegã e Torres Novas) — solicitaram ao ICNF a adoção do modelo de cogestão, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, tendo igualmente, nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 7.º do mesmo decreto-lei, designado o Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas para presidir à comissão de cogestão.

Para apoio à implementação do modelo de cogestão da RNPB, foi celebrado o Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental, a Ongatejo e o ICNF, com data de assinatura de 01 de julho de 2022, com vista à contratação de um técnico para apoio à elaboração do Plano de Cogestão desta reserva natural.

## 1. Constituição do conselho estratégico

O conselho estratégico é um órgão de natureza consultiva previsto no RJCNB e na estrutura orgânica da autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, conforme disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, revogado pelo Decreto-Lei n.º 78/2015, de 1 de maio.

No âmbito estrito da cogestão, são competências do conselho estratégico, tal como expresso nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação:



Artigo 11.º

**Competências do conselho estratégico no âmbito da cogestão da área protegida**

1 — Compete ao conselho estratégico no âmbito específico da cogestão da área protegida:

- a) *Apreciar e emitir parecer prévio sobre o plano de cogestão da área protegida, incluindo os indicadores de realização propostos;*
- b) *Apreciar e emitir parecer sobre o plano anual de atividades e orçamento, bem como sobre o relatório de execução de atividades anual relativo à cogestão da área protegida;*
- c) *Apreciar quaisquer outros instrumentos ou assuntos relativos à cogestão da área protegida que lhe sejam submetidos pela comissão de cogestão;*
- d) *Apoiar a comissão de cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida, bem como dos potenciais beneficiários;*
- e) *Identificar e analisar problemas que revelam natureza sistémica e que afetam a área protegida, propondo soluções e elaborando recomendações à comissão de cogestão;*
- f) *Apoiar a execução de medidas e ações do plano de cogestão da área protegida, nomeadamente através do disposto no número seguinte.*

2 — *O regulamento interno do Conselho Estratégico pode prever secções especializadas em função dos setores de atividades relevantes para o desenvolvimento sustentável da área protegida.*

O conselho estratégico da RNPB integra representantes de diversas entidades, conforme estabelece o n.º 1 do Despacho n.º 6065/2015, de 4 de junho, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, designadamente:

1 — *Integram o Conselho Estratégico da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (RNPB) as seguintes entidades:*

- a) *Um representante do ICNF, I.P.;*
- b) *Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;*
- c) *Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente;*
- d) *Um representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;*
- e) *Um representante da Câmara Municipal da Golegã;*
- f) *Um representante da Câmara Municipal de Torres Novas;*
- g) *Um representante das Juntas de Freguesia da área da RNPB;*
- h) *Um representante da Universidade de Coimbra;*
- i) *Um representante do Instituto Superior de Agronomia;*
- j) *Um representante do Instituto Politécnico de Tomar;*
- k) *Um representante das Associações de Agricultores;*
- l) *Um representante das Organizações do Sector da Caça;*
- m) *Um representante da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa;*
- n) *Um representante dos Operadores de Turismo de Natureza;*
- o) *Um representante das Associações de Desenvolvimento local/regional;*
- p) *Um representante das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área da RNPB;*
- q) *Até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.*

## 2. Constituição da comissão de cogestão

A comissão de cogestão assume as funções de órgão de administração e gestão, perante o Estado e a comunidade, com a missão de criar uma dinâmica partilhada de valorização

da AP, que aproxime os cidadãos e as instituições relevantes, recorrendo a procedimentos participativos e concertados para um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade.

Os municípios integrantes da RNPB (Golegã e Torres Novas) formalizaram a proposta de integração dos representantes de instituições de ensino superior e de três outras entidades, ao abrigo do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação.

Reunido a 29 de julho de 2021, o conselho estratégico da RNPB, emitiu parecer favorável à integração na comissão de cogestão das entidades propostas pelos municípios de Golegã e Torres Novas.

Após formalizada a proposta dos representantes a integrar a comissão de cogestão, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território designaram no Despacho n.º 9329/2021, de 22 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 185, de 22 de setembro de 2021, a comissão de cogestão da RNPB, para um mandato de 4 anos, que integra:

- *O Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, que preside à comissão de cogestão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Presidente da Câmara Municipal da Golegã;*
- *O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo chefe da Divisão das Áreas Classificadas e Cogestão de Áreas Protegidas de Lisboa e Vale do Tejo;*
- *Representante do Instituto Politécnico de Tomar;*
- *Representante da AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;*
- *Representante da ONGATEJO — Organização Não Governamental do Ambiente;*
- *Representante da ADIRN — Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte;*
- *Representante da 3OPOR1LINHA — Associação Sociocultural e Ambiental.*

Por via do Despacho n.º 2971/2024, de 20 de março, da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 57, de 20 de março de 2023, a comissão de cogestão da RNPB, foi alterada e passou a ter a seguinte composição:

- *O Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, que preside à comissão de cogestão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Presidente da Câmara Municipal da Golegã;*
- *O diretor regional da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo diretor do*

*Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade de Lisboa e Vale do Tejo;*

- *Representante do Instituto Politécnico de Tomar;*
- *Representante da AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;*
- *Representante da ONGATEJO — Organização Não Governamental do Ambiente;*
- *Representante da ADIRN — Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte;*
- *Representante da 3OPOR1LINHA — Associação Sociocultural e Ambiental;*
- *O vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo com a área do Ambiente e da Conservação da Natureza, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo diretor da Unidade de Ambiente, Conservação da Natureza e Biodiversidade.*

### 3. Objetivos do plano de cogestão

De acordo com o modelo de cogestão das AP e conforme consta no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação, o plano de cogestão da RNBP deve ter em conta o seguinte:

*Artigo 13.º*

#### **Plano de cogestão da área protegida**

*1 — O plano de cogestão articula-se com o programa especial da respetiva área protegida e consagra a visão e a estratégia a seguir tendo por propósito a valorização e a promoção da área protegida, podendo considerar, quando adequado e devidamente fundamentado, as zonas envolventes às áreas protegidas e que sejam relevantes para o seu desenvolvimento sustentável.*

*2 — O plano de cogestão consubstancia um compromisso entre as entidades envolvidas na sua execução e obedece aos seguintes princípios gerais: Ser um documento mobilizador e consensual entre os parceiros;*

- a) Estar suportado numa caracterização e diagnóstico prospetivo da área protegida;*
- b) Materializar um conjunto de projetos e ações consideradas prioritárias para valorizar a área protegida;*
- c) Definir as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores;*
- d) Definir potenciais fontes de financiamento e parceiros para cada medida prevista;*
- e) Ser o documento de suporte à elaboração do plano anual de atividades, que deve refletir o grau de desenvolvimento e execução do plano de cogestão;*
- f) Articular-se com o programa de execução e plano de financiamento que acompanha o programa especial da área protegida.*

*3 — Para efeitos do disposto nas alíneas c) e d) do número anterior, devem ser considerados, preferencialmente, projetos e ações de:*

- a) Promoção de atividades económicas desenvolvidas na área protegida que sejam compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença;*
- b) Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres;*
- c) Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais;*

- d) *Promoção de atividades desenvolvidas em meio natural que potenciem o turismo de natureza e o desporto de natureza;*
- e) *Promoção de bens produzidos com recursos endógenos;*
- f) *Promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas à manutenção das atividades e produtos tradicionais;*
- g) *Fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes;*
- h) *Promoção da marca «Natural.pt»;*
- i) *Informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território;*
- j) *Aprofundamento da gestão colaborativa;*
- k) *Promoção do sentido de pertença das populações e dos atores chave;*
- l) *Internacionalização do território.*

4 — *O plano de cogestão deve ser elaborado e aprovado no prazo de um ano a contar da data de designação da comissão de cogestão da respetiva área protegida e deve considerar um horizonte temporal mínimo de três anos para a sua execução.*

5 — *A revisão do plano de cogestão deve ter início antes do termo do prazo determinado para a sua execução global.*

### III. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Missão, Visão e Valores definidos para a implementação do modelo de cogestão na RNPB são os seguintes:

Missão: Dinamizar a gestão integrada da Reserva Natural nos domínios da comunicação, sensibilização e promoção, privilegiando as áreas da visitação, da educação ambiental e da valorização do património natural e cultural da região.

Visão: Consolidar e melhorar a gestão colaborativa promotora da conservação e da biodiversidade na área protegida e territórios envolventes, num modelo de governança de proximidade.

Valores: Cooperação, partilha, compromisso, transparência, comunicação, sustentabilidade, respeito patrimonial, responsabilidade.

### IV. EIXOS ESTRATÉGICOS

O plano de cogestão está subdividido em quatro eixos estratégicos, com diferente objetivos e definição de medidas para os atingir, a saber:

## Eixo A – Valorização, melhoria e qualificação de estruturas, informação e serviços da RNPB

### Objetivos do eixo:

- Melhorar as infraestruturas da reserva natural para apoiar a conservação e a visitação;
- Melhorar os serviços oferecidos aos visitantes, incluindo informações e educação;
- Capacitar a equipa da reserva natural para melhor gerir e manter suas infraestruturas e serviços;
- Garantir que as informações disponíveis sejam precisas e atualizadas;
- Promover a conservação da biodiversidade e do ambiente natural da reserva natural.

### Área-chave 1: Ordenamento e qualificação da visitação

**Medida 1:** Promover e ordenar as atividades de visitação e a monitorização dos visitantes;

**Medida 2:** Promover e ordenar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação

### Área-chave 2: Valorização e prospeção de conteúdo informativo sobre a RNPB

- **Medida 1:** Reunir conteúdo informativo sobre a área protegida;
- **Medida 2:** Centralizar a informação relevante à área protegida numa plataforma afeta à cogestão.

### Área-chave 3: Qualificação de serviços da RNPB

- **Medida 1:** Capacitar a RNPB de ferramentas não-invasivas que permitam melhor entendimento do território.

## Eixo B - Comunicação, sensibilização, participação e promoção da RNPB

### Objetivos do eixo:

- Aumentar a consciencialização sobre a reserva natural e sua importância para a conservação;
- Educar o público sobre os ecossistemas, a biodiversidade e as práticas de conservação;
- Envolver ativamente a comunidade local na gestão da reserva natural;
- Promover práticas de visitação responsável e sustentável na reserva natural;
- Criar parcerias e colaborações para fortalecer o apoio à conservação da reserva natural;
- Divulgar os resultados das pesquisas e monitorização realizados na reserva natural.

### Área-chave 1: Comunicação e promoção

**Medida 1:** Comunicar e promover o território da RNPB;

**Medida 2:** Reconhecer e valorizar infraestruturas existentes que funcionem como portas de entrada da RNPB.

### Área-chave 2: Sensibilização e compromisso

**Medida 1:** Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais da RNPB e a educação ambiental para o público em geral;

**Medida 2:** Cultivar o sentido de pertença.

### Área-chave 3: Colaboração e gestão participativa

**Medida 1:** Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável da RNPB;

## Eixo C – Promoção do desenvolvimento socioeconómico e utilização sustentável da RNPB

### Objetivos do eixo:

- Fomentar o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais;
- Promover o turismo responsável e a utilização sustentável dos recursos naturais;
- Conservar o património cultural e promover a identidade local;
- Captar recursos para financiar a gestão e a conservação contínua da reserva natural;
- Monitorizar e avaliar o impacto socioeconómico das atividades no território da reserva natural.

### Área-chave 1: Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividades humanas com os recursos naturais

- **Medida 1:** Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social;
- **Medida 2:** Consolidar oferta turística.

### Área-chave 2: Desenvolvimento socioeconómico

**Medida 1:** Valorizar e preservar o património cultural;

**Medida 2:** Cativar recursos.

### Eixo Complementar D – Gestão dos níveis hídricos, minimização de eventos climáticos extremos e preservação da biodiversidade

#### Objetivos do eixo:

- Melhorar a gestão hidrológica na RNPB;
- Desenvolver estratégias de adaptação climática na RNPB;
- Estabelecer planos de contingência para desastres hídricos;
- Fomentar parcerias para gestão hidrológica;
- Estudar e adotar tecnologias inovadoras;
- Combate a espécies invasoras na reserva RNPB e RBPB;
- Monitorizar, valorizar e preservar a biodiversidade.

### Área-chave 1: Gestão hidrológica

**Medida 1:** Aumentar a resiliência do território em termos hidrológicos.

### Área-chave 2: Controle e remoção de espécies exóticas

**Medida 1:** Diminuição das ameaças à biodiversidade.

### Área-chave 3: Recuperação de habitats e espécies

**Medida 1:** Recuperação e reconversão de habitats;

**Medida 2:** Monitorização e recuperação de espécies.

## IV- CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA

### 1. Localização da Reserva Natural do Paul do Boquilobo

Localizada na região Centro do país, mais precisamente no distrito de Santarém, a RNPB localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Almonda, afluente da margem direita do Tejo (imagens 1).

Ocupa uma área de 817 ha que se subdivide em 4 zonas distintas com grau de proteção diferenciado: área de proteção total (189 ha), área de proteção parcial (167 ha), área de proteção complementar (436 ha) e zona de intervenção específica (25 ha).

Situa-se na transição entre os terraços fluviais plistocénicos e as aluviões holocénicos da lezíria. A propriedade do Estado ocupa uma área total de 176 ha, correspondendo a 150 ha de área de proteção total, a 25,5 ha de área de proteção parcial e a 0,5 ha em zona de intervenção específica.

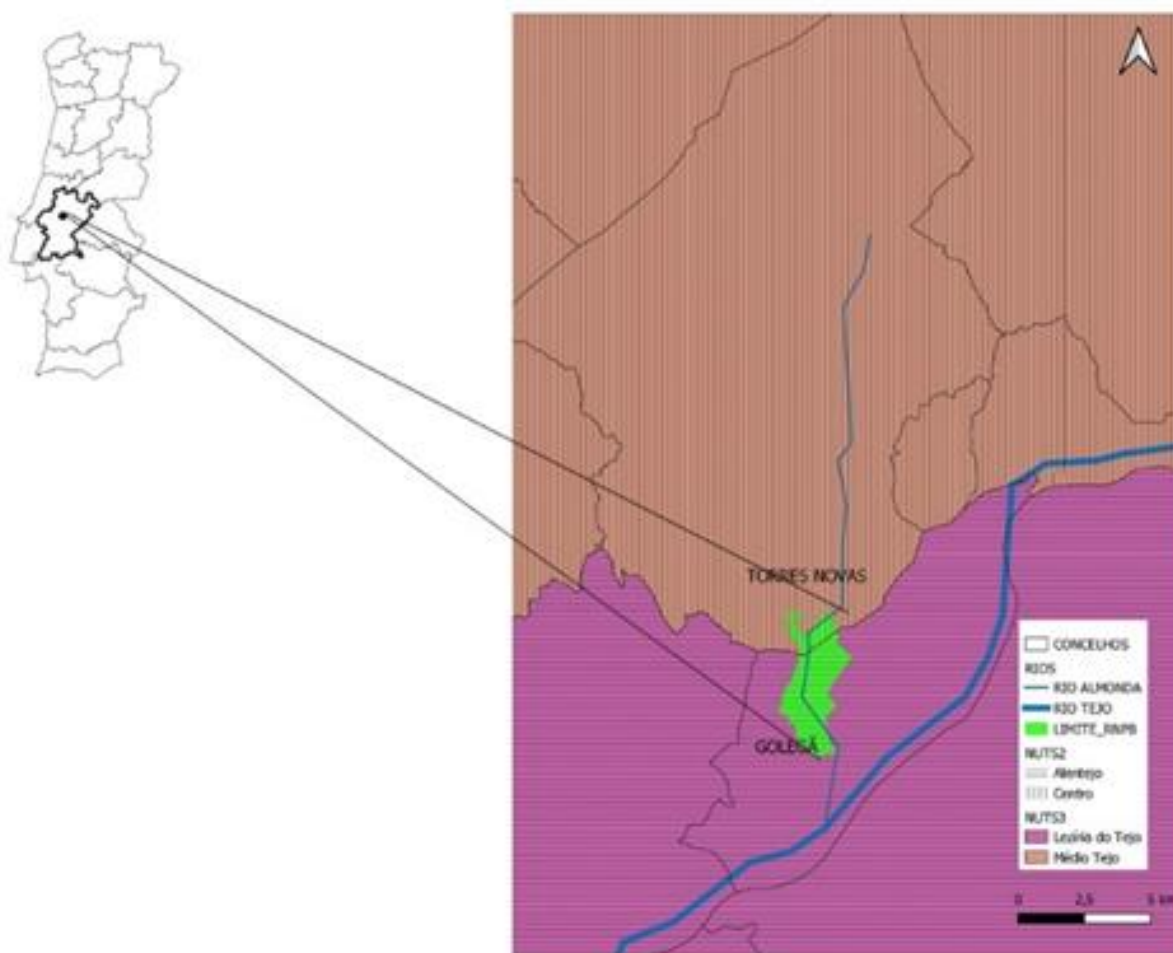


Figura 1 – Inserção da RNPB no território Nacional e nas NUTS II e NUTS III

A designação "Paul" refere-se a uma zona alagada ou pântano, enquanto "Boquilobo" se refere ao nome da localidade próxima, que está inserida no território envolvente da reserva. Engloba uma área pantanosa, permanente alagada, integrada na planície aluvial sujeita a cheias periódicas que, num inverno normal ultrapassam facilmente os limites da



reserva natural, sem prejuízo da mesma incluir também área agrícola e florestal situada acima do limite máximo das cheias registadas.

Embora a reserve esteja maioritariamente inserida na freguesia da Azinhaga, concelho da Golegã, estende-se também pela freguesia da Golegã (que dá o nome ao concelho) e, do concelho de Torres Novas, pela freguesia de Riachos e a União de freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel (figura 2).

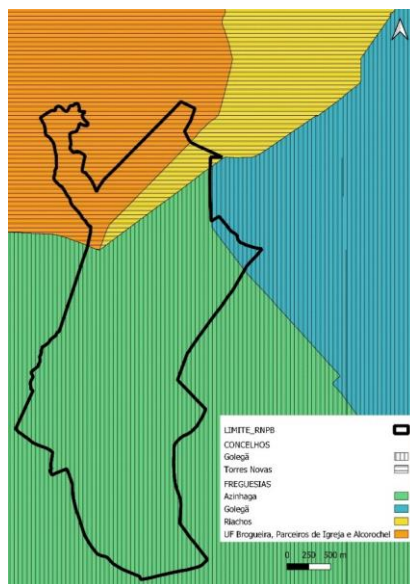


Figura 2- Freguesias e concelhos da RNPB

Na tabela 1 apresentam-se as áreas totais dos concelhos dos diferentes concelhos e freguesias englobados na RNPB, e sua área e percentagem englobada nos limites da reserva, sendo notório a elevada representatividade da freguesia da Azinhaga.

	Área total (ha)	Área RNPB (ha)	%total Con/Freg	% total RNPB
CONC. TORRES NOVAS	27000	149	0,55	18,24
CONC. GOLEGÃ	8432	668	7,92	81,76
<b>Total</b>	<b>35432</b>	<b>817</b>	<b>8,47</b>	<b>100</b>
Freguesia Riachos	1457	41	2,81	5,02
UF. Brog.,Parc., Alc.	4207	108	2,55	13,22
Freguesia Golegã	3840	11	0,28	1,34
Freguesia Azinhaga	3821	657	17,19	80,42
<b>Total</b>	<b>13325</b>	<b>817</b>	<b>22,83</b>	<b>100</b>

Tabela 1 – Área e respetiva percentagem dos concelhos e freguesias inseridos na RNPB

## 2. Classificação e Regime de Proteção da RNPB

Esta área protegida foi criada em 1980 como Reserva Natural Parcial do Paul do Boquilobo (Decreto-Lei n.º 198/80, de 24 de junho), com uma área de 524 ha, sendo referido, no preâmbulo deste diploma, como especialmente relevantes as seguintes características:

- *Existência de dois maciços de salgueiros, num dos quais está a instalada a maior colónia de garças da Península Ibérica, constituindo o outro habitat potencial de expansão ou recurso para aquela colónia;*
- *Uma zona permanentemente alagada na margem direita do rio com grande densidade de vegetação aquática, constituindo importantíssimo local de nidificação da fauna aquática;*
- *Uma extensa zona de caniçal de grande valor para fauna paleártica invernante em Portugal, com especial referência para os patos.*

Foi posteriormente reclassificada em 1997 (Decreto-Regulamentar n.º 49/97, de 20 de novembro) como Reserva Natural do Paul do Boquilobo.

O Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro, no seu anexo VIII, integra a área Protegida na Rede Natura, pela sua importância para a avifauna, como Zona de Proteção Especial (ZPE) do Paul do Boquilobo com uma superfície de 432,78 ha.

Finalmente, os seus limites são alargados para a área atual, 817 ha, pelo Decreto-Regulamentar n.º 2/2005, de 23 de março.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2008, de 18 de março, publica o Plano de Ordenamento da RNPB (PORNPB), ainda em vigor, e que define os seguintes objetivos:

#### *Artigo 2.º*

##### **Objetivos**

*1 — O PORNPB estabelece os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, assegurando a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável da área de intervenção e fixando regras com vista à harmonização e compatibilização das atividades humanas com a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e com a diversidade e funcionalidade ecológicas, à melhoria da qualidade devida e ao desenvolvimento económico das populações aí presentes.*

*2 — Sem prejuízo do disposto no artigo 3.º do Decreto- -Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, constituem objetivos gerais do PORNPB:*

*a) Assegurar, à luz dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural desta área, uma correta estratégia de conservação e gestão que permita a concretização dos objetivos que presidiram à sua classificação como reserva natural;*

*b) Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais da fauna e flora selvagens protegidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo Decreto - Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro;*

*c) Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a proteção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença;*

*d) Determinar, atendendo aos valores naturais em causa, os estatutos de proteção adequados às diferentes áreas, bem como definir as respetivas prioridades de intervenção.*

*3 — Sem prejuízo do disposto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 49/97, de 20 de Novembro, na redação dada pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2005, de 23 de Março, constituem objetivos específicos do PORNPB:*

*a) Estabelecer uma área central, estritamente protegida, com zonas permanentemente inundadas, essencial à instalação da colónia de ardeídeos e proteção da avifauna paleártica invernante;*

- b) Manter áreas sazonalmente inundadas e de uso extensivo, entre a área central e as áreas periféricas de uso agrícola intensivo;
- c) Restabelecer as ligações hídricas aos rios Almonda e Tejo e desassorear várzeas e valas, permitindo alargar épocas e áreas de inundação, invertendo a atual tendência de redução da zona húmida;
- d) Recuperar a rede de galerias ripícolas e sebes de compartimenta o e proteção;
- e) Adequar as práticas agrícolas, silvícolas, pastoris e piscatórias   gestão sustentável dos recursos e   conserva o dos valores naturais;
- f) Ordenar o uso recreativo e a acessibilidade pública, afastando-os das zonas onde os valores naturais são mais vulneráveis, com utiliza o preferencial de estruturas e áreas periféricas.
- 4 — Os objetivos do PORNPB devem, preferencialmente, ser atingidos através da concretiza o de medidas expressas em planos de gestão.

O PORNPB estabelece um zonamento identificando áreas com regimes de proteção diferenciados, tal como estabelecido nos seus artigos 10  a 17 :

####  reas de proteção total

##### Artigo 10. 

#### Âmbito e objetivos

- 1 — As áreas de proteção total correspondem a espaços onde os valores naturais assumem um carácter de excecionalidade para a conserva o da natureza e que se caracterizam pela sua elevada vulnerabilidade aos fatores que alteram o funcionamento dos ecossistemas.
- 2 — As áreas de proteção total abrangem áreas permanentemente inundadas com ilhas de salgueiros, áreas temporariamente inundadas com vegeta o tipo arrelvados, caniç l, bunhal, juncal, maciços de vegeta o arbórea (salgueiros e borrazeiras) e mata de transição.
- 3 — Estas áreas destinam -se a garantir a manuten o em estado de conserva o favorável dos elementos que constituem os ecossistemas e dos processos naturais em que interv m.

##### Artigo 11. 

#### Disposições específicas das áreas de proteção total

- 1 — Nas áreas de proteção total apenas são permitidas as a o es de conserva o da natureza e as atividades de investiga o, monitoriza o, educa o ambiental e vigilância compatíveis com os objetivos expressos no n.  3 do artigo anterior, mediante autoriza o do ICNB, I. P.
- 2 — Sem prejuízo do disposto no n.  3, as áreas de proteção total são áreas non aedificandi, onde   interdito qualquer tipo de atividade económica e onde   apenas permitido o acesso às seguintes entidades:
- a) Proprietários ou os seus mandat rios ou comissários;
- b) Funcionários ou comissários do ICNB, I. P.;
- c) Agentes de autoridade e fiscais de entidades públicas competentes para a fiscaliza o;
- d) Visitantes para realiza o de atividades de índole científica ou de educa o ambiental, desde que expressamente autorizados pelo ICNB, I. P.
- 3 — Nas áreas de proteção total apenas   admitida a implanta o das seguintes estruturas: açude/comporta no curso do rio Almonda e esta o de tratamento através de plantas (ETAP).

#### SUBSEC O II

####  reas de proteção parcial

##### Artigo 12. 

#### Âmbito e objetivos

- 1 — As áreas de proteção parcial correspondem a espaços que cont m valores naturais e paisagísticos que se assumem no seu conjunto como relevantes para a conserva o da natureza,

ou, tratando-se de valores excepcionais, apresentam vulnerabilidade moderada aos fatores que alteram o funcionamento dos ecossistemas.

2 — As áreas de proteção parcial abrangem as áreas de arrelvados e vegetação arbustiva natural, pastagens naturais, galerias ripícolas, valas com vegetação natural, montados, sebes de compartimentação e proteção e povoamentos de folhosas autóctones.

3 — Estas áreas destinam -se a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos, permitindo a regulação dos níveis hídricos nas áreas de proteção total, por via da preservação de zonas inundáveis sazonalmente com vegetação natural e pastagens.

Artigo 13.º

#### **Disposições específicas das áreas de proteção parcial**

1 — Para além dos atos e atividades referidos no artigo 6.º, nas áreas de proteção parcial são ainda interditos os seguintes atos e atividades:

- a) A abertura de poços ou furos de captação de água;
- b) A instalação de sistemas de rega;
- c) A abertura de novos caminhos;
- d) O exercício de atividades desportivas e turísticas, com exceção das previstas nos circuitos e locais definidos na planta de ordenamento — ocupação;
- e) A instalação de infraestruturas, com exceção das destinadas à gestão da reserva;
- f) As alterações ao uso do solo fora do âmbito e objetivos definidos no artigo anterior;
- g) As obras de drenagem ou enxugo.

2 — Nas áreas de proteção parcial ficam sujeitas a autorização do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades:

- a) As operações de loteamento e a realização de obras de construção civil, de reconstrução, de ampliação e de demolição de quaisquer edificações, excetuando as obras de simples conservação, reparação ou limpeza;
- b) Os cortes ou ações que afetem a vegetação natural e seminatural;
- c) O exercício da pesca profissional;
- d) As alterações à morfologia do solo;
- e) A navegação ou o estacionamento de barcos;
- f) A instalação, desbaste ou corte de povoamentos de folhosas, com exceção dos integrados em explorações florestais dotadas de plano de gestão florestal;
- g) As alterações à rede hidrográfica.

3 — Nas áreas de proteção parcial são admitidos o pastoreio extensivo e os povoamentos de folhosas diversas com espécies indígenas e a implantação das seguintes estruturas: circuito de observação ornitológica, circuito didático, local de estacionamento e merendas e estação de tratamento através de plantas (ETAP).

#### **SUBSECÇÃO III**

#### **Áreas de proteção complementar**

Artigo 14.º

#### **Âmbito e objetivos**

1 — As áreas de proteção complementar correspondem a espaços que estabelecem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente a áreas de proteção total ou de proteção parcial, mas que frequentemente também incluem elementos naturais e paisagísticos relevantes, com um elevado potencial de valorização mediante o desenvolvimento de ações de gestão adequadas.

2 — As áreas de proteção complementar abrangem as áreas agrícolas, galerias ripícolas, sebes de compartimentação e proteção, depressões sazonalmente inundadas e valas com vegetação natural.

3 — *Estas áreas destinam -se ao exercício de atividades agrícolas segundo normas de boas práticas ambientais, com conservação de espécies e habitats naturais e seminaturais complementares das terras diretamente produtivas.*

*Artigo 15.º*

**Disposições específicas das áreas de proteção complementar**

*Nas áreas de proteção complementar ficam sujeitos a autorização do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades:*

- a) As operações de loteamento e a realização de obras de construção civil, de reconstrução, de ampliação e de demolição de quaisquer edificações, excetuando as obras de simples conservação, reparação ou limpeza;*
- b) As alterações ao uso atual do solo;*
- c) A instalação ou alteração dos sistemas de rega;*
- d) As alterações à morfologia do solo;*
- e) As alterações à rede hidrográfica;*
- f) As obras de enxugo, drenagem, abertura de poços ou furos de captação de águas;*
- g) As operações de emparcelamento agrícola;*
- h) A abertura de novos caminhos ou alteração dos existentes;*
- i) O corte ou ações que afetem a vegetação natural e seminatural;*
- j) O exercício de pesca profissional;*
- l) O exercício de atividades desportivas e turísticas;*
- m) A instalação de infraestruturas de uso agrícola, industrial ou comercial.*

**SUBSECÇÃO IV**

**Áreas de intervenção específica**

*Artigo 16.º*

**Âmbito e objetivos**

1 — *As áreas de intervenção específica correspondem a espaços com características especiais que requerem a tomada de medidas ou ações específicas que, pela sua particularidade, não são asseguradas pelos níveis de proteção previstos nos artigos anteriores.*

2 — *As áreas de intervenção específica abrangem edificações e espaços exteriores complementares das edificações na Quinta da Broa, Quinta de Miranda e Quinta do Paul do Boquilobo.*

3 — *Nestas áreas pretende -se a salvaguarda do património edificado, com interesse arquitetónico, histórico ou etnológico, devendo ser conservados os conjuntos edificados, assim como os espaços exteriores complementares das edificações, evitando utilizações e transformações que desvalorizem ou desvirtuem o seu carácter.*

*Artigo 17.º*

**Disposições específicas das áreas de intervenção específica**

*Nas áreas de intervenção específica ficam sujeitos a parecer vinculativo do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades:*

- a) A realização de obras de alteração;*
- b) As alterações ao uso atual, tanto das edificações como dos espaços e construções exteriores complementares.*

O zonamento da área protegida e as respetivas áreas pode ser visualizado na imagem 3.

É relevante constatar que a totalidade das áreas de proteção total estão no concelho da Golegã, na freguesia da Azinhaga, conforme se pode constatar através da consulta da tabela 2.

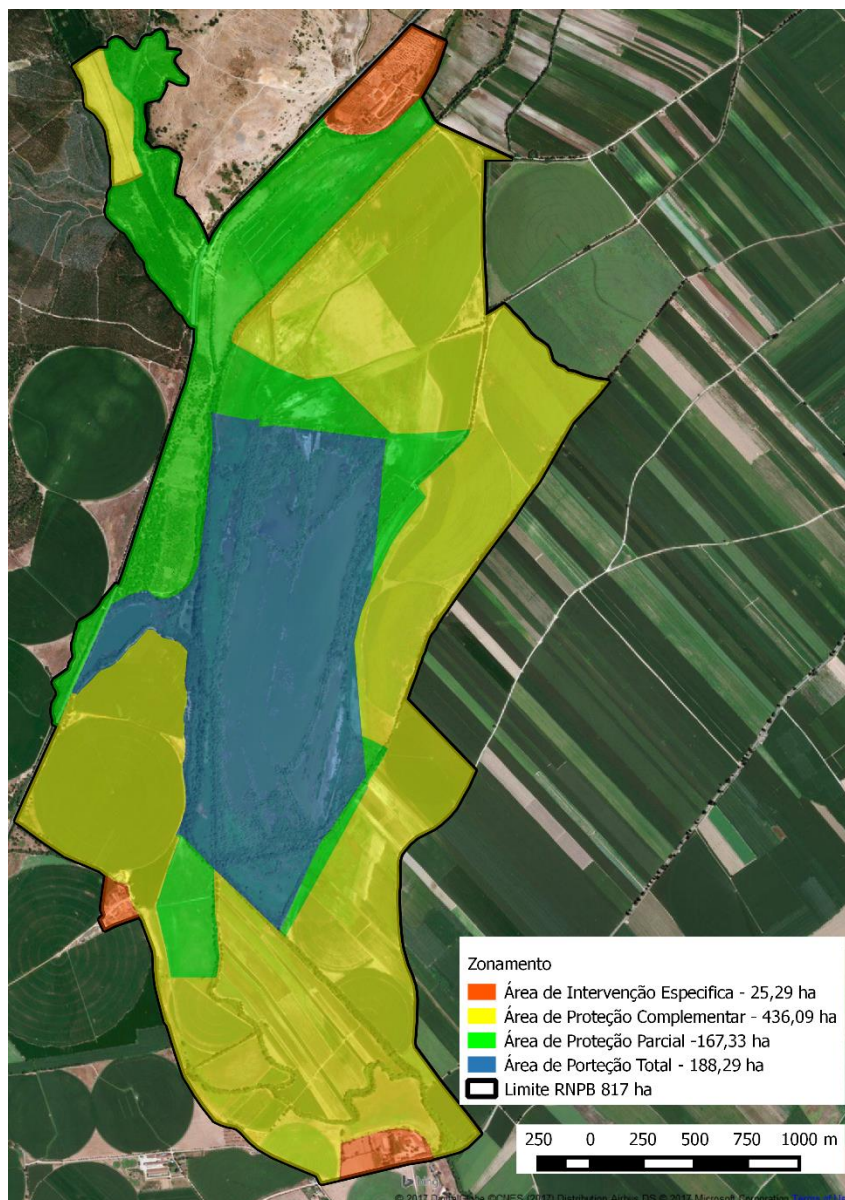


Figura 3- Zonamento de RNPB, como definido no Plano de Ordenamento

Na tabela 2, apresentam-se as áreas, e percentagens, dos diferentes tipos de zonamento e a sua representatividade nos concelhos e freguesias englobados dentro da RNPB. A importância de freguesia da Azinhaga torna-se ainda mais relevante porque inclui a totalidade da Área de Proteção Total, onde se incluem as áreas de maior importância e representatividade dos valores naturais.

	Area total da AP	Proteção Total	Proteção Parcial	Proteção Complementar	Intervenção Específica
CONC. TORRES NOVAS	149 ha 18,24%	0 ha 0%	84 ha 50,36%	49,3 ha 11,3%	15,12 ha 60,47%
CONC. GOLEGÃ	668 ha 81,76%	189 ha 100%	83 ha 46,64%	386,7 ha 88,07%	9,88 ha 39,53%
<b>Total</b>	<b>817 ha</b> <b>100%</b>	<b>189 ha</b> <b>100%</b>	<b>167 ha</b> <b>100%</b>	<b>436 ha</b> <b>100%</b>	<b>25 ha</b> <b>100%</b>
Freguesia Riachos	41 ha 5,02%	0 ha 0%	1,48 ha 0,88%	39,52ha 9,06%	0 ha 0%
UF. Brog., Parc., Alc.	108 ha 13,22%	0 ha 0%	82,52 ha 49,48%	9,75 ha 2,24%	15,12 ha 60,47%
Freguesia Golegã	11 ha 1,34%	0 ha 0%	0 ha 0%	11ha 2,52%	0 ha 0%
Freguesia Azinhaga	657 ha 80,42%	189 ha 100%	83 ha 49,64%	375,73 ha 86,18%	9,88 ha 39,53%
<b>Total</b>	<b>817 ha</b> <b>100%</b>	<b>189 ha</b> <b>100%</b>	<b>167 ha</b> <b>100%</b>	<b>436 ha</b> <b>100%</b>	<b>25 ha</b> <b>100%</b>

*Tabela 2- Áreas, concelho e freguesias incluídas na RNPB relativamente ao zonamento previsto no PORNPB*

### 3. Outras classificações da área protegida

Para além de estar classificada como reserva natural, incluída na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e na Rede Natura como Zona de Proteção Especial, o Paul do Boquilobo tem 3 classificações de âmbito Internacional que lhe conferem uma importância acrescida, ultrapassando as fronteiras nacionais.

#### 1. Reserva da Biosfera do Paul do Boquilobo

Em 1981 é reconhecida, pela UNESCO, como Reserva da Biosfera através do programa *Man and Biosphere* (MaB), uma agenda mundial que identifica, valoriza e promove as relações sustentáveis entre as populações e o meio-ambiente. Esta foi a primeira reserva da Biosfera a ser criada em Portugal, inicialmente circunscrita ao território da Reserva Natural que, nessa altura se limitava a 524 ha. Em 2017, correspondendo aos novos desígnios do Programa MAB, a sua área foi muito alargada para além dos limites da área

protegida, estendendo-se atualmente por um território de 5896 ha, nos municípios de Torres Novas e Golegã.

É relevante referir que, tal como a RNPB, também a Reserva da Biosfera tem um zonamento, a saber:

- As zonas nucleares, que englobam 6 zonas: 4 alvercas e um pequeno paul, para além de toda a área da Reserva Natural;
- As zonas de transição, correspondentes grosso modo aos limites de uma cheia normal provocada pelo Almonda;
- A zona de amortecimento, correspondendo aos limites da lezíria, ou seja, as zonas de cheia do Tejo e até um pouco para além por englobar partes significativas dos núcleos urbanos das povoações de Golegã, Riachos e Boquilobo e a totalidade das povoações de Azinhaga e Pombalinho.

## 2. Important Bird Area

Neste território está também classificada uma Zona de Importância Internacional para a Avifauna (Important Bird Area – IBA), com uma área (432,78 ha) e limites idênticos à já referida ZPE do Paul do Boquilobo, desde de 2002. Este estatuto atesta a importância destas zonas para a preservação de espécies de aves em perigo e, simultaneamente, as suas potencialidades para o turismo ornitológico.

No caso da RNPB essa importância internacional é justificada pelos seguintes critérios:

- A4i- O sítio suporta ou é suposto suportar, regularmente, mais do que 1% de uma população biogeográfica de uma espécie de ave aquática;
- B1i- O sítio suporta ou é suposto suportar mais do que 1% de uma via migratória ou de uma população distinta de uma espécie de ave aquática;
- B2- O sítio é um dos mais importantes no país para uma espécie com estatuto de conservação desfavorável (SPEC 2, 3), e para a qual a proteção ao nível do sítio parece ser apropriada;
- C2- O sítio suporta regularmente mais do que 1% de uma via migratória ou de uma população na União Europeia de uma espécie ameaçada ao nível da União Europeia (incluída no Anexo I e referida no artigo 4.1. da Diretiva Aves);
- C3- O sítio suporta regularmente mais do que 1% de uma via migratória ou de uma população da União Europeia de uma espécie não ameaçada ao nível da União Europeia (referida no Artigo 4.2. e não incluída do Anexo I da Diretiva Aves);
- C6- O sítio é um dos 5 mais importantes da região Europeia (região NUTS) em relação a uma espécie ou subespécie considerada como ameaçada pela União Europeia (incluída no Anexo I da Diretiva Aves).



### 3. Sítio RAMSAR do Paul do Boquilobo

Ainda no contexto internacional, a 8 de maio de 1986 este território foi classificado como uma zona húmida de importância internacional, com uma área de 626,16 ha, ao abrigo da convenção Ramsar, um tratado ambiental intergovernamental assinado em 1971, que promove cooperação internacional para a conservação de zonas húmidas com o objetivo da sua valorização e utilização sustentável dos seus recursos.

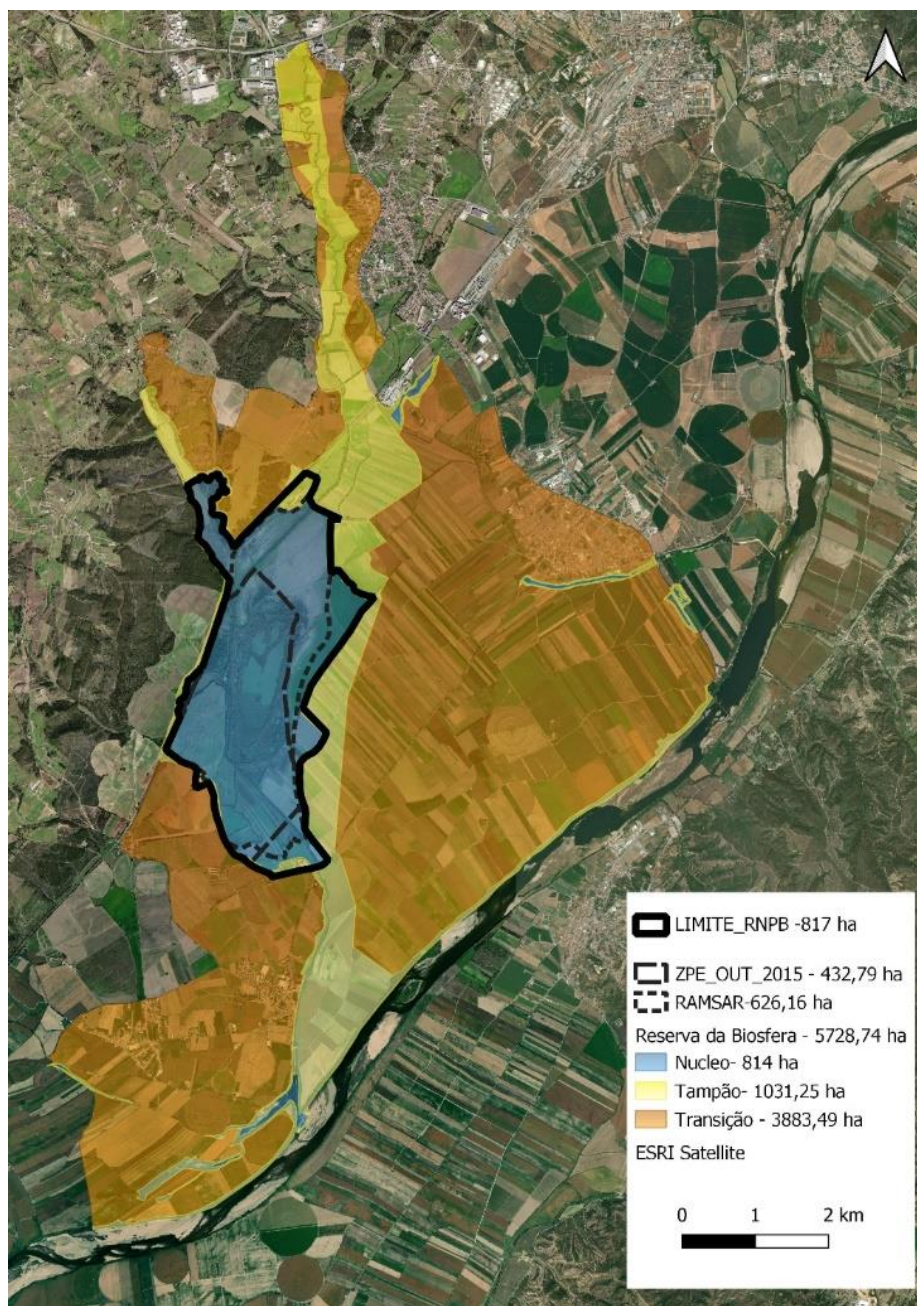


Figura 4- Delimitação dos estatutos de proteção da RNPB

## V - CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA RNPB

### 1. Clima

A RNPB está inserida numa região de transição entre o clima de características atlânticas e mediterrânicas, com temperaturas amenas durante o inverno, bastante chuvoso, e verões secos, com temperaturas elevadas e carência hídrica.

### 2. Paisagem

A reserva natural situa-se na transição entre os terraços fluviais plistocénicos e as aluviões holocénicos da lezíria do Rio Tejo, maioritariamente na *Unidade de Paisagem do Vale do Tejo Lezíria* e com uma pequena área englobada na *Unidade de Paisagem Colinas do Ribatejo*, tal como identificadas no estudo *Contribuição para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*.

A paisagem dominante são os campos agrícolas limitados por cortinas arbóreas que acompanham os limites das propriedades, folhas agrícolas, valas e caminhos. Esta paisagem, em que o horizonte visual é interrompido por cortinas arbóreas, é especialmente notório na margem esquerda do rio Almonda. Na margem direita, embora existam também alguns troços com aquelas características, dominam as zonas florestais. Como elementos de paisagem particularmente relevantes destaca-se o valado da extrema (que limita a nascente a Quinta do Paul), o rio Almonda com a sua mata ribeirinha e a linha férrea que limita, a poente, a maior parte da Reserva.

Em termos de unidades de paisagem domina a lezíria rigorosamente plana que se estende até à margem do Tejo, composta por aluviões quarternários. Na margem direita do rio Almonda a lezíria confina com terraços aplanados de areias e cascalheiras quaternárias que são popularmente designadas por espargal e marcam o início de outra unidade de paisagem: as colinas do Ribatejo, na transição para o maciço calcário que limita o horizonte.



Figura 5- Vista geral da RNPB a partir da margem direita do Rio Almonda, aluviões quaternários

### 3. Fisiografia

Em termos fisiográficos, a RNPB oscila entre a cota dos 12 e 40 metros (segundo a carta militar). A maior parte do território está inserida na lezíria do rio Tejo, na planície aluvionar atravessada pelo rio Almonda, em especial na sua margem esquerda, atingindo uma altitude máxima de 14 metros.

Na margem direita do rio Almonda as cotas são mais elevadas, embora na zona denominada por Várzea as cotas do terreno rondem os 13 metros e mais a jusante, no Braço do Cortiço, o rio Velho e a ribeira de Miranda oscilem entre os 12 e os 14 metros.

No vale da Negra, a norte da linha do comboio, os terrenos, embora a uma cota mais elevada, estão abaixo da curva de nível dos 20 metros.

Nos antigos terraços fluviais do Tejo, na charneca miocénica, acima do limite máximo das cheias, a cota mais elevada é de 40 metros.

Os núcleos urbanos das três quintas situam-se: no caso da quinta do Paul, à cota de 27 metros; a 21 metros a Quinta da Broa; a 16 metros a de Miranda, esta última já próxima do limite máximo registado para as cheias do Tejo.

### 4. Hidrografia

A RNPB é atravessada pelo rio Almonda, afluente da margem direita do Tejo, que tem um comprimento total de 30 km e drena uma bacia hidrográfica de 274 km<sup>2</sup>. Nasce numa exsurgência localizada na povoação que tem o seu nome, a uma cota de cerca de 80 metros como resultado da drenagem de uma bacia endorreica proveniente da região calcária a montante, inserida no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Na sua foz a cota ronda os 14 metros. Considerando que as partes mais baixas da RNPB têm uma cota de 12 metros, facilmente se percebe a facilidade com esta zona encharca, conforme se depreende da análise do seu perfil longitudinal representado na imagem 5.

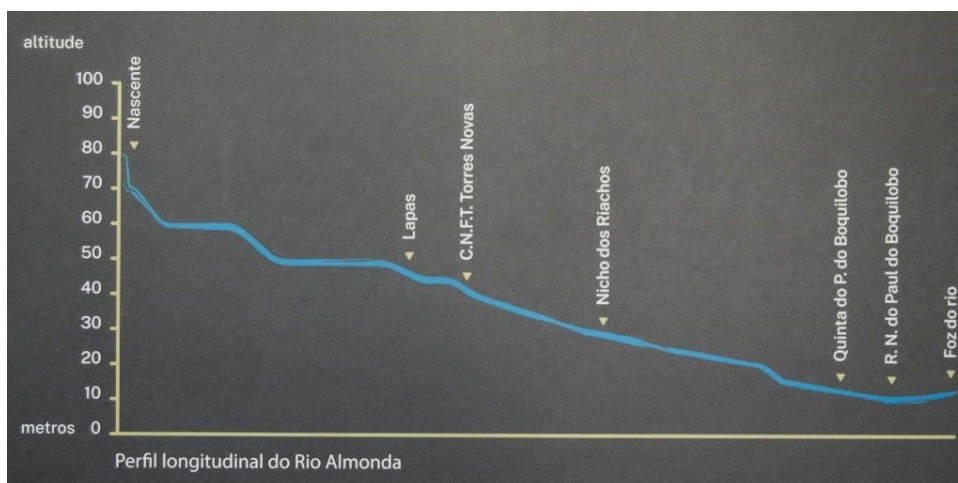


Foto 2- Perfil hidrográfico do rio Almonda.

Uma outra característica relevante do rio Almonda, e que afeta diretamente a área protegida, é o facto de até à povoação dos Riachos o seu traçado apresentar muitos meandros. Para jusante o seu traçado começa a ser mais retilíneo e as suas margens estão elevadas, como resultado de obras de regularização e drenagem realizadas em termos históricos, com vista ao aproveitamento agrícola dos terrenos circundantes (imagem 6).

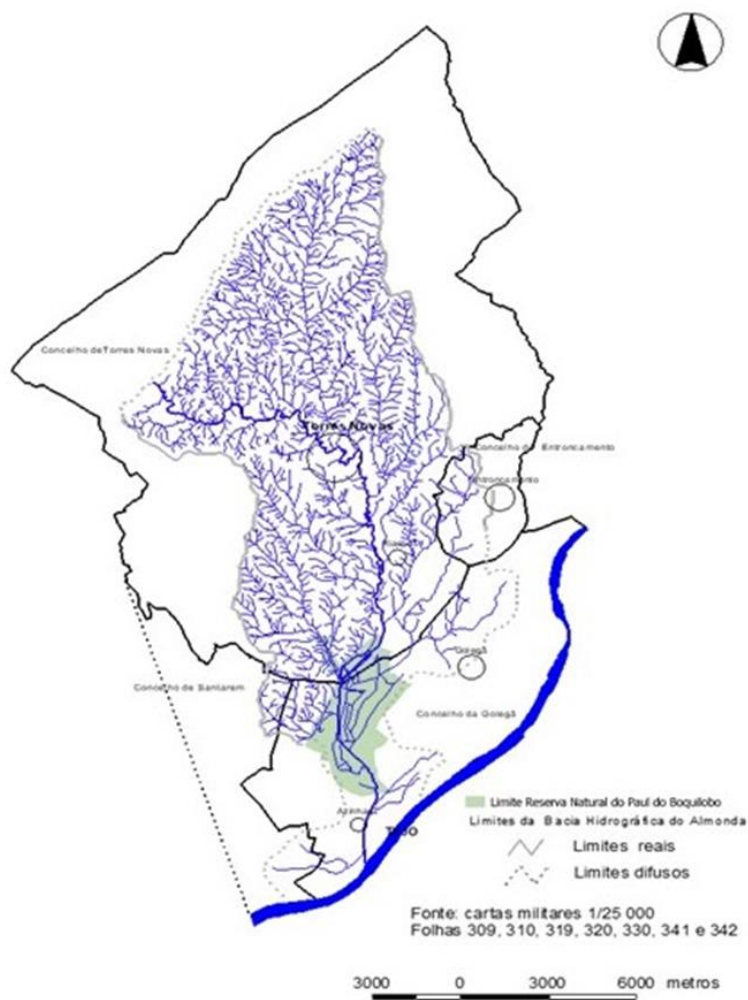


Figura 7- Bacia hidrográfica do rio Almonda

Um vestígio dessas intervenções históricas é o rio Velho, um antigo meandro situado na sua margem direita, dentro dos limites da RNPB.

No final da década de 80, ao longo da lezíria, as suas margens, elevadas, foram enrocadas e instaladas válvulas de maré, para impedir o fácil alagamento dos terrenos confinantes e o seu leito foi desassoreado.

No entanto, o seu traçado ao longo da Reserva Natural, que então correspondia a apenas a 527 hectares, não sofreu qualquer intervenção. Atualmente, no início da zona de proteção total, em terrenos do Estado, existe um rombo, na sua margem esquerda e grande parte do seu caudal corre para dentro da área protegida, sendo devolvida ao seu

leito através da vala da sangria situada no limite da zona de proteção total. Este facto origina que a RNPB, mesmo em estios mais secos, mantenha uma grande área alagada (rondando os 100 hectares). Este facto contribui para o aumento de certas espécies de fauna, mas também lhe confere uma importância estratégica em termos hídricos, contribuindo para recarga dos lençóis freáticos mais superficiais, tanto mais importante se considerarmos que está inserido numa região onde domina a agricultura de regadio, especialmente onde domina a produção de milho.



Figura 8 - Cheia no campo 23 de fevereiro de 2010

Os principais afluentes do rio Almonda, na área da RNPB, são:

- A Vala das Cordas que se junta à Vala da Pereira e que tem uma bacia hidrográfica que abrange grande parte do concelho do Entroncamento e partes significativas dos concelhos da Golegã e de Torres Novas. Esta vala, afluente da sua margem esquerda, junta-se ao seu leito, depois de atravessar grande parte da área protegida.
- A Ribeira da Alcorochel, que drena grande parte da união de freguesias da Brogueira, Parceiros da Igreja e Alcorochel. Esta linha de água, que entra na Reserva na zona do Vale da Negra, é afluente na margem direita do rio Almonda e responsável pelo alagamento periódico dos terrenos denominados por Várzea, onde se desenvolve a parte inicial do trilho de descoberta da natureza, em área de proteção parcial.

Na zona da RNPB existe um complexo sistema de valas de drenagem, especialmente notória na margem esquerda do rio Almonda, destacando-se a vala real, a vala nova, a vala do Aguiar e as valas do corta-mato que acompanham o seu traçado.

Os valados, sobrelevados, acompanham os traçados das valas que limitam as várzeas, condicionando a progressão das águas durante as cheias. O valadão é a estrutura hidráulica deste tipo mais relevante, limitando a zona alagada no limite sul da área de proteção total. As três principais valas, referidas anteriormente, que drenam a RNPB terminam em comportas que atualmente estão inacessíveis e que possibilitavam, antes da aquisição dos terrenos pelo Estado, a drenagem forçada da reserva natural através do bombão que estava situado na comporta onde termina a vala real.

No final da década de 90 foram recuperadas e implementadas diversas comportas, em valas que drenam para o Almonda, com o objetivo de uma melhor gestão do regime hídrico. No entanto, todas essas comportas estão atualmente desativadas e carecem de obras de recuperação.

Os lençóis freáticos, mais superficiais, como resultado da atividade agrícola, situam-se a uma profundidade cada vez mais significativa. Quando a reserva foi criada os níveis piezométricos situavam-se a cerca de 10 metros de profundidade, mas atualmente aproximam-se, ou até ultrapassam, os 20 metros.

## 5. Flora e vegetação

Na RNPB estão registadas, segundo o relatório do Plano de Ordenamento, 317 espécies de plantas.

As formações vegetais são dominadas por espécies associadas a ambientes húmidos, verificando-se variações na sua distribuição consoante o regime hídrico.

Nas áreas permanentemente alagadas observam-se essencialmente espécies hidrófitas e helófitas como, *Ranunculus bandotii*, *Ranunculus bulbosus* e *Ranunculus trilobus*, malcasada (*Polygonum amphibium*), entre outras.

Nas áreas temporariamente alagadas, dominam as formações de espécies vivazes e anuais destacando-se: tabúia (*Typha dominguensis*), espadana (*Sparganium erectum ssp. neglectum*), labaga (*Rumex conglomeratus*), raspa-língu (*Galium palustre.*), escrofulária (*Scrophularia scorodonia*), junco-marreco (*Eleocharis palustris*), junça (*Carex spp.*), tabua-de-folha-larga (*Typha latifolia*), lírio-amarelo-dos-pauis (*Iris pseudacorus*), junco (*Juncus spp.*), erva-carapau (*Lythron salicaria*).

O bunho (*Schoenoplectus lacustris* ssp. *lacustris*) e o caniço (*Phragmites australis*) têm particular importância, porque formam associações mono específicas, os bunhais e os caniçais, que têm alargado a sua área, proporcionando abrigo, alimentação e local de nidificação a diversas espécies de aves.

Relativamente ao estrato arbóreo, dominam os salgueirais, em particular salgueiro-branco (*Salix alba*), à qual se associam salgueiro-frágil (*Salix fragilis*), que formam pequenas ilhas de vegetação e mesmo densos bosquetes. Em alguns locais da zona alagada é possível encontrar borrazeira-preta (*Salix atrocinerea*) e borrazeira-branca (*Salix salvifolia* ssp. *australis*).

É ainda de referir a existência pontual de espécies típicas de ambientes salobros como é o caso de tamargueira (*Tamarix africana*) e junco-marítimo (*Scirpus maritimus*).

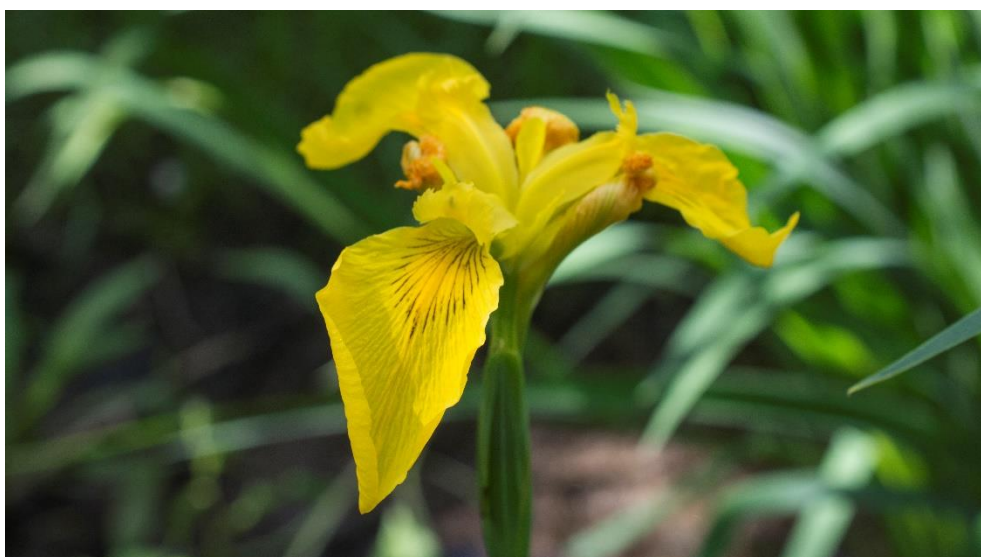


Figura 9 - Lírio amarelo dos pauis (*Iris pseudacorus*)

Os salgueirais ocupam, para além da orla das zonas alagadas, as margens do rio Almonda e de algumas valas, constituindo extensas galerias de mata ribeirinha, conjuntamente com freixo (*Fraxinus angustifolia*), que por vezes ocorre em formações mono específicas de alguma dimensão, e choupo-negro (*Populus nigra*). Associados a estas formações vegetais encontram-se pilriteiro (*Crataegus monogyna*), silva-brava (*Rubus ulmifolius*), roseira-brava (*Rosa sempervirens*), roseira-de-pés-glandulosos (*Rosa pouzinni*) norça-canina (*Tamus communis*), vide-branca (*Clematis vitalba*), salsaparrilha-bastarda (*Smilax aspera*), gilbardeira (*Ruscus aculeatus*) entre outras.

As áreas florestais de produção, embora com pouca representatividade, considerando a totalidade da área protegida, são igualmente biótopos relevantes, a saber: montado, choupal e eucaliptal. O montado encontra-se localizado numa área não sujeita a alagamento. É constituído praticamente na sua totalidade por sobreiro (*Quercus suber*), com algumas manchas de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*), um ou outro exemplar de azinheira (*Quercus rotundifolia*) e zambujeiro (*Olea europaea sylvestris*), em terrenos que são propriedade do Estado. Trata-se de um testemunho muito significativo da antiga

floresta mediterrânica que foi substituída por culturas arvenses de regadio e eucaliptais. No subcoberto ocorre uma grande diversidade de espécies, como arbustivas, subarbustivas e herbáceas, como por exemplo: murta (*Myrtus communis*), urze-das-vassouras (*Erica scoparia*), roselha-pequena (*Cistus crispus*), leite-de-galinha (*Ornithogalum orthophyllum*), cardo-corredor (*Eryngium campestres*), tremoceira-amarela (*Lupinus luteus*), trovisco (*Daphne gnidum*), erva-de-S. Roberto (*Geranium robertianum*), campainhas-amarelas (*Narcissus bulbocodium*), bole-bole-maior (*Briza maxima*), entre muitas outras.

A maior área de choupal está situada a poente da linha férrea na baixa denominada Vale da Negra, embora exista também uma área menor a nascente. É uma plantação ordenada e mono específica.

Embora no exterior da RNPB, a poente da linha férrea, dominem os eucaliptais, dentro da área protegida apenas existem 2 manchas com área reduzida: perto do centro de interpretação e numa colina confinante aos terrenos do estado.

Na RNPB ocorrem 3 espécies de plantas com estatuto de conservação em perigo no Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental: junquilha-menor (*Narcissus fernandessi*), junco-florido (*Butomus umbellatus*), estrela-dos-charcos (*Damasonium bourgaei*) e uma com estatuto vulnerável, o embude globuloso (*Oenanthe crocata*).

É de referir a ocorrência de espécies não indígenas com carácter infestante, como são exemplo jacinto-de-água (*Eichornia crassipes*), macrófita aquática originária da América do Sul. O seu aparecimento na região teve início provável nos anos setenta e a sua introdução esteve relacionada com o seu valor ornamental. As condições do meio que favorecem o desenvolvimento desta planta estão relacionadas com a má qualidade da água pelo excesso de nutrientes. A sua presença provoca a formação de extensas manchas à superfície da água, impedindo o desenvolvimento de outros produtores, condicionando assim a oxigenação e representa, pela extensão da área afetada, um grave risco para a biodiversidade da área protegida.

Outras plantas infestantes, também presentes, são o carrapiço (*Xanthium strumarium*), figueira-do-inferno (*Datura stramonium*), malvão (*Abutilon theophrasti*) e azedas (*Oxalis pes-caprea*), todas espécies nitrófilas, oportunistas e de grande plasticidade, resultantes de uma prática agrícola intensa.

Estão também registadas duas espécies arbóreas exóticas e consideradas infestantes: espinheiro-da-virgínia (*Gleditsia triacanthus*) e bordo-negundo (*Acer negundo*), ambas incluídas no anexo II do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho, que define a lista nacional de espécies exóticas invasoras.





Figura 30 -Área infestada com jacinto de água

## 6. Fauna

A RNPB, tal como qualquer zona húmida, é um sistema complexo caracterizado por valores naturais únicos, de grande produtividade biológica. Esta produção primária constitui a base da cadeia alimentar de numerosas espécies de insetos, moluscos, crustáceos, peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Em termos faunísticos, para além de zona de alimentação, trata-se de um local privilegiado de descanso, abrigo e reprodução.

Embora se registre o aparecimento de espécies autóctones, em especial de aves, que anteriormente não frequentavam a reserva natural e que agora são comuns, é de relevar o facto de muitas espécies (especialmente anfíbios, répteis e peixes) terem atualmente populações muito reduzidas ou até estarem extintos localmente. Considerando que estas espécies são, em grande parte endemismos lusitânicos ou ibéricos, o seu desaparecimento é especialmente preocupante causado, principalmente, pela introdução de espécies exóticas e infestantes.

A monitorização da avifauna é realizada regularmente através de contagens no terreno e da anilhagem regular integrada na rede de anilhagem europeia EURING.

Recentemente foi realizado, através da armadilhagem fotográfica, a identificação das espécies de mamíferos carnívoros presentes na RNPB. Durante o ano de 2023 iniciaram-se as contagens regulares de lepidópteros, quer através do processo de transeptos (para as borboletas noturnas), quer pelo método de atração luminosa (para as borboletas noturnas).



Figura 11-Anilhagem de aves silvestres

## 6.1. Ictiofauna

Relativamente à ictiofauna na RNPB, a situação é bastante preocupante, porque se regista uma diminuição acentuada das espécies autóctones, algumas das quais endemismos ibéricos ou até lusitânicos e, em contrapartida, um aumento significativo das espécies exóticas, a maior parte consideradas invasoras. A consulta de um estudo realizado em 2021 sobre a ictiofauna do rio Almonda, embora a montante da cidade de Torres Novas, foi importante para esta caracterização.

Das espécies autóctones destacam-se as seguintes:

- A enguia (*Anguilla anguilla*), uma espécie autóctone com elevado valor comercial e estatuto de conservação em perigo;
- O barbo-comum (*Luciobarbus bocagei*), um endemismo ibérico com estatuto de conservação de pouco preocupante;
- O ruivaco (*Achondrostoma oligolepis*) um endemismo lusitânico que, apesar de ter um estatuto de conservação de pouco preocupante é agora muito raro na reserva natural, embora à data da sua criação fosse abundante;
- A boga-portuguesa (*Iberochondrostoma lusitanicum*), um endemismo lusitânico com estatuto de conservação de criticamente em perigo;
- A boga-comum (*Pseudochondrostoma polylepis*), um endemismo ibérico com estatuto de conservação de pouco preocupante;
- A tainha-fataça (*Chelon ramada*), uma espécie nativa que, em determinadas alturas, especialmente durante as cheias, é muito frequente na reserva natural, sendo provavelmente a espécie autóctone mais comum; o seu estatuto de conservação é pouco preocupante;

- Embora não tenha sido registada, é possível a existência da boga-de-Lisboa (*Iberochondrostoma olisiponensis*), um endemismo lusitânico descoberto em 2007 com estatuto de proteção de criticamente em perigo.

Entre as espécies autóctones que, provavelmente, já estão desaparecidas devido à predação por espécies introduzidas destaca-se:

- O verdemã-comum (*Cobitis paludicola*), cujo estatuto de conservação é pouco preocupante;
- O esgana-gata (*Gasterosteus aculeatus*), espécie com estatuto de conservação em perigo.

As espécies exóticas registadas, com caráter invasivo ou não, são:

- O pimpão (*Carassius auratus*), oriundo da Ásia, que foi, provavelmente, a primeira espécie a ser introduzida em Portugal no século XVII;
- A carpa (*Cyprinus carpio*), nativo da Europa central e Ásia, que terá sido introduzido na Península Ibérica no séc. XVIII. É bastante comum na reserva natural, podendo ser observada com facilidade a desovar em frente ao observatório grande, quando as condições são favoráveis;
- O alburno (*Alburnus alburnus*), com distribuição na Europa desde os montes Urais até à França. Na bacia do Tejo foi registado pela primeira vez em 2005. Na reserva natural é muito comum, podendo ser observado com facilidade a partir da ponte do Paul, que marca o início da reserva natural na parte mais a montante do rio Almonda;
- O peixe-gato-europeu (*Silurus glanis*), nativo da Ásia e Europa central. No baixo Tejo foi detetado em 2006. Pode atingir 2,8 metros e pesar 120 kg. Tolera zonas lânticas com baixo teor de oxigénio e alguma poluição. A sua ocorrência na reserva natural é preocupante por ser um predador de topo;
- O peixe-gato-negro (*Ameirus melas*), oriundo da América do Norte, alimenta-se potencialmente de espécies, sendo uma espécie omnívora, contribui para diminuição das populações de espécies autóctones, quer pela predação direta, quer por redução da disponibilidade alimentar. Pode ser transmissor de doenças e parasitas para as espécies autóctones;
- A perca-sol (*Lepomis gibbosus*), oriunda da América do Norte, foi introduzida em Portugal em 1978. Apesar de ser relativamente pequena, é muito agressiva, podendo afetar o desenvolvimento das espécies autóctones. É bastante comum na reserva natural;
- A gambúsia (*Gambusia holbrooki*) Nativo da América do Norte foi introduzido em Portugal na década de 30 do Séc. XX para combate à malária. Abundante na reserva natural.

## 6.2. Herpetofauna

No total foram identificadas 15 espécies de anfíbios na RNPB, destacando-se a presença de 5 endemismos ibéricos: tritão-de-ventre-laranja (*Lissotriton boscai*), tritão-marmoreado-pigmeu (*Triturus pygmaeus*), sapo-parteiro-ibérico (*Alytes cisterasii*), rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*) e rã-ibérica (*Rana ibérica*). Com o aparecimento do lagostim-vermelho-do-Louisiana (*Procambarus clarkii*), a população de anfíbios sofreu um decréscimo acentuado, tendo certas espécies – como, por exemplo, as duas espécies de rãs arborícolas (*Hyla molleri* e *H. meridionalis*), que eram abundantes-desaparecido completamente. Embora com populações mais reduzidas continuam a observar-se com alguma facilidade a rã-comum (*Pelophylax perezi*), o sapinho-de-verrugas-verdes (*Pelodytes punctatus*), o sapo-corredor (*Epidalea calamita*), o sapo-de-unha-negra (*Pelobates cultripes*) e a salamandra-de-pintas-amarelas (*Salamandra salamandra*). Ocasionalmente também se observam o tritão-marmoreado-pigmeu (*Triturus pygmaeus*), a salamandra-de-costelas-salientes (*Pleurodeles waltl*), a rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*) e o sapo-comum (*Bufo spinosus*).

Frequentemente encontram-se anfíbios esmagados na estrada junto ao centro de interpretação da RNPB, o que, considerando a acentuada e generalizada diminuição das populações e diversidade específica deste grupo faunístico, é um fator de grande preocupação.

Devido às características da área protegida, os répteis não são muito abundantes. No entanto, a sua diversidade é grande, estando registadas 17 espécies. Tal como no caso dos anfíbios, as populações de répteis sofreram um declínio acentuado na última década, sendo que certas espécies deixaram mesmo de ser observados, como é o caso do cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*), que está classificado como em perigo no território nacional, do sardão (*Timom lepidus*) ou até as duas espécies de cobra-de-água (*Natrix natrix* e *N. maura*). O cágado-mediterrânico (*Mauremys leprosa*) ocorre ainda, mas muito raramente.

As espécies de serpentes, mais terrestres, continuam a ser observadas, embora com muito menos frequência: cobra-de-escada (*Rhinechis scalaris*), cobra-de-ferradura (*Hemorrhoids hippocrepis*) e cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*). Recentemente foi também confirmada a presença da víbora-cornuda (*Vipera latastei*).

Espécies como lagartixa-ibérica (*Podarcis virescens*), lagartixa-do-mato (*Psamodromus algirus*) e osga-comum (*Tarantola mauritanica*) são observadas com facilidade, nomeadamente, junto ao centro de interpretação da RNPB.



Figura 42- Osga comum (*Tarentola mauritanica*)

De registar a presença de uma espécie introduzida, classificada como invasora: a tartaruga-de-orelha-vermelha (*Trachemys scripta*).

### 6.3. Avifauna

A RNPB é conhecida principalmente pela sua importância ornitológica. Foram observadas duzentas e oitenta e oito espécies de aves neste território, embora algumas delas apenas tenham sido registadas uma vez. Considerando que o portal [avesdeportugal.info](http://avesdeportugal.info) refere que no território nacional, incluindo as ilhas, estão registadas 486 espécies de aves, a importância desta área protegida para a avifauna torna-se evidente considerando que aqui, em apenas cerca de 0,009 % do território nacional, se observaram 56,73% de todas as espécies de aves que ocorrem em Portugal.

Em termos taxonómicos a distribuição pelas diferentes ordens de aves, respetiva fenologia (ocorrência e distribuição ao longo do ano) e grau de ameaça em termos nacionais, segundo os critérios da União Internacional da Conservação da natureza e distribuição ao longo do ano é apresentada na tabela 3.

#### *Espécies residentes:*

Na RNPB podem observar-se com alguma facilidade sessenta e nove espécies.

No que respeita ao seu estatuto de conservação, de registar o seguinte:

- Uma espécie considerada em perigo: a águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), observada facilmente durante todo o ano, embora com maior incidência durante o inverno;

- Seis espécies consideradas vulneráveis: o açor (*Accipiter gentillis*), a águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), o peneireiro-comum (*Falco tinnunculus*), todas espécies nidificantes; o ganso-comum (*Anser anser*), que é um invernante regular, tendo sido registada, recentemente, a nidificação regular, provavelmente com exemplares assilvestrados; a garça-boieira (*Bubulcus ibis*), que é a garça mais comum, embora o número de casais tenha sofrido um diminuição acentuada; o picanço-real (*Lanius meridionalis*), com observações cada vez mais escassas;
- Três quase ameaçadas: o caimão (*Porphyrio porphyrio*), com alguns casais sedentários nidificantes que têm aumentado; o pardal-montês (*Passer montanus*), que tem tido um declínio acentuado; a coruja-das-torres (*Tyto alba*), presente em todos os núcleos urbanos das quintas;
- Com estatuto de conservação de pouco preocupante um total de 51 espécies: são exemplos o pato-real (*Anas platyrhynchos*), a perdiz-comum (*Alectoris rufa*), o mergulhão-pequeno (*Tachybatus ruficollis*), o mergulhão-de-poupas (*Podiceps cristatus*), o corvo-marinho (*Phalacrocorax carbo*), a garça-boieira (*Bubulcus ibis*), a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), o peneireiro-comum (*Falco tinnunculus*), a galinha-de-água (*Gallinula chloropus*), o galeirão (*Fulica atra*), o mocho-galego (*Athene noctua*), o pombo-torcaz (*Columba palumbus*), a rola-turca (*Streptopelia turtur*), o pintassilgo (*Carduelis carduelis*), o pintarroxo (*Carduelis cannabina*), o tentilhão-comum (*Fringilla coelebs*) a trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*), a trepadeira-azul (*Sitta europaea*);
- Dois espécies sem avaliação: o pombo-das-rochas (*Columba livia*), muito comum, mas na sua forma domesticada, e a garça-branca-grande (*Casmerodius albus*) que começou a frequentar a reserva natural com regularidade há uma década, sendo possível de observar durante todo o ano.

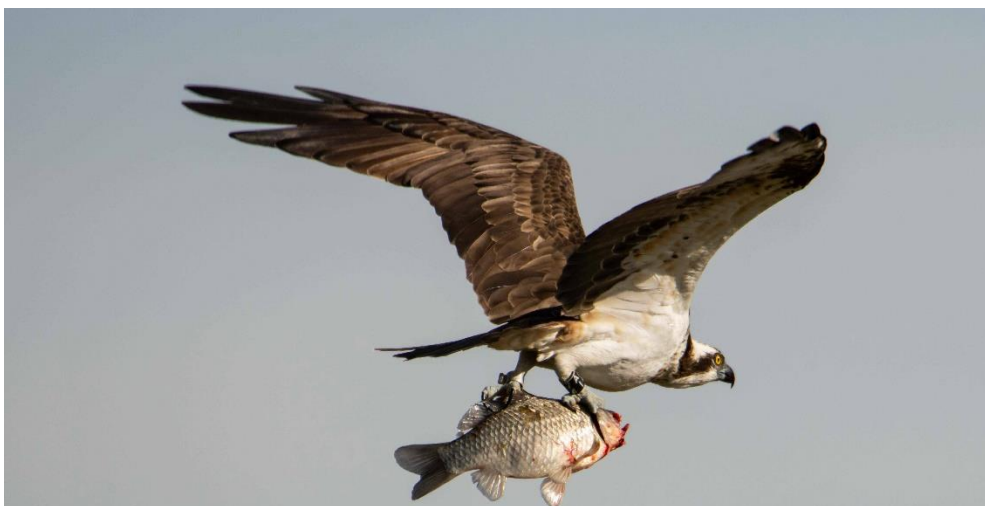


Figura 53- Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*)

#### *Espécies invernantes:*

Estão contabilizadas cinquenta e três espécies invernantes na RNPB. Trata-se de aves que vêm exclusivamente invernar nesta zona, retornando para o norte da Europa no princípio da primavera, embora pontualmente possam ser observadas durante todo o ano.

Destacam-se os anatídeos, cujos efetivos chegam a atingir mais de meio milhar de indivíduos. Comparativamente com outras áreas protegidas, como, por exemplo, a Reserva Natural do Estuário do Tejo, este número não é muito significativo, mas sobressai o facto já terem sido observadas praticamente todas as espécies de anatídeos registados, regularmente, em Portugal (embora algumas apenas ocasionalmente). A importância da RNPB para os anatídeos é tanto mais relevante se considerarmos que, em certos invernos, o zarro (*Aythya ferina*) ou o arrábio (*Anas acuta*) registam no paul mais de metade dos efetivos invernante em Portugal.

A RNPB tem também importância para algumas espécies de limícolas, destacando-se a narceja (*Gallinago gallinago*) e a tarambola-dourada (*Pluvialis apricaria*), que são comuns, bem como o abibe (*Vanellus vanellus*), que pode ser observado em bandos de vários milhares de indivíduos. Dos passeriformes regista-se o tentilhão-montês (*Fringilla montingringilla*), que, tal como o lugre (*Carduelis spinus*), é abundante em certos invernos, bem como três espécies de tordos: o tordo-pinto (*Turdus philomelus*), muito comum, o ruivo (*Turdus iliacus*), observado regularmente, e o zornal (*Turdus pilaris*), observado ocasionalmente. Os efetivos de algumas espécies residentes aumentam significativamente no inverno, como, por exemplo, a alvéola-branca (*Motacilla alba*), a toutinegra-de-barreta (*Sylvia atricapilla*) ou o pisco-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*).

Quanto ao estatuto de conservação regista-se o seguinte:

- Uma espécie considerada em perigo: o esmerilhão (*Falco columbarius*), invernante regular pouco comum;
- Seis espécies vulneráveis: o tartaranhão-cinzento (*Circus cyaneus*), invernante regular, mas escasso; o milhafre-real (*Milvus milvus*), invernante regular com tendência para aumentar; o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), invernante ocasional; a coruja-do-nabal (*Asio flammeus*), invernante regular, mas escasso; a negrinha (*Aythya fuligula*), com efetivo muito reduzido comparativamente com o passado; a escrevedeira-dos-caniços (*Emberiza schoeniclus*);
- Uma espécie quase ameaçada: a frisada (*Anas strepera*);
- Quarenta e três com estatuto de pouco preocupante;
- Duas espécies estão registadas com dados insuficientes: a galinhola (*Scolopax rusticola*), invernante regular, e a narceja-galega (*Lymnocyptes minimus*), observada ocasionalmente.

#### *Estivantes:*

Estão registadas trinta e cinco espécies estivantes na RNPB, sendo que apenas quatro destas espécies não nidificam na reserva, embora 3 estejam confirmados na sua proximidade, a saber:

- A águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), observada esporadicamente com estatuto de quase ameaçada;
- Duas espécies de andorinhões, o comum (*Apus apus*) e o pálido (*Apus pallidus*), ambos com estatuto de conservação de pouco preocupante e com nidificação confirmada na cidade de Torres Novas;

- O flamingo (*Phoenicopterus roseus*), um visitante regular com algumas dezenas de exemplares.

*Espécies nidificantes:*

Estão registadas noventa e cinco espécies nidificantes na RNPB, incluindo as espécies residentes e estivais.

Destacam-se as espécies de garças, já que todas as espécies que ocorrem a Europa, com exceção do abetouro (*Botaurus stellaris*), estão atualmente registadas como nidificantes, embora o garçote (*Ixobrychus minutus*), muito comum à data de criação da RNPB, seja agora raro. Aliás, a importância da reserva natural para as diversas espécies de garças é reconhecida internacionalmente, já que em 2000 foi considerado um dos 50 sítios mais importantes da Europa para este grupo taxonómico (KUSHLAN, 2000), sendo o local nacional onde nidifica maior número de espécies. A colónia, embora com número mais reduzido de casais nidificantes, comparativamente com a situação à data de criação da RNPB, tem agora com um número muito mais elevado de espécies. Com efeito, em 1984 estavam registadas apenas 5 espécies, todas de garças- não contabilizando o garçote (*Ixobrychus minutus*) que não tem comportamento colonial. Atualmente estão registadas como nidificantes na colónia ou nas sua proximidade 7 espécies de garças a saber: a garça-boieira (*Bubulcus ibis*), a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), a garça-noturna (*Nycticorax nycticorax*), o papa-ratos (*Ardeola ralloides*), a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), a garça-real (*Ardea cinerea*), que anteriormente ocorria apenas como invernante, a garça-branca-grande (*Casmerodius albus*), que começou a nidificar, embora fora da colónia, há uns 4 anos. Para além das garças, atualmente estão também presentes, na colónia, a cegonha-branca (*Ciconia ciconia*), o colhereiro (*Platalea leucorodia*), a íbis-preta (*Plegadis falcinellus*) e o corvo-marinho-de-faces-brancas (*Phalacrocorax carbo*). Registam-se, portanto, 11 espécies diferentes, mais 6 que à data de criação da reserva natural.

A RNPB é também um dos únicos locais registados, em termos nacionais, da gaivina-dos-pauis (*Chlidonias hybrida*), embora atualmente a sua nidificação seja esporádica e dependente de condições favoráveis no que respeita os níveis de água.

Outras espécies nidificantes são: a águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), o açor (*Accipiter gentilis*), o ganso-bravo (*Anser anser*), provavelmente indivíduos assilvetrados, o zarro (*Aythya ferina*), o abibe (*Vanellus vanellus*), com registos pontuais de nidificação, a codorniz (*Coturnix coturnix*), o caimão (*Porphyrio porphyrio*), cigarrinha-ruiva (*Locustella luscinioides*), o picanço-barreteiro (*Lanius senator*), o pardal-francês (*Petronia petronia*), o mergulhão-de-crista (*Podiceps cristatus*) e o pica-pau-galego (*Dendrocopus minor*).

Quanto ao estatuto de conservação é de assinalar o seguinte:

- Duas espécies criticamente em perigo: a gaivina-dos-pauis (*Chlidonias hybrida*) e o papa-ratos (*Ardeola ralloides*);
- Doze espécies vulneráveis;
- Cinco espécies quase ameaçadas;



- Sessenta e oito espécies pouco preocupante;
- Oito espécies não avaliadas.



Figura 14 - Colônia

#### *Migradores de passagem:*

A RNPB tem uma enorme importância para as espécies migradoras, já que funciona como local de repouso e alimentação durante o percurso migratório dessas espécies.

Estão contabilizadas 56 espécies, a saber:

- Três espécies criticamente em perigo: a já referida gaivina-dos-pauis (*Chlidonias hybrida*), a gaivina-preta (*Chlidonias niger*) e o rolieiro (*Coracias garrulus*);
- Nove espécies em perigo;
- Sete espécies vulneráveis;
- Oito quase ameaçadas;
- Vinte e quatro espécies pouco preocupante
- Seis espécies não avaliadas.

#### *Ocasionais:*

Estão registadas oitenta e quatro espécies ocasionais na RNPB, algumas delas observadas apenas uma vez, outras mais regularmente, por exemplo durante todo um inverno, mais do que um indivíduo, como é o caso do grou (*Grus grus*); durante o verão em anos sucessivos, apenas um indivíduo como se verificou com a abetarda (*Otis tarda*); alguns indivíduos durante pouco tempo de que é exemplo o sisão (*Tetrax tetrax*).

Quanto ao estatuto de conservação, é de referir a presença das seguintes espécies ocasionais:

- Uma considerada regionalmente extinta: a já referida perra (*Aythya nyroca*), provavelmente indivíduos escapados de cativeiro;
- Quatro criticamente em risco: a águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*), o abetouro (*Botaurus stellaris*), o galeirão-de-crista (*Fulica cristata*) e o sisão (*Tetrax tetrax*);

- Nove em perigo;
- Onze vulneráveis;
- Sete quase ameaçadas;
- Trinta pouco preocupantes;
- Quatro com dados insuficientes;
- Vinte e duas não avaliadas.

*Espécies exóticas:*

Estão registradas vinte quatro espécies exóticas na RNPB e este número aumenta todos os anos, o que é preocupante, porque algumas destas espécies são invasoras e ameaçam as espécies autóctones. Umas por fuga acidental de cativeiro têm baixo sucesso reprodutivo na natureza. Outras são libertadas intencionalmente com vista à implementação de populações assilvestradas, em particular no caso de alguns passeriformes. Todas estas espécies têm o estatuto de não avaliadas, porque não fazem parte da fauna autóctone. Destas, a maior parte são passeriformes e anatídeos, respetivamente doze e seis espécies.

Três espécies são consideradas invasoras, estando incluídas no anexo II do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho, na sua atual redação, e todas as três estão registradas como nidificantes: o ganso-do-nilo (*Alopochen aegyptiaca*), o arcebisto (*Euplectes afer*) e o tecelão-de-cabeça-preta (*Ploceus melanocephalus*).

PROPOSTA DE PLANO DE COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DO PAUL DO BOQUILOBO

Ordens	TOTAL	FENOLOGIA NA RNPB							ESTATUTO DE AMEAÇA UICN PORTUGAL							
		Ocasional	Estival	Nidificante	Invernante	Migrador passagem	Residente	Exótica	RE(Extino Regional/)	CR (Crítica/ em Risco)	EN (Em Perigo)	VU (Vulnerável)	NT(Quase Ameaçado)	LC(Pouco Preocupante)	DD(Dados insuficientes)	NA (Não validado)
<i>Accipitriformes</i>	19	6	2	7	2	2	5	0	0	4	5	3	4	3	0	0
<i>Anseriformes</i>	33	9	0	5	8	1	5	6	3	0	2	2	1	5	0	20
<i>Apodiformes</i>	3	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0
<i>Caprimulgiformes</i>	2	0	2	2	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
<i>Charadriiformes</i>	49	22	3	4	11	19	0	0	0	2	3	8	3	21	2	10
<i>Ciconiiformes</i>	15	2	7	11	2	1	6	1	0	1	3	3	1	4	0	3
<i>Columbiformes</i>	6	1	0	3	1	2	3	1	0	0	0	0	0	3	2	1
<i>Coraciiformes</i>	4	0	1	2	0	1	1	0	0	1	0	0	0	3	0	0
<i>Cuculiformes</i>	2	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
<i>Falconiformes</i>	5	2	1	1	2	1	1	0	1	0	0	3	0	1	0	0
<i>Galiformes</i>	3	0	0	2	1	0	2	1	0	0	0	0	0	2	0	1
<i>Gruiformes</i>	11	6	0	4	1	1	3	0	0	1	1	3	0	3	2	1
<i>Passeriformes</i>	115	30	13	46	23	20	34	4	0	0	2	5	8	73	5	22
<i>Pelacaniiformes</i>	2	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
<i>Phoenicopteriformes</i>	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
<i>Piciformes</i>	4	1	0	2	0	1	2	0	0	0	0	0	0	3	1	0
<i>Podicipediformes</i>	3	1	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	2	0	0
<i>Psittaciformes</i>	4	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
<i>Strigiformes</i>	7	2	0	4	1	2	4	0	0	0	1	0	1	4	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>288</b>	<b>84</b>	<b>35</b>	<b>95</b>	<b>53</b>	<b>56</b>	<b>69</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>31</b>	<b>21</b>	<b>130</b>	<b>13</b>	<b>63</b>

Tabela 3- Espécies de aves que ocorrem na RNPB, classificadas segundo as diferentes ordens, sua fenologia e classificação do grau de ameaça nacional de acordo com os critérios da UICN

## 6.4. Mamofauna

Estão inventariadas 29 espécies de mamíferos a RNPB.

A ordem com maior representatividade é a dos roedores, com 8 espécies registadas, destacando-se a presença do rato-de-cabrera (*Microtus cabreræ*), um endemismo ibérico com estatuto de vulnerável no Livro Vermelho dos vertebrados de Portugal.

Na ordem dos insetívoros registam-se 4 espécies, todas com estatuto de pouco preocupante: a toupeira (*Talpa occidentalis*), o musarango-de-dentes-brancos (*Crocidura russula*), o musarango-anão-de-dentes-brancos (*Suncus etruscus*) eo ouriço (*Erinaceus eurpæus*).

Quanto aos carnívoros assinala-se a presença de 7 espécies: lontra (*Lutra lutra*), o sacarabos (*Herpestres ichneumon*), raposa (*Vulpes vulpes*), texugo (*Meles meles*) frequentemente atropelados, e doninha (*Mustela nivalis*), todos com estatuto de pouco preocupante; o toirão (*Putoris putoris*), que era comum, não foi registado no levantamento de carnívoros realizado recentemente através da armadilhagem fotográfica e que tem o estatuto de dados insuficientes.

O coelho (*Orytolagus cuniculus*), com estatuto de quase ameaçado, era abundante, sendo que hoje muito raro, mas a lebre (*Lepus granatensis*), com estatuto pouco preocupante, ainda se observa facilmente.

O javali (*Sus scrofa*) é abundante e as suas populações causam, potencialmente, perturbações nas outras espécies e grandes prejuízos nas plantações agrícolas.

O gamo (*Dama dama*), com estatuto não avaliado, desapareceu deste território devido à pressão cinegética. Considerando que já existem registos de observações a menos de 15 km da RNPB, e que esta espécie está em expansão para sul, é possível que num futuro próximo se registre a presença regular de corço (*Capreolus capreolus*), estatuto de pouco preocupante.

Estão registadas apenas 5 espécies de morcegos, sendo que provavelmente com um levantamento mais apurado, poderão vir a ser identificadas outras espécies. As espécies identificadas são o morcego-orelhudo-cinzento (*Plecotus austriacus*), o morcego-hortelão (*Eptesicus serotinus*), o morcego-anão (*Pipistrellus pipistrellus*), o morcego-de-água (*Myotis daubentonii*), todos com estatuto pouco preocupante, e o morcego-arborícola-gigante (*Nyctalus lasiopterus*) com dados insuficientes.

Recentemente registou-se a presença do esquilo (*Sciurus vulgaris*), espécie com estatuto de pouco preocupante.

## 6.5. Outros elementos faunísticos relevantes

No que respeita à entomofauna, na RNPB verifica-se uma grande diversidade de espécies, bem como a presença de associações de particular relevo referentes às ordens Homoptera, Coleoptera, Diptera e Hymenoptera. Estes grupos compreendem os principais componentes fitófagos, saprófagos e xilófagos, bem como dos predadores e parasitóides que lhe estão associados. No que respeita à ordem dos Lepidópteros, nos censos regulares de borboletas noturnas, integrados na Rede de Estação de Borboletas Noturnas, registaram-se já 117 espécies e, no que respeita à monitorização das borboletas diurnas, nos moldes do projeto ABLE- Avaliar as Borboletas da Europa, 22 espécies.

No grupo dos invertebrados, na reserva natural realça-se também a presença de Lagostim-vermelho-do-Louisiana (*Procambarus clarkii*), espécie não indígena, cuja dinâmica populacional conjuntamente com as características físicas do meio (excelentes locais de abrigo), favorecem o seu carácter invasor. As primeiras referências a esta espécie na RNPB reportam-se ao inverno de 1990. Como qualquer outra espécie não indígena são diversos os aspetos nefastos a considerar com a sua introdução: a transmissão de agentes patogénicos ou parasitas, a destruição de diques, açudes e outras estruturas de controlo de água e as interações com as espécies indígenas, contribuindo significativamente para a diminuição ou mesmo o desaparecimento de certas espécies, nomeadamente de anfíbios.



Figura 65 - Tira-olhos-outonal (*Aeshna mixta*)

## 7. Ocupação humana do território

Aquando da sua criação a RNPB encontrava-se, maioritariamente, distribuída por três grandes quintas, cuja área ultrapassa os seus limites da AP (Paul do Boquilobo, Miranda Broa), para além de uma área significativa pertencente a diversos pequenos proprietários.

Ao longo dos anos o Estado tem vindo a adquirir terrenos neste território, pelo que, presentemente, uma parte muito relevante, e com maior valor conservacionista, é já propriedade pública, sendo que é o Estado, a seguir à quinta do Paul, o segundo maior proprietário de terrenos na RNPB.

## 7.1. As quintas

### *A quinta do Paul do Boquilobo*

A Quinta do Paul do Boquilobo pertenceu à ordem dos templários e à Ordem de Cristo até ao séc. XV, tendo sido doada em sesmaria por D. João I ao infante D. Henrique, que a cedeu a D. Fernando de Castro com o objetivo de o transformar em “terra de lavradio”.

No séc. XIX foi vendida a José Maria Eugénio de Almeida, mantendo-se na posse dos seus descendentes. Posteriormente, foi arrendada a Ricardo Mendes Gonçalves (mais conhecido por Cristo), que explorou o bunho e a junça, tendo ainda cultivado searas de tomate, melão e milho. Até aos anos 70 parte dos terrenos, nas zonas mais alagadas, eram ocupadas por arrozal.

Desde a década de 70, até ao início do séc. XXI, foi explorada pelo Sr. Ortigão Costa, tendo passado a produzir quase em exclusivo milho, para além de uma forte componente pecuária composta por uma manada de cerca de 100 éguas de ventre.

No séc. XXI, com a saída do Sr. Ortigão Costa, a quinta começou a ser arrendada a diferentes seareiros, mantendo-se sempre uma forte componente pecuária com um rebanho de ovinos de cerca de mil efetivos.

Há cerca de 5 anos a quinta foi dividida pelos dois proprietários atuais, sendo explorada por dois rendeiros diferentes, que cultivam culturas arvenses, milho principalmente, a saber:

- A sociedade agrícola do Nateiro da Cardiga com um contrato até 2026, que subarrendou alguns terrenos para o pastoreio de equinos;
- A firma Alto dos Queimados – Sociedade Agrícola, Unipessoal, Lda., que autoriza a continuação do pastoreio de ovinos.

A área da quinta dentro da reserva natural é de aproximadamente 325 ha, correspondendo a cerca de 39,8 % da área total da RNPB, sendo a propriedade que tem maior área e que engloba também a maioria das zonas que, não pertencendo ao Estado, têm maior relevância em termos de conservação da natureza por estarem classificadas em termos do PORNPB como áreas de proteção total e proteção parcial.

*A quinta de Miranda*

O assento de lavoura da quinta de Miranda situa-se a sudoeste da RNPB. A Quinta de Mato de Miranda foi uma das propriedades da Casa de Rio Maior, da qual são descendentes os atuais proprietários.

Tal como a quinta do Paul, a quinta de Miranda manteve até ao início da década de 70 do século passado áreas muito significativas de arrozal. Existia também uma grande vinha que foi arrancada e em, termos pecuários, a criação de gado bravo.

Atualmente, a propriedade encontra-se dividida, sendo administrada por dois proprietários herdeiros dos donos anteriores, que cultivam principalmente culturas arvenses de sequeiro e mantêm uma pequena área de pastagem para equinos:

- Bernardo Saldanha Unipessoal;
- António Saldanha Unipessoal.

A área desta quinta dentro da RNPB, aproximadamente 120 ha, corresponde a cerca de 14,7 % da área total desta área protegida.

É a segunda maior propriedade (embora o Estado detenha atualmente uma área superior incluindo terrenos adquiridos a esta quinta) dentro da reserva natural, englobando algumas áreas muito relevantes pelos valores naturais existentes, incluindo uma faixa de proteção total, na margem direita do rio Almonda que ainda não foi adquirida pelo Estado.

*A quinta da Broa*

Situada a sul da RNPB, inicialmente chamada a Quinta do Almonda, a Quinta da Broa pertencente à família Zarco da Câmara. No primeiro quartel do século XIX seria comprada por dois irmãos, Manuel e Rafael José da Cunha, seus rendeiros que, em pouco tempo, fizeram dela uma das melhores da região. O nome atual terá sido dado pelo povo em atenção à bondade dos seus donos, que, para além de darem trabalho, proporcionava alimento para as pessoas da região, em especial broas.

Atualmente a Quinta é administrada pelo seu proprietário que reside na mesma com a sua família.

Tem uma área de aproximadamente 27 ha, correspondendo a cerca de 3,3 % da área total da RNPB.

Embora a área da quinta que está incluída dentro da reserva natural seja bastante reduzida, os valores patrimoniais, em particular as construções, são muito relevantes tal como os seus efetivos pecuários já que é a única quinta que ainda tem gado ovino e a sua coudelaria de cavalos Lusitanos é muito conceituada.



Figura 16 - Quinta da Broa

## 7.2. A propriedade do Estado

O Estado adquiriu parcelas significativa da reserva natural, num total de cerca de 188 hectares, correspondendo a 23% da área total da RNPB. Com exceção da Quinta do Paul, é o Estado que detém a maior área da reserva natural (ver tabela 4). Esta realidade é tanto mais relevante se se considerar que, à data da criação da RNPB toda a área pertencia a particulares e, por outro lado, os terrenos adquiridos correspondem a aproximadamente 85% da área de proteção total e 27% da área de proteção parcial.

A aquisição de outros terrenos por parte do Estado é fundamental para uma correta gestão do espaço natural, criando condições para o um aumento da biodiversidade, mas também funcionando como reserva estratégica de água, dado que atualmente, ao contrário do que sucedia, a reserva natural mantém sempre uma extensa área alagada, o que é tanto mais relevante, considerando a sua inserção numa região de intensa atividade agrícola principalmente de regadio.

A aquisição de terrenos, tanto a área remanescente classificada como proteção total (aproximadamente 29 hectares), como a parcela da área de proteção parcial, com cerca de 40 hectares, situada em frente ao Centro de Interpretação da RNPB, que permitiria:

- Recuperar um habitat de elevado valor conservacionista, com áreas de bunho e caniço e floresta de salgueiros;
- Contribuir decisivamente para aumentar a biodiversidade;
- Armazenar água, contribuindo para a recarga dos níveis freáticos;
- Valorizar o espaço em termos da visitaçã, permitindo que, em qualquer altura do ano, os visitantes pudessem visualizar, com facilidade, uma elevada biodiversidade.



### 7.3. Outros proprietários

As parcelas de terrenos pertencentes a outros proprietários na RNPB correspondem a cerca de 157 hectares, totalizando aproximadamente 19,2% da área total da reserva natural. A noroeste estão presentes áreas florestais (choupal e eucaliptal), classificados como áreas de proteção parcial, e uma área de proteção parcial de cultura de regadio, pertencentes a 2 proprietários. A sul existem faixas de terrenos alongados (hastins) ou a parcelas encravadas (os talhos): à exceção de 2 pequeníssimas parcelas incluídas nas áreas de proteção total e uma faixa reduzida integrada nas áreas de proteção parcial, todos estas parcelas estão integradas em áreas de proteção complementar e são exploradas por mais de uma dezena de agricultores, sejam seareiros que alugam ou compraram essas parcelas, sejam proprietários de outras quintas que têm o assento de lavoura nas proximidades da reserva natural (tabela 4)

	Área dentro da RNPB em hectares (aproximadamente)	Porcentagem em relação à área total da RNPB (%)
Quinta do Paul	325	39,78
Propriedade do Estado	188	23,01
Outros proprietários	157	19,21
Quinta de Miranda	120	14,69
Quinta da Broa	27	3,31
TOTAL	817	100

Tabela 4- Regime de propriedade dentro da RNPB

Na imagem 7, pode visualizar-se a distribuição do regime de propriedade na RNPB. Na parte sul, a rosa, percebe-se que as parcelas de outros proprietários são faixas estreitas e alongadas, de dimensões reduzidas, localmente designadas por hastins e talhos.

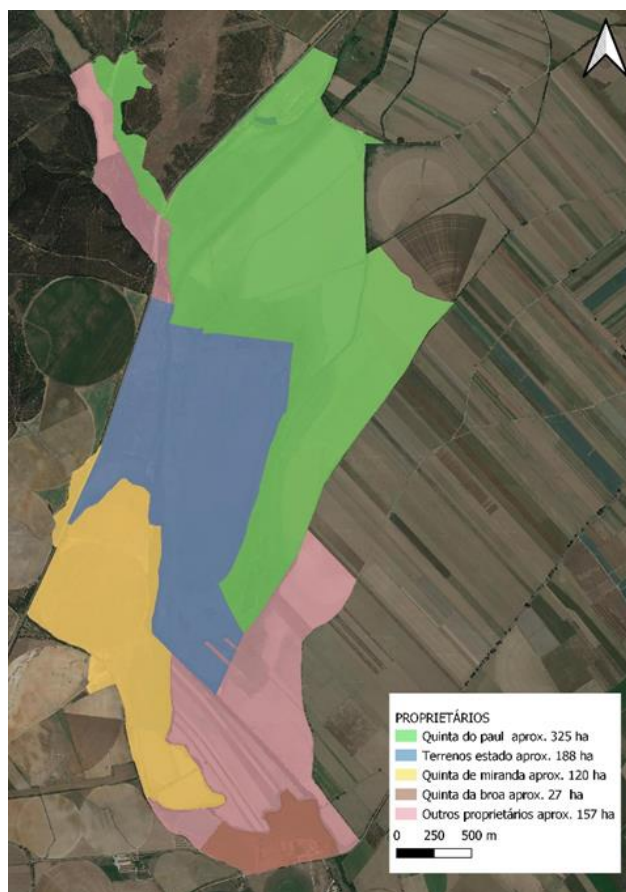


Figura 17 - Regime de propriedade dos terrenos na RNPB

## 8. Património Histórico e Cultural

O património histórico e cultural é um reflexo da relação profunda entre as comunidades locais e o ambiente ao longo dos séculos. Na RNPB tal património inclui vestígios arqueológicos que remontam a diferentes períodos, como sítios pré-históricos, vestígios romanos e medievais. Além disso, a presença de antigos moinhos de água e estruturas de drenagem tradicionais demonstra a importância da água na vida das comunidades locais ao longo do tempo. A influência da atividade humana na modelagem da paisagem, através de práticas agrícolas tradicionais, como a criação de campos de arroz, também é uma parte significativa do património cultural da área protegida. Além disso, as tradições locais e a história das comunidades que habitam, ou habitaram, a região desempenham um papel importante no património cultural da reserva natural, embora grande parte desses valores não estejam incluídos dentro do território abrangido pela RNPB.

### 8.1. Património construído e arqueológico dentro da Reserva Natural

No território da RNPB, em particular na zona de transição entre a lezíria o espargal, este correspondendo a antigos terraços fluviais do Tejo, composto por terrenos arenosos e cascalheiras, foram encontrados diversos vestígios humanos do período pré-histórico, em particular núcleos de quartzitos talhados pelos primeiros homens, na idade da pedra lascada.

Nos terrenos do Estado, na zona ao perto do barracão de Miranda, foram encontrados alguns vestígios de ocupação romana em particular uma tégula e outras vestígios de cerâmica.

Na estrada que acompanha a linha férrea, antes da passagem para o Vale da Negra, existe o vestígio de uma antiga ponte medieval ou romana.

*Quinta do Paul do Boquilobo, antiga quinta de Nossa Senhora da Graça do Paul do Boquilobo*

Conforme referido por Artur Gonçalves (Gonçalves, 1937), a quinta do Paul terá pertencido à ordem dos Templários. No reinado de D. João I o paul estava abandonado e começou a ser cultivado pelo Infante D. Henrique, que, passado algum tempo, o deu a D. Fernando de Castro, conforme consta de um documento datado de 1436. Uma antiga lápide, colocada no marco onde está inserida a sineta ainda hoje existente junto do casario da quinta tem a seguinte inscrição:

*“Bernardo de Abreu Durão, cavaleiro e criado da casa de Sua Majestade, sendo feitor deste Paul mandou fazer nesta igreja, púlpito e casa para a pia de batizar com esmolas que ele e os lavradores deram a N.ª. S.ª. da Graça. P.H. Padre Nosso e Ave Maria pelas almas do purgatório. Ano de 1666.”*

Em 1768 o casario da quinta era assim descrito no tombo de medição e demarcação da quinta do Paul:

*“Num alto umas casas nobres que constam de várias salas e quartos, com a sua cozinha, baixos e cocheiras e da parte do nascente, na esquina da parte do norte uma torre e duas varandas de pedra para a parte do pomar viradas ao sul e nelas pregada a uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Graça; na entrada duas escadas com um patim para a parte da capela. A poente umas casas para o feitor, com armazéns de azeita, celeiros de para pão, cavalariças, palheiros e mais casas dos moço e currais para os gados. No mesmo alto, separado das casas principais a ermida velha, contígua às casas dos moços, com suas casas e a ela pegadas e pia batismal com as suas casas e lagar de azeite, eiras e mais oficinas necessárias para o recolhimento dos frutos e granjeios da quinta.”*

Nesta data foram colocados, no ato da referida demarcação da quinta, vinte sete marcos com a inscrição S.P. (Sam Paio) e as armas dos Castros com seis arruelas do Brasão, com o diâmetro de cerca dez centímetros cada, que, tendo a configuração de queijos, são chamados pelo povo como os marcos dos queijos. Pelo menos um destes marcos ainda é visível no terreno

Atualmente existe ainda uma capela de traça recente (de que não foi possível apurar a data), lagar, cavalariças, picadeiro e diversos barracões agrícolas, bem como algumas casas térreas para os assalariados e uma pequena casa de primeiro andar, de construção mais cuidada, provavelmente para o feitor. No entanto, nada resta da casa senhorial

original nem da antiga capela que terá sido demolida no início do séc. XIX (Gonçalves, 1936).



Figura 18- Quinta do Paul

Nesta data foram colocados, no ato da referida demarcação da quinta, vinte sete marcos com a inscrição S.P. (Sam Paio) e as armas dos Castros com seis arruelas do Brasão, com o diâmetro de cerca dez centímetros cada, que, tendo a configuração de queijos, são chamados pelo povo como os marcos dos queijos. Pelo menos um destes marcos ainda é visível no terreno

Atualmente existe ainda uma capela de traça recente (de que não foi possível apurar a data), lagar, cavalariças, picadeiro e diversos barracões agrícolas, bem como algumas casas térreas para os assalariados e uma pequena casa de primeiro andar, de construção mais cuidada, provavelmente para o feitor. No entanto, nada resta da casa senhorial original nem da antiga capela que terá sido demolida no início do séc. XIX (Gonçalves, 1936).

#### *Quinta de Miranda*

A construção mais antiga da quinta de Miranda é um antigo celeiro que tem inscrito, na verga da porta de entrada, os seguintes dizeres: conde de Rio Maior 1877.

Todo o restante casario será posterior a esta data, já que o assento desta propriedade não era neste local, mas sim na quinta de S. João da Ventosa, que sofreu um grande incêndio. Para além duma casa térrea, senhorial, onde reside a família de um dos proprietários, a quinta conta com diversas instalações agrícolas e uma pequena praça de toiros, onde se faziam as tentas dos bezerros.

*Quinta da Broa, antiga quinta do Almonda*

Embora a quinta da Broa seja a quinta que tem menos terreno dentro da RNPB, é aquela que tem um património construído de maior relevo.

Desde logo é de assinalar o seu palácio imponente, onde residem os proprietários, cuja construção se iniciou em 1931, com suas 365 janelas, que está geminado com uma capela onde está sepultado seu fundador Rafael José da Cunha. O enorme portão de entrada para a quinta, em ferro forjado, é encimado por uma estrutura, também em ferro forjado, com data de 1931. O enorme pátio interior está rodeado de diversos edifícios agrícolas, destacando-se um antigo lagar, cavalariças e um enorme celeiro onde se exhibe uma coleção museológica de carros de tração animal. Também existe uma área de jardim formal.

A coudelaria da quinta da Broa, iniciada em 1817, é famosa pela criação de cavalos lusitanos de elevado nível e, para apoiar esta atividade, para além do arneiro foi construído, em 2015, nas ruínas do antigo lagar, um picadeiro coberto com uma área aproximada de 900 m<sup>2</sup>.

## 8.2. Município de Torres Novas

O município de Torres Novas possui um rico património histórico e cultural que remonta a diversos períodos da história do país. Alguns dos principais pontos de interesse, em termos do património imaterial e construído, são os seguintes:

- **Castelo de Torres Novas:** Uma das principais atrações do município é o seu castelo medieval, situado no topo de uma colina. Construído no século XII, o castelo foi uma importante fortificação estratégica durante a Idade Média, desempenhando um papel significativo nas lutas e disputas entre cristãos e mouros;
- **Convento do Carmo:** Este antigo convento carmelita foi outrora um edifício religioso de destaque na cidade, datado do século XVI. Em 1834, com a dissolução das ordens religiosas, a igreja e convento passam para a Misericórdia local, sendo então feitas obras de adaptação a Hospital da parte conventual. Atualmente é a localização da Câmara Municipal de Torres Novas, com a capacidade para eventos culturais e exposições;
- **Palácio dos Desportos:** Inaugurado em 2005, com localização privilegiada numa das entradas principais da cidade, junto à saída da A23 para Torres Novas, o Palácio dos Desportos foi construído com uma polivalência que lhe permite acolher grandes competições desportivas, concertos, feiras, exposições e congressos. É uma instalação multiusos de grande qualidade que permite a prática de atividades desportivas e que cumulativamente possibilita a realização de eventos culturais (teatros, óperas, etc.) e sociais (conferências, congressos, concertos, exposições, etc.), dependendo da configuração adotada pode receber

um número significativo de visitantes, fruto da aposta em bancadas do tipo telescópico, com capacidade para 1300 lugares sentados;

- **Ruínas Romanas da *Villa Cardílio*:** São muitos os vestígios da presença romana no atual território do concelho de Torres Novas. De entre um conjunto de cerca de 28 sítios onde foram encontrados artefactos e marcas da ocupação romana nesta região, destacam-se as ruínas romanas de *Villa Cardílio*, situadas a cerca de três quilómetros de Torres Novas e postas a descoberto pelas escavações a cargo do coronel Afonso do Paço, a partir de 1962. Estas escavações permitiram trazer a público um conjunto de alicerces, bases de colunas e pavimentos ornamentados com diversos padrões de *tesselas* pertencentes a uma antiga quinta romana. Do vasto espólio recolhido, apresenta-se uma pequena parte no Núcleo de Arqueologia do Museu de Torres Novas;
- **Feira de Época de Torres Novas:** Com uma periodicidade anual, e desde a sua primeira edição no ano de 2010, Torres Novas recua no tempo por alturas da sua feira medieval. Durante este grande evento toda a cidade se envolve no espírito de dar nova vida à História e os dias enchem-se de magia, animação e surpresa, num centro histórico onde impera um castelo renovado e uma praça plenos de vida. Uma festa cheia de cor, cheiros e sabores de outrora, que convida o visitante a uma autêntica viagem no tempo. Considerada uma das melhores feiras medievais da Península Ibérica, destaca-se de outras que se realizam no nosso país pela sua forte componente pedagógica, útil na transmissão de conhecimentos sobre a história local e nacional, a par do rigor histórico inerente a todo o evento. Um programa de animação permanente, performances musicais e teatrais que fazem a contextualização histórica, cortejos e danças, a par de um programa de atividades lúdicas e de interpretação histórica, asseguram a sua forte componente pedagógica. A sua localização privilegiada permite aliar elementos históricos distintos como o castelo, a Praça 5 de Outubro ou a muralha fernandina, o património religioso situado nas imediações, bem como a malha urbana que os interliga e o rio Almonda, que atravessa a cidade e, envolvendo o castelo, confere um cenário natural repleto de cor ao centro histórico de Torres Novas;
- **Feira Nacional dos Frutos Secos:** Realizando-se desde 1985 de forma ininterrupta, este é um evento que ano após ano volta a afirmar Torres Novas como «Capital dos Frutos Secos», mas sobretudo visa dinamizar um setor com fortes raízes na tradição e na cultura torrejanas. Num mundo em constante mutação, e onde a velocidade das mudanças é cada vez mais vertiginosa, a Feira Nacional dos Frutos Secos espelha bem as potencialidades duma aliança entre a tradição e a inovação, conjugando objetivos de diferenciação e de qualidade com a transmissão de conhecimento e de envolvimento da comunidade torrejana e do visitante. Entre os principais objetivos da Feira contam-se a dinamização e a dignificação do setor dos frutos secos e passados, a preservação dos saberes e sabores associados aos frutos secos, com principal destaque para a tradição, cultura e património torrejanos;

- **Festas do Almonda:** As Festas do Almonda assinalam anualmente a elevação de Torres Novas à condição de cidade, data que se celebra a 8 de julho. Com um programa habitualmente preenchido por várias propostas artísticas e desportivas, e que se divide por vários dias de festa, os fins de tarde e as noites de julho são em Torres Novas um verdadeiro convite para ouvir e dançar boa música, assistir a uma peça de teatro em família, percorrer um caminho na Serra ou simplesmente desenhar com muita atenção as flores vermelhas do jardim. O amplo espaço que acolhe este evento e que fica bem no coração da cidade dá pelo nome de Jardim das Rosas e situa-se junto à margem do rio Almonda que lhes dá o nome. As Festas do Almonda cruzam e confrontam estilos e tendências, procurando manter uma coerência viva entre o que foi e os novos ingredientes para o que será. Por isso, a cada ano que passa, lá nos encontramos uma vez mais no Jardim das Rosas, para comer, beber e ouvir música em conjunto, para dançar clássicos ou novas sonoridades e nos divertirmos junto ao rio;
- **Dia da Espiga, 5ª feira da Ascensão:** é feriado municipal no concelho de Torres Novas, Golegã, Alcanena, Chamusca e muitos outros concelhos do Ribatejo, celebrando-se numa 5ª feira, 40 dias após o domingo de Páscoa. Embora a religião cristã a tenha incorporado no calendário litúrgico, comemorando a data de Ascensão de Cristo ao céu, trata-se de uma festa pagã, provavelmente em celebração da Flora, deusa da fertilidade. Nesta data é habitual a ida ao campo, para apanhar a espiga e outras plantas com valor simbólico, formando um ramo que se deve guardar até ao ano seguinte, sendo frequente a ida à RNPB nesse dia.

A história a freguesia de Riachos remonta a tempos antigos, com vestígios arqueológicos que apontam para a ocupação humana desde a época romana. A região foi influenciada por várias civilizações ao longo dos séculos, incluindo os romanos, visigodos e muçulmanos. No século XII, durante a reconquista Cristã, a região foi e incorporada ao Reino de Portugal. Ao longo dos séculos, Riachos evoluiu como uma localidade agrícola e comércio local. As atividades agrícolas, como a produção de azeite, cereais, vinho e outros produtos, foram fundamentais para a economia local. A cultura de Riachos é enraizada em tradições e festividades populares. A freguesia mantém festas religiosas, feiras e celebrações folclóricas, que refletem a devoção religiosa e a identidade comunitária dos seus habitantes. O artesanato local é outra parte importante da cultura de Riachos, com destaque para a cerâmica, a tecelagem e os trabalhos em madeira. Destacam-se ainda os seguintes elementos patrimoniais de Riachos:

- **Quinta do Melo:** Edificada no séc. XVIII, pertencia ao almotacé-mor do reino Lourenço Gonçalves da Câmara Coutinho, sendo herdada pela descendência até 1884. Em 1886 é comprada em hasta pública pelo Dr. António Maria de Carvalho, 2º barão de Chancelheiros, que fundou a Parceria Agrícola e Industrial Cibebe e construiu a destilaria de álcool de beterraba. Atualmente a quinta está devoluta;

- **Museu Agrícola de Riachos:** Inaugurado em 1989, reúne um espólio representativo do modo de vida tradicional das gentes riachenses e dos vários aspetos da ruralidade da zona geográfico-cultural de transição do bairro para a borda-d'água ribatejana. O lagar e a eira, a casa tradicional e a maquinaria agrícola, o traje e as artes e ofícios tradicionais são as temáticas que se destacam no contexto do seu acervo etnográfico;
- **Festa da Bênção do Gado:** A Festa da Bênção do Gado trata-se de uma tradição rural cuja origem se perde na memória dos tempos e revela a marca identificadora desta terra, das suas gentes e das suas raízes. Em honra de S. Silvestre, patrono dos lavradores, dos campos e protetor dos animais. No início do século passado (séc. XX), a Festa ainda se realizava quase todos os anos, normalmente no mês de junho, antes das colheitas de verão, tendo perdido a sua regularidade a partir da década de 30, passou a realizar-se excecionalmente. A entidade organizadora, a Sociedade dos Cingeiros- associação de socorros mútuos dos lavradores e criadores de gado riachenses – definia a oportunidade da sua organização. Atualmente a festa realiza-se de 4 em 4 anos. Os momentos mais importantes da Festa, desde a edição de 1966, são a procissão do Senhor Jesus dos Lavradores e o Cortejo da Bênção do Gado.

Relativamente à União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel, detentora duma tradição agrícola antiga, a atividade agrícola tem sido uma parte fundamental da economia local ao longo dos séculos. A produção de azeite, cereais, vinho e outras culturas agrícolas têm sido importantes para o sustento da população. A cultura desta União de Freguesias é enraizada em tradições rurais e festividades populares. As festas religiosas são uma parte significativa da vida cultural local, com celebrações em honra de santos padroeiros e eventos religiosos que envolvem toda a comunidade. Salienta-se que é nesta freguesia que se insere a aldeia do Boquilobo, povoação que dista do Centro de Interpretação da Reserva cerca de 1,5 km. Destacam-se ainda os seguintes elementos patrimoniais da União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel:

- **CHUDE - Centro Humberto Delgado, Boquilobo:** Em homenagem a esta personalidade, que nasceu na aldeia do Boquilobo, foi recuperada a sua residência e convertida num núcleo museológico dedicado à sua ação política em defesa da democracia e da liberdade em Portugal. No CHUDE, os visitantes terão contacto com vários suportes físicos e digitais dedicados ao percurso pessoal e político do General Humberto Delgado e dos republicanos e resistentes torrejanos, uma pequena biblioteca temática integrada no catálogo coletivo da Biblioteca Municipal, e um espaço de exposições temporárias que abrirá com uma exposição dedicada aos resistentes locais ao anterior regime;
- **Igreja Paroquial de Alcorochel / Igreja de Nossa Senhora da Purificação:** Construída no século XVII, a igreja apresenta características arquitetónicas típicas desse período, com uma nave de teto em madeira e uma capela-mor abobadada. A sua



fachada é marcada por uma torre sineira, que confere um elemento distintivo ao conjunto. A espacialidade interna da igreja reflete a influência da contrarreforma, caracterizada pela ênfase na simplicidade e clareza na disposição dos elementos, seguindo os princípios postridentinos. Esse estilo arquitetónico destaca a importância dos rituais religiosos e a comunicação efetiva entre o clero e os fiéis. No que diz respeito à decoração, a Igreja Paroquial de Alcorochel apresenta elementos rococó na janela da fachada principal, demonstrando a influência deste estilo artístico que floresceu principalmente no século XVIII, conhecido pelas linhas curvas e ornamentação exuberante;

- **Igreja Paroquial de Parceiros de Igreja / Igreja de Nossa Senhora das Neves:** Destaca-se pela sua arquitetura religiosa que mistura elementos maneiristas e rococós. A igreja é caracterizada por uma fachada ladeada por uma torre sineira, evidenciando influências maneiristas na composição arquitetónica. O interior revela uma nave única com teto em madeira e uma capela-mor abobadada, seguindo princípios espaciais postridentinos que realçam a simplicidade na disposição dos elementos para a realização dos rituais religiosos. Os portais da igreja são notáveis pela sua ornamentação rococó, apresentando molduras decorativas que refletem a exuberância característica desse estilo artístico do século XVIII. A cronologia da igreja sugere que sua construção tenha iniciado no século XVII, com a conclusão estimada em 1654, como indicado na verga da porta do púlpito. Na segunda metade do século XVIII, a igreja passou por modificações importantes, incluindo a inclusão dos portais principal e lateral sul, bem como a introdução do retábulo na capela-mor;
- **Quinta de Caniços: Em 1768 denominava-se quinta de S. Caetano de ao pé do paul,** e confina com a quinta do Paul. Grande parte desta quinta, atualmente designada por quinta de S. João Batista, foi adquirida pelas caves D. Teodósio que possui 130 hectares de vinha. A casa principal, a necessitar de obras de recuperação urgente, é um imponente edifício do estilo colonial.

### 8.3. Município da Golegã

A história da Golegã está ligada à ocupação humana desde a pré-história, como evidenciado por achados arqueológicos na região. Durante o período romano, a região era conhecida por sua produção agrícola, especialmente a vinicultura, e era uma parte importante das rotas comerciais da época. A importância estratégica da Golegã aumentou ao longo dos séculos, principalmente devido à sua localização geográfica próxima ao rio Tejo. A região tornou-se um ponto crucial para a defesa do território português, com a construção de fortificações e o estabelecimento de ordens militares. A vila é especialmente conhecida por ser a "Capital do Cavalo" em Portugal, sendo um dos principais centros equestres do país. A vila também é conhecida pela sua arquitetura tradicional, com edifícios históricos que remontam a diferentes períodos, incluindo casas senhoriais e igrejas e capelas datadas desde o século XVI, testemunhando a rica herança cultural da região. A arte e a música folclórica também têm um papel importante na

cultura local, com danças típicas e trajes regionais. Entre os principais ícones patrimoniais da vila, destacam-se:

- **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição:** É o principal edifício religioso do concelho. Construída em estilo manuelino, salientando-se o seu pórtico e as duas entradas laterais, a igreja possui um interior de herança gótica, rico em detalhes adicionados ao longo dos séculos, como os altares laterais, e os painéis de azulejo, que cobrem o altar-mor.
- **Museu Municipal Martins Correia:** Museu versado integralmente sobre a obra do pintor e escultor goleganense, Joaquim Martins Correia, conhecido como Mestre;
- **Casa Estúdio Carlos Relvas:** Edificada entre 1871 e 1875, é fruto da paixão de um abastado lavrador goleganense, Carlos Relvas, que em pleno século XIX traz para Portugal, a partir da Golegã, uma das mais inovadoras invenções do período romântico, a fotografia. Este edifício apresenta características únicas a nível mundial, como o facto de ter sido construída de raiz com o objetivo exclusivo de acolher um laboratório e estúdio dedicados especificamente ao desenvolvimento de uma técnica que, à época, dava os primeiros passos, propiciando ao seu proprietário um local de excelência para a prática e ensaio de novos métodos naquela disciplina simultaneamente artística, científica e tecnológica;
- **Museu da Máquina de Escrever:** Está localizado no antigo Palacete Marques de Almeida, edifício recentemente batizado Biblioteca Municipal José Saramago. Por si só um edifício admirável, em que as máquinas expostas são fruto de um extraordinário trabalho colecionista de Artur Azinhais e constituem o maior acervo do género em Portugal;
- **Feira Nacional do Cavalo:** Realizada anualmente, também conhecida como Feira da Golegã, atrai milhares de visitantes, juntando criadores, cavaleiros e entusiastas do mundo equestre de todas as partes do país e do mundo. Nesta feira, além dos negócios de animais e produtos agrícolas, encontram-se exposições de artesanato e gastronomia, numa verdadeira amostra da diversidade cultural portuguesa. Desde 1571 que esta feira se realiza, marcada anualmente pelo 11 de novembro, Dia de São Martinho, seu patrono. Algumas das atividades integradas na feira envolvem diretamente a Reserva Natal em particular o *raid* equestre;
- **Expoégua:** Considerada hoje, pela maioria dos criadores, como local e ocasião ideais para promover e divulgar as éguas, independentemente da sua origem. Realizada em maio, (simbólico de primavera, fertilidade e “Mãe”) transforma a vila da Golegã num ponto de encontro daqueles que, ligados ao setor da criação de equinos e que procuram fêmeas de excelência, aqui vêm apreciá-las. Uma das maiores tradições ocorre durante este evento, a Romaria a São Martinho, que envolve uma procissão equestre em que, parte do percurso é realizado na RNPB;

- **Dia da espiga, 5ª feira da Ascensão:** conforme se referiu para o concelho de Torres Novas, esta celebração de carácter rural tem grande importância na região em particular neste concelho e respetivas freguesias;
- **Eventos desportivos:** o concelho da Golegã tem-se notabilizado pela realização de diversas provas desportivas que envolvem um elevado número de atletas, nacionais e estrangeiros, a saber XTerra e corrida da Biosfera.

Na freguesia de Azinhaga, eleita em 1938 a “Aldeia mais Portuguesa do Ribatejo”, a atividade agrícola sempre foi uma parte fundamental da sua economia, com a produção de cereais, azeite, vinho e outras culturas agrícolas que desempenharam um papel importante no sustento da população local ao longo dos séculos. A freguesia também é conhecida pelas suas tradições ligadas à criação de gado. Os trajes regionais e a música folclórica desempenham um papel importante na cultura local, refletindo a identidade e o orgulho da comunidade. Além disso, a Azinhaga é famosa por ser o local de nascimento de José Saramago, um dos escritores mais influentes da literatura portuguesa. O autor recebeu o Prémio Nobel de Literatura em 1998 e a sua casa de infância, hoje um museu dedicado ao seu legado literário, é um importante ponto cultural na freguesia. Destacam-se ainda os seguintes elementos patrimoniais da Azinhaga:

- **Fundação José Saramago (núcleo em Azinhaga):** José Saramago nasceu na Azinhaga e a fundação José Saramago, sediada na casa dos Bicos em Lisboa, instalou na antiga Escola da Azinhaga um núcleo da fundação, que organiza diversas atividades culturais e promove a obra do Nobel, tendo também recuperado a casa dos avós de Saramago onde o autor passava os verões. O autor refere-se a esta povoação e ao paul do Boquilobo em algumas das suas obras, em particular nas pequenas memórias;
- **Igreja Matriz de Azinhaga:** A igreja matriz é um edifício religioso de arquitetura maneirista que data do século XVII. Com uma arquitetura simples e encantadora, a igreja é um lugar de devoção e fé para a comunidade local, bem como um testemunho da história religiosa da freguesia;
- **Ermida de S. José:** Construída em 1634, é uma capela particular, da família Serrão de Faria, do estilo maneirista, que conserva todas as suas características originais considerando que nunca foi alterada. É considerada um imóvel de interesse público. O seu interior é revestido com azulejos tipo padrão e joalheria estacando-se as pinturas do teto da nave, de enorme valor iconográfico José Saramago refere-a no livro Viagem a Portugal.
- **Festa das Bateiras:** Celebrada anualmente, na 2ª feira seguinte ao domingo de Páscoa. Consiste na subida de barcos desde a Azinhaga até à Quinta da Broa, junto à ponte que limita, a sul, a reserva natural, e convívio e festejos familiares, numa merenda informal em diversos locais do campo, e a visita à capela de Nossa Senhora da Piedade na Quinta da Broa, numa procissão que envolve a Banda

Filarmónica de Azinhaga e o grupo de Rancho dos Campinos de Azinhaga. Esta festividade envolve diretamente a RNPB;

- **Festa do Bodo, ou Festa do Divino Espírito Santo:** Realizada de quatro em quatro anos, inspiradas no culto do Espírito Santo com referências documentadas datadas até 1569. Essas celebrações envolvem procissões, desfiles de tabuleiros, missas, música folclórica e danças tradicionais, reunindo a comunidade em torno da fé e das tradições locais e da distribuição do “bodo” à população.

#### 8.4. Património gastronómico

Embora existem muitos aspetos do património gastronómico que valorizam e individualizam a região, como por exemplo o cabrito ou as couves com feijão, no que se refere ao Concelho de Torres Novas, e, no caso da Golegã como o ensopado de borrego, o sável frito e os doces tradicionais que, desenvolvidos ao longo dos séculos pelas pobres gentes que trabalhavam no campo e tendo por base as poucas sobras de alimentos que restavam, adquiriram um sabor de iguaria sem igual,

No que respeita à Reserva são as enguias que têm mais tradição. São comidas habitualmente por toda a região, no entanto é na aldeia do Boquilobo, fritas, grelhadas ou em ensopado, que são mais divulgadas.

A miga de enguias à *Manel Pescador* é um prato típico dos Riachos.

No concelho da Golegã valoriza-se a utilização da cagarrinha (*Scolymus hispanicus*) um cardo espontâneo, muito comum, inclusivamente na RNPB, que se utiliza para confeção de sopa.

Embora na região se pesque habitualmente o lagostim de água doce da Louisiana, uma espécie infestante muito abundante, o seu consumo local ainda não está explorado.

#### 9. Atual Uso/ Ocupação do solo

Segundo a COS 2018 (tabela 5), a ocupação de solo dominante na RNPB é de culturas temporárias de sequeiro e regadio, que representa 53,15% deste território, seguida a zona classificada como paul (COS Nível 4), representado em 31,48% do território da AP.

No entanto, estes dados da ocupação do solo, por se terem sido recolhidos numa escala muito pequena não traduzem de forma fidedigna a situação na RNPB, por isso apresenta-se seguidamente a situação mais recolhidos através do programa *QuantoGis* a uma escala de 1/10000 tendo por base o ortofotomapa disponibilizado na aplicação *GoogleEarth* (voo de dezembro de 2015) conforme se pode visualizar na figura 19.

COS Nível 3	COS Nível 4	Área (hectares)	Território da AP (%)
Zonas húmidas interiores	Paul	257,21	31,48
Florestas de folhosas	Florestas de outras folhosas	89,66	10,97
Florestas de folhosas	Florestas de sobreiro	7,69	0,94
Instalações agrícolas	Instalações agrícolas	2,78	0,34
Superfícies agroflorestais (SAF)	SAF de sobreiro	14,6	1,79
Olivais	Olivais	10,83	1,33
Culturas temporárias de sequeiro e regadio e arrozais	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	434,23	53,15
	TOTAL	817	100%

Tabela 5- Ocupação do solo na RNPB segundo a COS 2008

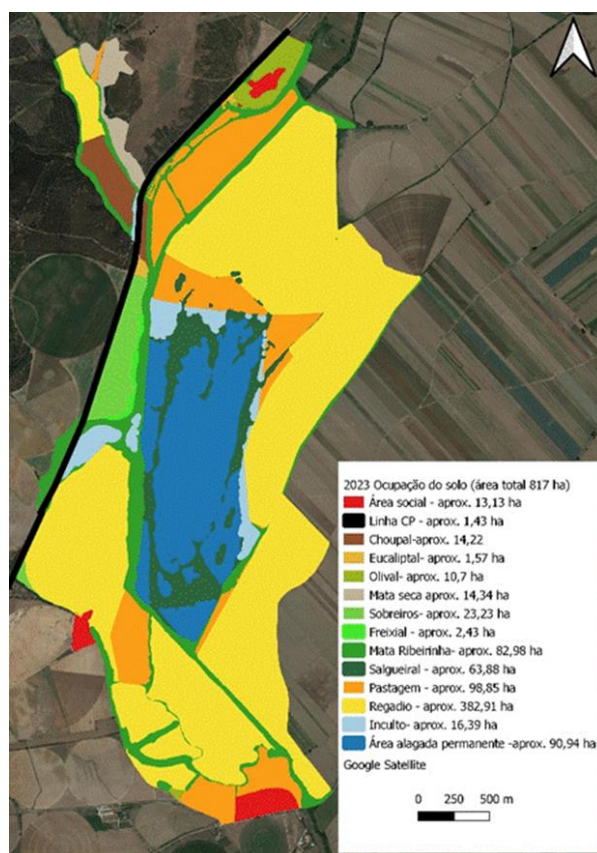


Figura 19 - Atual ocupação levantamento a partir de ortofotomapa (voo dezembro 2015)

As diferentes classes identificadas são as seguintes:

- **Culturas arvenses, predominante de regadio, e hortícolas** (cerca de 382,91 hectares, aproximadamente 46,87 % da área da RNPB): Ocupam as áreas de proteção complementar. A cultura predominante é o milho, mas, mais recentemente, começam também a cultivar-se algumas áreas consideráveis com girassol. Nas áreas afetas a pequenos proprietários é frequente a realização de duas culturas, alternando o milho com culturas hortícolas de inverno. Por vezes, algumas áreas são cultivadas com cereais de sequeiro, conferindo um valor acrescido, porque, potencialmente, atraem algumas aves estepárias que estão ameaçadas e que não aparecem habitualmente na RNPB. Estas áreas, após a colheita são também utilizadas como pastagens de gado ovino
- **Pastagem** (cerca de 98,85 hectares, aproximadamente 12,09 % da área total da RNPB): As áreas de pastagem, com prados espontâneos correspondem às áreas de proteção parcial que não estão arborizadas. No caso dos terrenos afetos à quinta do paul dominam os ovinos, embora recentemente também exista uma área pastoreada com equinos. No caso da quinta de Miranda as áreas de pastagem são exclusivamente para equinos. No que respeita à quinta da Broa as áreas de pastagem são utilizadas por equinos e bovinos e correspondem a áreas de proteção complementar;
- **Área alagada permanentemente** (cerca de 90,94 hectares, aproximadamente 11,13% da área total da RNPB): A área permanentemente alagada é muito significativa e aumentou consideravelmente nas últimas décadas, considerando que, aquando da criação da área protegida, toda a área era drenada artificialmente através da bombagem forçada. Nas zonas mais marginais existem algumas zonas de bunhal e caniçal que têm vindo a aumentar. A área ocupada pelo jacinto de água tem vindo a aumentar consideravelmente, o que é um fator de grande preocupação;
- **Mata ribeirinha** (cerca de 82,98 hectares, aproximadamente 10,16% da área total da RNPB): Corresponde à floresta ribeirinha que acompanha, de forma mais ou menos linear, o curso do rio Almonda e o traçado das valas e valadões, sendo também relevante o valado da extrema que limita, a nascente, a quinta do Paul. Esta mata, principalmente constituída por salgueiros, freixos e choupos, tem um elevado valor conservacionista e estabelece a ligação entra a reserva natural e outras áreas relevantes, em termos de conservação, como a margem direita do Tejo ou as alvercas. No entanto, o que é preocupante é que a sua área, em particular nas proximidades da reserva natural, tem vindo a ser reduzida drasticamente, com graves prejuízos em termos da conservação dos valores naturais e da conetividade entre os diferentes espaços;

- **Salgueiral** (cerca de 63,88 hectares, aproximadamente 7,82%): A área de salgueiral constituída por matas mais ou menos densas de diversas espécies: salgueiro branco (*Salix alba*); salgueiro frágil (*Salix X rubens*); salgueiro negral (*Salix atrocinerea*); borrazeira branca (*Salix salviifolia*). A mancha de salgueiral está principalmente representada na área de proteção total e, embora a área tenha aumentado nos limites da zona alagada dentro da zona que está permanentemente coberta de água, tem-se verificado que vastas áreas têm secado, provavelmente por excesso de exposição hídrica. O salgueiral tem um elevado valor conservacionista por ser utilizado por diversas aves em termos de nidificação, em particular por espécies coloniais como garças, colhereiros, íbis e corvos marinhos;
- **Sobreiros** (cerca de 23,23 hectares, aproximadamente 2,84% da área total da RNPB): Embora existam alguns sobreiros (*Quercus suber*) dispersos noutras áreas da RNPB (em particular na zona referida como mata seca), na área em que dominam têm uma enorme importância ecológica, sendo relevante o facto de ser toda propriedade do Estado, desenvolvendo-se no seu interior cerca de metade do trilho de descoberta da natureza. Embora dominem os sobreiros, existem algumas outras espécies arbóreas relevantes, destacando-se: alguns núcleos de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*), azinheiras (*Quercus rotundifolia*), dois exemplares monumentais de zambujeiro (*Olea europaea var. sylvestris*), um núcleo de catapereiro (*Pyrus bourgeana*), entre outras. Existem também alguns exemplares de figueira (*Ficus carica*) remanescentes da antiga ocupação do solo antes da aquisição dos terrenos por parte do Estado. No início deste século, a área (já na posse do Estado) foi intervencionada, tendo sido feito um plano florestal em zonas que estavam desarborizadas com predomínio para o sobreiro, também com alguns exemplares de azinheira e carvalho-cerquinho. Esta área, embora que a sua dimensão seja pouco significativa, tem potencial para evoluir no sentido de vir a ter características de dois habitats contemplados na Rede Natura 2000, considerados no anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua atual redação, a saber: 6310 montados de *Quercus spp.* de folha perene e 9330 Florestas de *Quercus suber*;
- **Inculto** (cerca de 16,39 hectares, aproximadamente de 2,01% da área total da RNPB): São, fundamentalmente, franjas da área de proteção total compostas por prados, caniçais e bunho, sujeiras a inundação periódica durante a época de cheias. Tem grande importância ornitológica em especial as zonas de bunho e caniçal. Também inclui algumas áreas de proteção total na zona do Braço de Cortiça.
- **Mata seca** (cerca de 14,34 hectares, aproximadamente 1,75 % da área total da RNPB): Corresponde a uma zona de mata mista numa encosta pertencente à Quinta do Paul, a poente da linha do comboio. É bastante diversificada em termos da cobertura arbórea, sendo o único local da RNPB onde surgem

coníferas, pinheiro-manso (*Pinus pinea*) e pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*). É uma zona importante em termos da biodiversidade, em particular para a nidificação de algumas espécies de aves de rapina;

- **Choupal** (cerca de 14,22 hectares, aproximadamente 1,74 da área total da RNPB): Embora existam alguns outros exemplares de choupos que fazem a parte da mata ribeirinha, especialmente ao longo das margens do rio Almonda e no Valado da extrema, esta área de choupal, por se tratar de uma área florestal em que as árvores apresentam todas a mesma classe etária, sendo cortadas todas ao mesmo tempo (com um período, entre cortes, que ronda os 10 anos), apresenta características especiais;
- **Área social** (cerca de 13,13 hectares, aproximadamente 1,61 da área total da RNPB): Corresponde à zona urbana das quintas da Broa e de Mato de Miranda, respetivamente com cerca de 3 hectares e 7 hectares, incluídas na zona de intervenção específica. No caso da Quinta do Paul, embora a zona de intervenção específica correspondente seja bastante maior, para efeitos da presente análise considerou-se apenas a área que efetivamente corresponde ao casario, incluindo o Centro de Interpretação da RNPB, sendo a restante área contabilizada como olival;
- **Olival** (cerca de 10,7 hectares, aproximadamente 1,31% da área total da RNPB) na reserva, embora existam algumas exemplares dispersos de oliveiras: Um núcleo com cerca de 45 exemplares, com grande importância em termos da biodiversidade, por ser aí que ocorre a população de junquilha menor (*Narcissus fernadesii*) e o núcleo incluído em Zona de intervenção específica da Quinta do Paul, que inclui algumas centenas de árvores, incluindo os 36 exemplares pertencentes à RNPB, nos arredores do Centro de Interpretação da RNPB. Este segundo núcleo tem uma grande importância em termo da biodiversidade, tanto mais que a grande área de olival pertencente à Quinta do Paul, situada a poente da linha férrea, fora dos limites da área protegida, foi arrancada e substituída por eucaliptal;
- **Freixial** (cerca de 2,43 hectares/ 0,31% da área total da RNPB): embora os freixos (*Fraxinus angustifolia*) estejam bem representados na mata ribeirinha nesta área em particular, existem um freixial onde dominam os exemplares desta espécie e que ocorre tanto porque naturalmente os freixos colonizam zonas sem cobertura arbórea como também em resultado da implantação de um projeto florestal realizado no início no séc. XXI. Tratam-se, portanto, de exemplares ainda relativamente novos e todos mais ou menos com igual grau de crescimento. O freixial é um habitat considerado no âmbito da Rede Natura 2000, considerados no anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua atual redação, a saber: 91B0 Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia*. É também relevante referir que a RNPB é o único local nacional considerado no



âmbito do Catálogo Nacional de Materiais de base como certificado para recolha de sementes desta espécie para viveiros florestais;

- **Eucaliptal** (cerca de 1,57 hectares/0,19% da área total da RNPB): Refere-se a duas pequenas manchas que já tiveram mais de três cortes e, portanto, já estão muito envelhecidos. É desejável que, no futuro, as áreas de eucaliptal venham a ser convertidas em áreas florestais com espécies autóctones;
- **Linha da CP** (cerca de 1,43 hectares/ 0,17% da área total da RNPB): Considerando que esta linha limita a reserva natural a poente, este valor refere-se apenas a dois dos seus troços que atravessam a área protegida, no vale da Negra e no Braço da Cortiça.

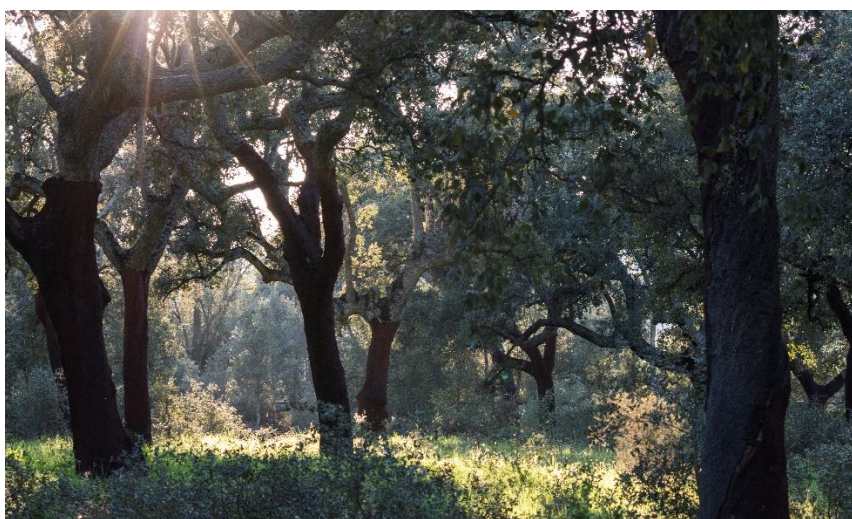


Figura 70- Propriedade do Estado, área com sobreiros.

## 10. Sócio economia

Em termo sócio económicos a região, embora com números inferiores a certas regiões mais interiores, nota-se um despovoamento acentuado e um envelhecimento da população.

### 10.1. Dentro da área protegida

Quinta do Paul do Boquilobo:

Quando a RNPB foi criada, na década de 80 do século passado, viviam na Quinta do Paul, pelo menos, 4 famílias com total de cerca de 15 pessoas. Para além disso a quinta dava trabalho permanente a 6 tratoristas, um mecânico e 5 assalariados rurais: feitor, maioral das éguas e trabalhadores indiferenciados. O número de assalariados rurais aumentava consideravelmente durante a época de sementeira, rega e colheita. Na casa da passagem de nível, hoje desativada, vivia uma família de 3 elementos. Atualmente vive na quinta a família do proprietário das ovelhas (constituída por três pessoas) e três pastores. Esta é a única quinta onde não residem os proprietários.

Quinta da Miranda:

Aqui vivem cerca de 15 pessoas, incluindo a família de um dos proprietários e alguns assalariados rurais. A família do proprietário que não reside na quinta tem a casa de habitação na Azinhaga.

Quinta da Broa:

Aqui vivem cerca de 15 pessoas, incluindo a família do proprietário e assalariados rurais. A Quinta da Broa, embora em habitações próximas, mas fora do perímetro da área protegida, recuperou algumas casas utilizadas inicialmente como habitação dos assalariados rurais, para turismo.

## 10.2. Municípios de Torres Novas e Golegã

Tal como se pode verificar na tabela 6, recorrendo aos dados dos Censos 2021 do INE, verifica-se que o número total de residentes no território da RNPB, considerando os concelhos de Torres Novas e Golegã, era de 39511 habitantes. O concelho de Torres Novas registava uma população de 34111 habitantes e o da Golegã de 5400 oque pode ser justificado pelo facto do concelho de Torres Novas abarcar um área de 270 Km<sup>2</sup> e o da Golegã apenas 84,32 km<sup>2</sup>, o que corresponde a uma densidade populacional de 126,33 habitante por Km<sup>2</sup> e 64,04 respetivamente. Para esta diferença significativa na densidade populacional poderá contribuir o facto de Torres Novas ter diversas empresas e serviços que possibilitam emprego no setor secundário e terciário, ao contrário da Golegã com menor oferta nesses setores.

Registou-se uma redução de 8,82% (entre 2011 e 2021), na população residente no território da RNPB, valor bastante superior média nacional de 2%. Os valores mais significativos registaram-se na freguesia da Azinhaga com uma queda de 12,72%.

Quanto à representação das faixas etárias, no território da AP, verifica-se que apenas 16,9% têm idades entre os entre os 0 e 19 anos, 47,4% entre os 20 e os 59 anos e 35,7% acima dos 60 anos. Esta realidade demonstra um envelhecimento notório da população em particular na UF de Brogueira, Parceiros da Igreja e Alcorochel e na freguesia de Azinhaga, provavelmente por serem freguesias mais rurais.

Quanto à taxa de variação da população residente, comparativamente com os censos de 2011, o único crescimento verificado foi na faixa etária dos maiores de 65 anos (2,17%), havendo decréscimo nas restantes: dos 0 aos 14 anos (-13,66%), dos 15 aos 24 (-6,69%) e dos 25 aos 64 (-11,59%). Embora as freguesias de Riachos e Golegã tenham apresentado indicadores positivos com um aumento nas faixas etárias os 15 aos 24 anos (5,74% e 1,93% respetivamente), essa realidade não contraria a tendência de o envelhecimento da população.

	Residentes		Faixa Etária (0 – 19 anos)		Faixa Etária (20 – 59 anos)		Faixa Etária (60 ou mais)	
<b>Torres Novas (Município)</b>	<b>34111</b>	<b>100%</b>	<b>5795</b>	<b>17%</b>	<b>16146</b>	<b>47,3 %</b>	<b>12170</b>	<b>35,7 %</b>
<b>Riachos</b>	4990	100 %	863	17,3%	2304	46,2 %	1823	36,5 %
<b>U.F. Brogueira, Parceiros Igreja e Alcorochel</b>	2602	100 %	398	15,3%	1156	44,5 %	1048	40,2 %
<b>Golegã (Município)</b>	<b>5400</b>	<b>100%</b>	<b>886</b>	<b>16,4%</b>	<b>2569</b>	<b>47,5 %</b>	<b>1945</b>	<b>36,1 %</b>
<b>Golegã</b>	3591	100 %	629	17,5%	1734	48,3 %	1228	34,2 %
<b>Azinhaga</b>	1414	100 %	198	14,0%	650	46,0 %	566	40,0 %
<b>Torres Novas e Golegã</b>	<b>39511</b>	<b>100%</b>	<b>6681</b>	<b>16,9%</b>	<b>18715</b>	<b>47,4 %</b>	<b>14115</b>	<b>35,7 %</b>

Tabela 6- Distribuição etária nos municípios de Torres Novas e Golegã e freguesias da RNPB

Relativamente ao grau de escolaridade obtido (tabela 7), nos concelhos que incluem a AP, menos de metade população frequentou o ensino secundário e menos de 1/5 o ensino superior, esta tendência é mais notória nas freguesias mais rurais.

Quanto à taxa de emprego/desemprego, tal como em relação ao nível de escolaridade, embora forma menos acentuada, também é nas freguesias mais rurais, UF de Brogueira, Parceiros da Igreja e Alcorochel e Azinhaga, que se verifica uma maior taxa de desemprego.

	Proporção residentes/ensino secundário (%)	Proporção residentes/ensino superior (%)	População empregada (%)	Taxa de Desemprego (%)
<b>Torres Novas (Município)</b>	<b>43,69</b>	<b>18,77</b>	<b>41,02</b>	<b>4,1</b>
<b>Riachos</b>	41,54	15,6	40,26	5,46
<b>U.F. Brogueira, Parceiros Igreja e Alcorochel</b>	34,27	12,94	38,7	5,57
<b>Golegã (Município)</b>	<b>40,13</b>	<b>14,72</b>	<b>42,47</b>	<b>5,49</b>
<b>Golegã</b>	43,42	17,08	43,16	3,73
<b>Azinhaga</b>	34,43	10,82	37,69	6,33

Tabela 7-Grau de escolaridade e taxa de emprego nos municípios de freguesias da RNPB

Quanto aos números relativos ao emprego e atividade económica (ver tabela 8), o território apresenta 44,81% da população em idade ativa, dos quais 39,31% estão empregados e 5,50% desempregados. Embora seja relevante a produção agrícola, o sector terciário (económico) ocupa 38,51% da população residente, em que 80,03% trabalham por conta de outrem. O setor primário tem muito mais expressão na Golegã

do que em Torres Novas em particular na freguesia da Azinhaga ocupando, ainda assim, pouco mais de um décimo da população ativa, provavelmente devido à mecanização da agricultura. Nos últimos anos é notório a utilização de trabalhadores emigrados em particular de países asiáticos.

	Sector primário (%)	Sector Secundário (%)	Sector Terciário – Económico (%)	Sector Terciário – Social (%)
Torres Novas (Município)	<b>2,03</b>	<b>23,72</b>	<b>41,36</b>	<b>32,89</b>
Riachos	3,38	19,86	44,10	32,65
U.F. de Brogueira, Parceiros e Alcorochel	2,80	30,27	42,06	24,88
Golegã (Município)	<b>9,11</b>	<b>20,86</b>	<b>37,1</b>	<b>32,93</b>
Golegã	6,52	20,32	37,03	36,13
Azinhaga	12,57	22,51	39,21	25,7

*Tabela 8- Dados da distribuição da população nos diferentes setores das atividades económicas*

A produção agrícola do território, de acordo com os dados do Recenseamento Agrícola de 2019, apresenta uma Superfície Agrícola Utilizada de 11768 ha, na qual dominam as culturas temporárias de sequeiro e regadio, abrangendo 7876,47 ha. As culturas com maior expressão são os para grão (em especial milho de regadio), com 196 explorações (42,6% do n.º de explorações de culturas temporárias); quanto às culturas permanentes sobressaem as explorações de olival, com 360 explorações (51,87% do n.º de explorações de culturas permanentes e 31,19% do n.º total de explorações. Por fim, relativamente às dimensões das explorações agrícolas, 55,78% delas apresentam uma área entre 1ha e 4ha.

### 10.3. Alojamento e operadores turísticos

Os setores turístico e de alojamento em Torres Novas e Golegã desempenham um papel vital na promoção e sensibilização da área protegida, destacando-se como elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável e a preservação do património natural e cultural. Estas localidades, enraizadas numa rica herança histórica e cultural, oferecem aos visitantes uma experiência diversificada, desde atrativos históricos a eventos tradicionais. A disponibilidade de opções de alojamento, como hotéis, pensões e aluguer de temporada, não apenas facilita a estadia dos turistas, mas também desempenha um papel crucial na criação de consciência sobre a importância de áreas protegidas, promovendo práticas turísticas responsáveis e sustentáveis. Esta integração entre o setor turístico e a preservação do meio ambiente reforça a relevância estratégica dessas localidades na conservação e na promoção de áreas protegidas, e em partícula da RNPB, contribuindo para a consciencialização global sobre a importância da preservação ambiental.

Relativamente a alojamento, recorrendo aos dados, da Registo Nacional dos Estabelecimentos de Alojamento Local (RNAL) e Registo Nacional de Empreendimentos Turístico (RNET) (tabelas 9 e 10) constata-se a variedade de tipologias de alojamento presentes no território, que, para além de proporcionar uma pluralidade de experiências, permite a atração de turistas diversificados (Lista em anexo).

	Apartamento (n.º aloj./cap.)	Estabelecimento Hospedagem (n.º aloj. /cap.)	Moradia (n.º aloj. /cap.)	Quartos 7(n.º aloj. /cap.)
Torres Novas	4/6	3/16	13/55	5/16
Golegã	2/3	10/106	21/102	0/0

Tabela 9- Município de Torres Novas e Golegã oferta alojamento local

	Agroturismo (n.º emp./cap)	Casa de Campo (n.º emp./cap.)	Turismo de Habitação (n.º emp./cap.)	Hotel Rural (n.ºemp./cap.)	Hotel (n.º emp./cap.)
Torres Novas	1/23	8/103	1/8	1/33	2/180
Golegã	3/44	2/12	3/41	0/0	1/48

Tabela 10-Município de Torres Novas e Golegã nº de empreendimentos e capacidade máxima

No que respeita a ofertas de animação turística, partindo dos dados da Registo Nacional de Agentes de Animação Turística RNAAT (lista em anexo), das 17 empresas de animação turística a operar no território (13 no município de Torres Novas e 4 na Golegã) apenas 4 são reconhecidas como Turismo da Natureza.

Na reserva foram autorizadas, para exercer atividades de turismo da natureza (observação de aves, interpretação da natureza, passeios equestres ...) um total de 20 empresas embora a maior parte não tenha renovado a concessão. Destas empresas, 1 é do concelho da Golegã, 3 do concelho de Torres Novas, 5 de âmbito regional (Santarém, Abrantes, Tomar e Rio Maior) e as restantes 11 de âmbito nacional. Destas empresas apenas uma exerce, sediada na Golegã, exerce a sua atividade regularmente (turismo equestre de atrelagem), outras 4 (especialmente vocacionadas para a observação de fauna e interpretação da natureza) exercem a sua atividade apenas uma ou duas vezes por ano.

Em resumo, perante a ampla disponibilidade de alojamento e diversa tipologia, existem as condições ideais para que as medidas contempladas neste plano de cogestão permitam regular e qualificar os agentes que pretendam operar no território, tal como o potencial de parcerias que possam diversificar a oferta turística, assegurando as regras da conservação desta área protegida, a promoção dos seus valores e a dinamização do negócio local.

#### 10.4. Dados de visitação na RNPB

Como se pode verificar através do gráfico seguinte (imagem 9), segundo os dados fornecidos pelo ICNF, desde 1996 (embora sem dado para 1998), o n.º total de visitantes à RNPB tem vindo a aumentar regularmente.



Figura 81- Variação do nº de visitantes contabilizados na RNPB desde 1996

O número total de visitantes por ano não é muito elevado: foram contabilizados um mínimo de 111 visitantes em 2001, um máximo de 3863 registados em 2023.

No entanto, é importante considerar que os dados apresentados apenas se referem aos visitantes que foram contabilizados na RNPB, ou seja, os que:

- Se dirigem ao Centro de Interpretação;
- São acompanhados em visitas previamente marcadas;
- Se encontram fortuitamente ao longo do trilho de descoberta da natureza;
- Participam em visitas organizadas pelas empresas turísticas ou atividades desenvolvidas pelas autarquias ou outras entidades e que dão conhecimento à RNPB.

Além disso, destaca-se o seguinte:

- O trilho de descoberta da natureza pode ser percorrido a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana;
- Grande parte dos visitantes não se dirigem ao Centro de Interpretação quando está aberto.



Figura 22- Visitantes no trilho de descoberta da natureza

Atendendo ao exposto, o número total de visitantes contabilizado está, seguramente, abaixo do valor real. Tais restrições tornam-se evidentes ao verificar que 59% (em 2022) e 47% (em 2023) dos visitantes passaram pelo Centro Interpretativo e as visitas acompanhadas por um guia representaram 26% (em 2022) e 31% (em 2023) do total de visitantes (Figura 23).

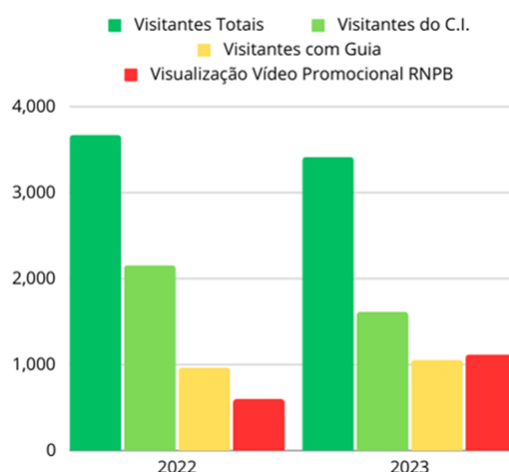


Figura 23- Visitas guiadas por técnico das RNPB e nº de visitantes no centro de Interpretação

Ao analisar o n.º de participantes em atividades na RNPB, tendo em conta os promotores das mesmas (Figura 24), destacam-se as atividades realizadas em parceria (867 em 2022 e 353 em 2023) e as de promotores externos autorizados (957 em 2022 e 677 em 2023)

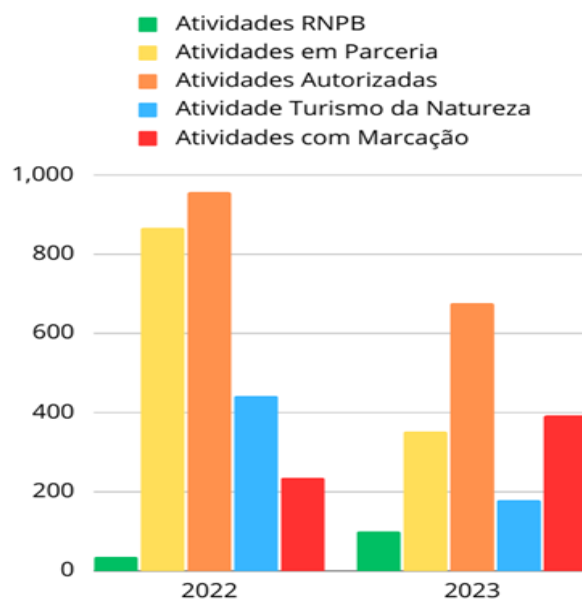


Figura 24- Promotores das atividades realizadas na RNPB

Quanto à tipologia dos visitantes em 2023 (Figura 25) consta-se que prevalecem as visitas de escolas seguindo-se as atividades desportivas e outras ações promovidas pelas autarquias com número reduzido de eventos mas com muitos participantes por evento.

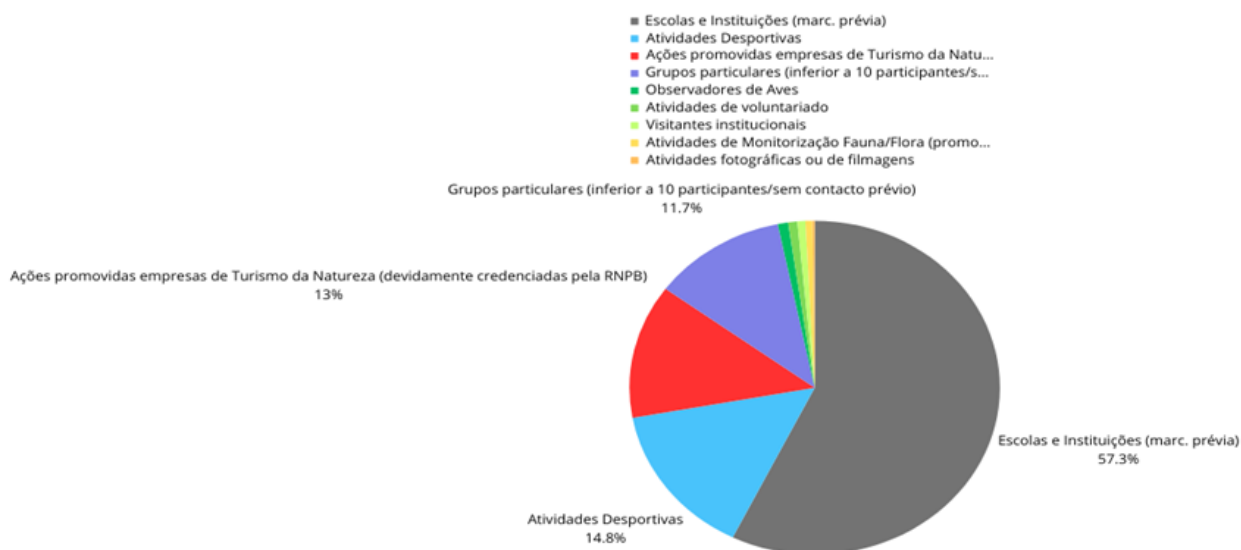


Figura 26 -Tipologia dos visitantes registados na RNPB em 2023

Relativamente à proveniência dos visitantes, em 2022 e 2023, (imagem 13) verifica-se, respetivamente, que:

- 39,9% e 18% vieram de Torres Novas, o elevado nº de visitantes em 2022, comparativamente com o ano seguinte justifica-se porque nesse ano houve uma



alunos de escolas desse concelho que visitaram a RNPB em resultado de um projeto da CMTN;

- Os visitantes da CMG, 11,8% e 5,6%, embora incluam alunos das escolas do concelho são principalmente visitantes isolados ou em pequenos grupos familiares;
- Os visitantes de outros concelhos são oriundos dos concelhos limítrofes (Entroncamento, Chamusca e Santarém) e de Lisboa principalmente;
- Os visitantes de origem desconhecida correspondem principalmente a provas realizadas com levado número de participantes de origem nacional e estrangeiros não tendo sido possível identificar a quantidade respetiva;
- Os estrangeiros, embora em pequeno número são principalmente europeus, com destaque pra a Holanda e Reino Unido, mas também alguns americanos e brasileiros.

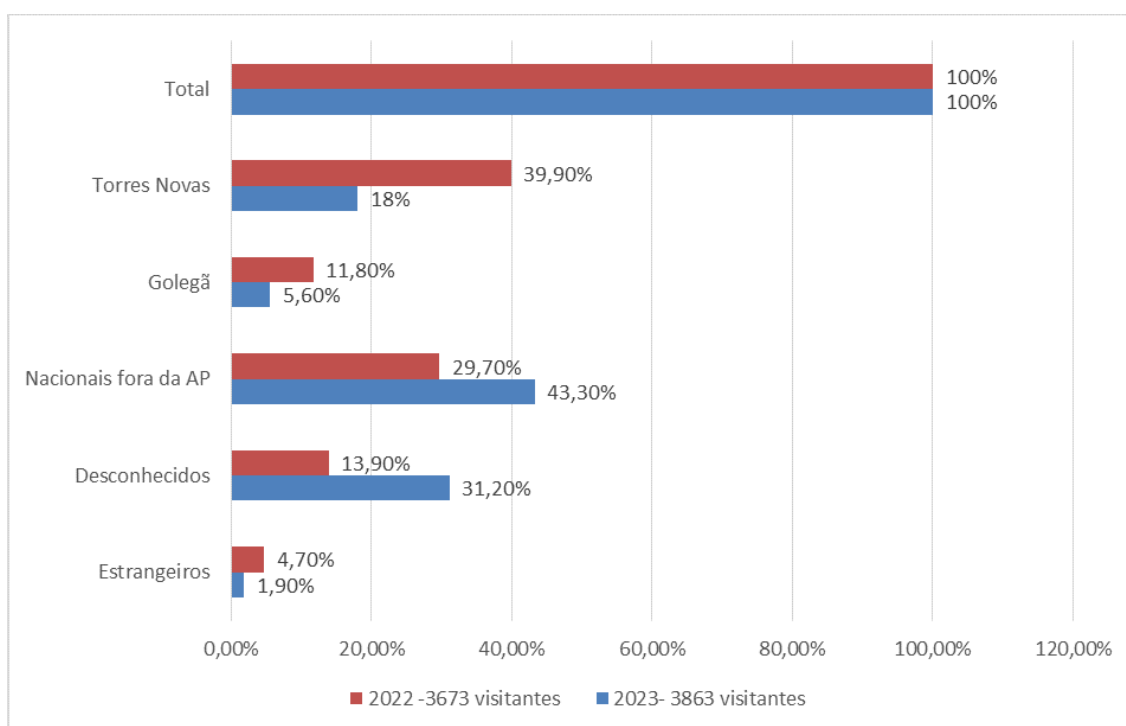


Figura 26 - Proveniência dos visitantes contabilizados na RNPB

#### 10.4. Estruturas de apoio à visitação

##### Centro Interpretativo da RNPB

Está situado num edifício construído de raiz para o efeito, no final da década de 80 do século passado, e que necessita de obras de manuten o e conserva o urgentes.

No centro de interpreta o está sediada a sede da RNPB.

O edifício tem no seu interior uma exposi o interativa, inaugurada em 24 de junho de 2018, financiada por um projeto apresentado pela câmara municipal de Torres Novas; Num pequeno anfiteatro, com cerca de 16 lugares sentados e capacidade para 25 pessoas, pode ser visualizado um pequeno filme de apresenta o da reserva natural, com legendas em inglês, financiado pela câmara municipal de Torres Novas e com dura o de cerca de 12 minutos.

Existem ainda três gabinetes que são utilizados pelos técnicos afetos à área protegida e pelos vigilantes da natureza.

O Centro Interpretativo funciona como local de acolhimento e enquadramento dos visitantes.

Anexo ao edifício do Centro Interpretativo foi também construída uma garagem que funciona também como oficina e arrecadação.

Foi também construído um pequeno centro de recepção de aves que atualmente se encontra desativado.



Figura 27- Centro de interpretação e garagem em outubro de 2012

#### *Trilho de descoberta da Natureza*

O trilho de descoberta da natureza da RNPB, circular, de grau fácil, com extensão total de 6 km, está subdividido em 2 troços mais reduzidos, um com 3,5 km e outro com 2,2km (figura 28).

Ao longo do trilho existem as seguintes estruturas, que foram implementadas através de uma candidatura realizada pela câmara municipal da Golegã, e inaugurado a 24 de junho de 2018:

- Dois observatórios de aves com passadiços de acesso (observatório do Rio Almonda e observatório do Braço de Cortiça);
- Três pequenas pontes e um passadiço metálico;
- Um parque de merendas;
- Um telheiro com um elevado potencial para um variado leque de atividades.



Figura 28-Trilho de descoberta da natureza e principais valências segundo o folheto de divulgação.

Os observatórios, que tinham sido vandalizados, e o telheiro, que tinha uma parte em ruínas, foram recentemente recuperados através duma candidatura apresentada pela CM da Golegã ao Fundo Ambiental tendo sido inaugurados no dia 1 de agosto de 2024.

O trilho de descoberta da natureza existente dentro da reserva natural tem ligação para dois outros que ultrapassam os limites da RNPB, a saber:

- Um, a sul, no concelho da Golegã, que estabelece a ligação com o apeadeiro de Mato de Miranda;
- Outro a norte, no concelho de Torres Novas, que estabelece a ligação com a rota do Almonda num percurso pedestre que se desenvolve ao longo das margens do rio Almonda, iniciando-se na sua nascente.

É também importante referir que o projeto “5 rotas 5 rios”, implementado no ano de 2023, estabelece a ligação com a RNPB ao longo de troços dos rios Alviela, Almonda, Tejo,

Nabão e Zêzere, através de bicicletas elétricas, com especial enfoque para o turismo ornitológico na RNPB.

De referir que a estrada do meio, que limita parcialmente a RNPB a nascente, pode ser percorrida de automóvel e possibilita, principalmente no inverno e na primavera, boas observações ornitológicas, podendo também ser valorizada pela perceção das atividades agrícolas que vão variando ao longo do ano, conferindo diferentes texturas na cobertura do solo.

#### *Observatório da Biosfera do Paul do Boquilobo*

Este observatório foi inaugurado em maio de 2023, sendo que esta nova porta de entrada foi criada ao abrigo do projeto Observatório-Parque Experimental de Conhecimento e Ação Territorial, promovido pelo Instituto Politécnico de Tomar, que teve como objetivo a conceção de um observatório que proporcione e promova um espaço de análise técnico-científica interdisciplinar com enfoque especial na Natureza, na Cultura e no Turismo.

Pretende-se que o observatório se desenvolva em 2 polos distintos, um espaço físico na área de influência da RNPB e uma plataforma tecnológica de divulgação de conhecimento a implantar no servidor do Instituto Politécnico de Tomar. O espaço físico do Observatório, em Azinhaga, resulta da cooperação de recursos e logística existente entre os vários membros integrantes da comissão de cogestão da RNPB (IPT, ICNF, CMTN, CMG e ONGATEJO). O espaço pretende centralizar a informação relevante sobre a Reserva da Biosfera do Paul do Boquilobo, a AP, e ainda incentivar e proporcionar as condições para estudos científicos futuros e uniformizar e gerir os registos de visitantes e os pedidos de visitação.

## VI. Diagnóstico Prospetivo da Área Protegida

Através de inquéritos preliminares, entrevistas a residentes e atores-locais e da realização de *workshops* participativos no território da RNPB, foi feito o diagnóstico prospetivo desta área protegida, que se encontra sintetizado na análise SWOT (imagem 15), que contribuiu para identificar e sustentar as áreas chave de intervenção delineadas na cogestão da RNPB, permitindo identificar os fatores internos que influenciam a AP no

presente (forças e fraquezas) e os fatores externos que a poderão vir a afetar no futuro (oportunidades e ameaças).

	ÚTIL	PREJUDICIAL
INTERNO	<p><b>Forças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Habitats e espécies prioritárias;</li> <li>Classificações/estatutos nacionais e internacionais;</li> <li>Elevado potencial para investigação científica;</li> <li>Raridade e singularidade do ecossistema (zonas húmida interiores);</li> <li>Papel desempenhado na retenção e regulação hidrológica;</li> <li>Ponto de interesse para aves migratórias.</li> </ul>	<p><b>Fraquezas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Pouca informação disponível sobre a AP;</li> <li>Poucas atividades de sensibilização realizadas;</li> <li>Fraca divulgação das atividades promovidas;</li> <li>Fraco contacto com a população local;</li> <li>Sinalética insuficiente (interna e periférica à AP);</li> <li>Capacidade de carga desconhecida;</li> <li>Funcionamento insuficiente do Centro Interpretativo.</li> </ul>
EXTERNO	<p><b>Oportunidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Crescente procura do turismo da Natureza;</li> <li>Crescente interesse, por parte de empresas e outras entidades, nas temáticas dos valores naturais e importância da sua conservação;</li> <li>Novas tecnologias de apoio à visitaçào e comunicação;</li> <li>Promoção da utilização de eco transportes (alternativos);</li> <li>Desempenhar função de laboratório vivo que permita conhecer melhor o território da AP;</li> <li>Oferta de experiências de qualidade e diferenciadas</li> </ul>	<p><b>Ameaças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Visitação desregulada;</li> <li>Degradação dos caminhos de acesso à AP;</li> <li>Proliferação de invasoras (jacinto d'água e lagostim-vermelho-do-lousiana);</li> <li>Perda de biodiversidade;</li> <li>Escassez e poluição dos recursos hidrológicos;</li> <li>Intensificação agrícola;</li> <li>Realização de atividades acima da capacidade de carga;</li> <li>Elevada permeabilidade do território à visitaçào</li> </ul>

Figura 29 - Análise SWOT da RNPB com base nos inquéritos realizados à população

## 1. Fatores Críticos

A comissão de cogestão elegera como prioridade deste plano de cogestão recuperar, capacitar e valorizar as infraestruturas existentes dentro da RNPB (Centro Interpretativo, parques de merendas, abrigos, trilhos, etc.), salvaguardando os valores ambientais da reserva natural.

Quaisquer medidas de promoção e comunicação que sejam aplicadas, sem levar em conta a capacidade de carga deste território, a definir, e as necessidades de controlo e monitorização da AP, podem pôr em causa os esforços de conservação ali realizados.

A qualificação e funcionamento eficaz do Centro Interpretativo da RNPB é fundamental para desempenhar as funções de comunicação, educação, pesquisa, captação de recursos e gestão da reserva natural.

O Centro Interpretativo desempenha um papel fulcral na promoção da conservação, no uso sustentável dos recursos naturais e na ligação entre a reserva natural e o público. O funcionamento eficiente, que se pretende, do Centro Interpretativo poderá, por si só, colmatar algumas das fraquezas identificadas na AP e mitigar algumas das possíveis ameaças, através da sensibilização aos visitantes, sendo necessário assegurar o seu funcionamento dentro de um horário pré-estabelecido de acordo com as tendências de visitaçào.

## 2. Estratégia, eixos e áreas-chave de intervenção

Partindo dos fatores críticos identificados, dos resultados dos inquéritos e tendo em conta o cenário desenhado pela análise SWOT, que procura retratar a realidade interna da RNPB (forças e fraquezas) e os fatores externos que a poderão afetar (oportunidades e ameaças), torna-se possível a identificação e priorização dos eixos de ação a seguir no âmbito do plano de cogestão.

Enquadrados com o âmbito do diploma em vigor em matéria de cogestão de áreas protegidas, a posição estratégica para a RNPB envolve uma abordagem integrada que combina valorização e melhoria das infraestruturas, informações e serviços, comunicação, sensibilização, participação da comunidade e promoção do desenvolvimento socioeconómico sustentável. Tal posição estratégica é dividida em 3 eixos:

- **Eixo A** – “Valorização, melhoria e qualificação de estruturas de visitação, informação e serviços da RNPB” – **Áreas-Chave:** “Ordenamento e qualificação da visitação”; “Valorização e prospeção de conteúdo informativo sobre a RNPB” e “Qualificação de serviços da RNPB”
- **Eixo B** – “Comunicação, sensibilização, participação e promoção da RNPB” – **Áreas-Chave:** “Comunicação e promoção”; “Sensibilização e fidelização” e “Colaboração e gestão participativa”;
- **Eixo C** – “Promoção do desenvolvimento socioeconómico e utilização sustentável da RNPB” – **Áreas-Chave:** “Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividades humanas com os recursos naturais” e “Desenvolvimento socioeconómico”.

Em resumo, foi definida uma posição estratégica para a RNPB que visa contribuir para os seguintes objetivos gerais:

- Valorizar e melhorar as infraestruturas, informações e serviços na reserva natural para promover a conservação e melhorar a experiência dos visitantes;
- Comunicar eficazmente a importância da reserva natural, educar o público sobre os ecossistemas e integrar a comunidade local na gestão;
- Promover o desenvolvimento de atividades socioeconómicas sustentáveis na reserva natural, que beneficiem a comunidade, tais como o turismo responsável, enquanto se garante a preservação do património cultural existente e se captam recursos para a gestão contínua deste território.

Esta abordagem integrada procura contribuir para melhorar a consciencialização pública e o sentimento de pertença a esta reserva natural, incluindo os residentes na zona envolvente, bem como a conservação ambiental dos valores naturais presentes e o desenvolvimento económico desta região, promovendo o equilíbrio entre a preservação da natureza e o bem-estar da comunidade local na RNPB.

**Eixo Complementar:**

D – “Gestão dos níveis hídricos – Minimização de eventos climáticos extremos e apoio à conservação”

Perante o aumento, neste território e não só, em escala e quantidade, de eventos climáticos extremos, a implementação de medidas adaptativas e a promoção de práticas sustentáveis podem contribuir para reduzir os impactos negativos desses eventos, protegendo comunidades vulneráveis e promovendo a resiliência ambiental da área protegida e da região.

Assim, e embora o âmbito do plano de cogestão diga respeito exclusivo aos domínios da promoção, comunicação e sensibilização dos valores da RNPB, é de opinião, unanimemente partilhada pelas entidades parceiras no âmbito da comissão de cogestão, a inclusão de medidas e ações que apoiem o trabalho de conservação dos valores naturais presentes, no combate a espécies invasoras e na capacidade de resposta a eventos climáticos extremos. Para além de tentar assegurar os valores protegidos do território, considerou-se um eixo complementar, que, na verdade, ser a base para ser possível proporcionar iniciativas futuras de promoção, comunicação e sensibilização da AP.

### 3. Auscultação e envolvimento dos atores-chave

Os atores-chave no território da RNPB foram identificados com base nas áreas sectoriais com relevância para a área protegida: restauração e hotelaria, associativismo, sectores científicos, empresas do setor primário, empresas de animação turística e comércio artesanal.

Através de reuniões setoriais, *workshops* participativos e entrevistas individuais foi possível recolher as opiniões, as expectativas e as preocupações dos atores-chave, relativamente à RNPB e à forma como esta poderá influenciar as respetivas atividades.

#### Inquérito

O inquérito para recolha de contributos sobre a valorização, promoção e comunicação na RNPB, realizado entre 23 de novembro de 2023 e 24 de janeiro de 2024, foi publicitado através das páginas on-line e das redes sociais das entidades que integram da comissão de cogestão. O mesmo foi divulgado através da distribuição pelo território da AP de convites ao preenchimento do inquérito (com o auxílio de um código QR que remetia para a página do formulário) e através de inquéritos realizados, digital e presencialmente, a residentes do território. O inquérito contabilizou 80 contributos (31 dos quais recolhidos presencialmente) e os resultados são apresentados nas imagens seguintes.

#### Respostas

Relativamente à caracterização dos inquiridos, no que se refere ao género, verifica-se que a maioria identificava-se com o género masculino e menos de metade com o feminino (figura 30).

Os resultados referentes à idade e género dos participantes são consistente com a estrutura demográfica dos concelhos da AP, com as faixas etárias dos 31-50 anos (36%) e

dos 51-65 anos (30%) mais representadas nos contributos, na maioria do sexo masculino (63%).

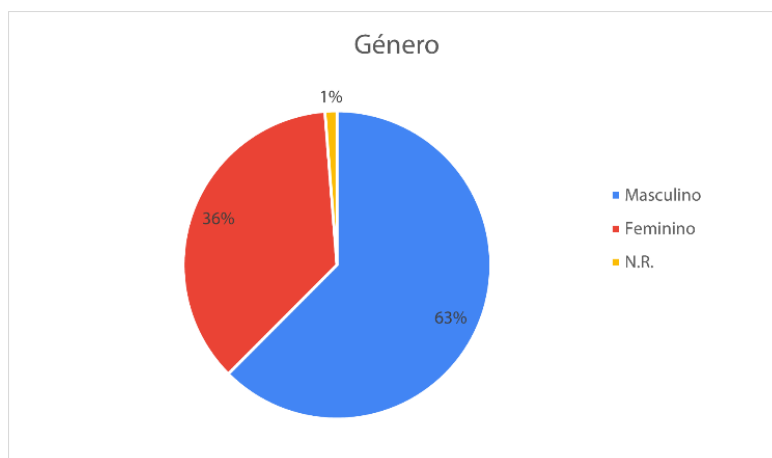


Figura 30- Género dos inquiridos

Quanto às classes etárias todos os inquiridos tinham mais de 18 anos sendo a classe mais representativa entre os 31 e 50 anos (36%) e entre os 51 e 65 anos (30%). género dos participantes é consistente com a estrutura demográfica dos concelhos da AP, com as faixas etárias dos 31-50 anos (36%) e dos 51-65 anos (30%) mais representadas nos contributos, na maioria do sexo masculino (63%), como é visível na figura 31.

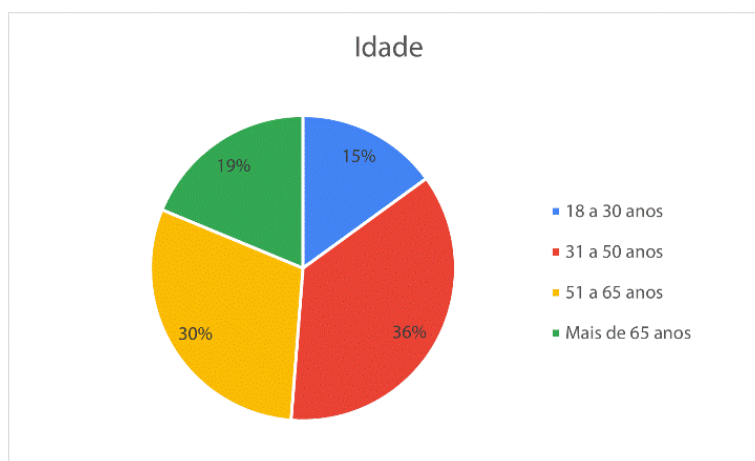


Figura 31-Idade dos inquiridos

Quanto ao nível de formação, destacam-se, entre os inquiridos, os licenciados (41%) e os que possuem mestrado (29%), valores médios acima dos registados em termos nacionais (figura 32).



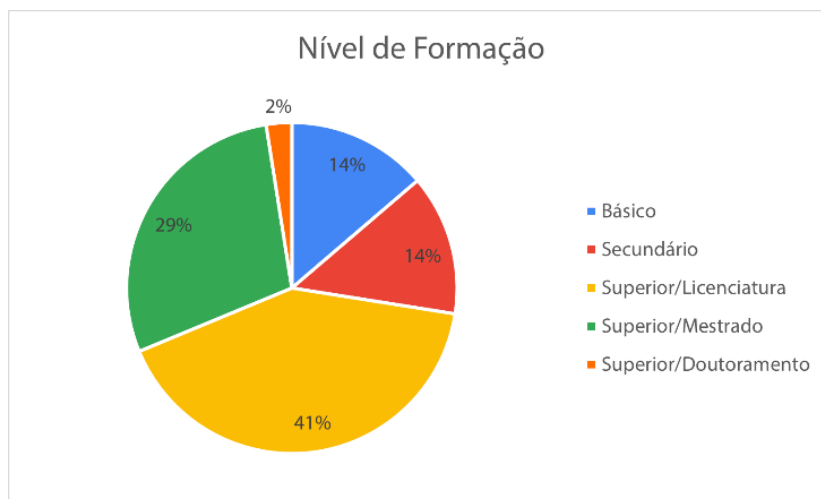


Figura 32- Nível de formação dos inquiridos

No que respeita ao setor de atividade profissional 40% exerce a sua atividade no setor terciário, 28% no setor primário, 13% no secundário e 19% de inquiridos não exerce não exerce qualquer atividade (figura 33)

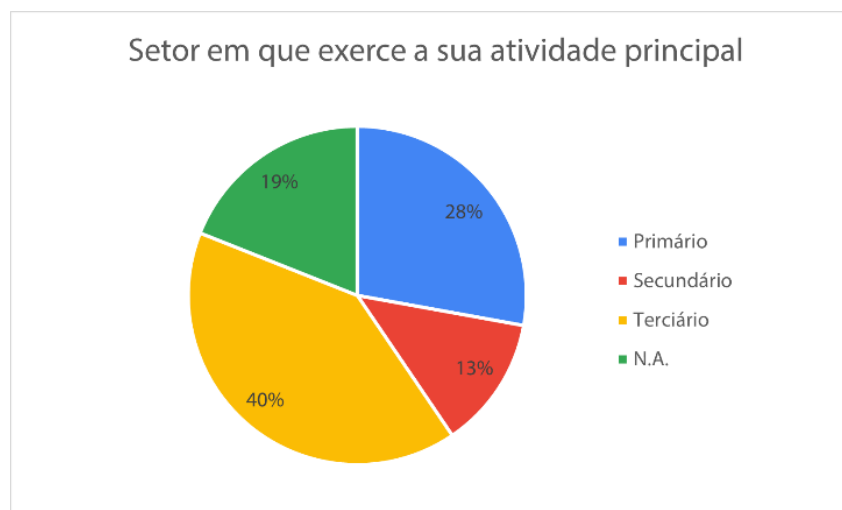


Figura 33- Setor de atividade dos inquiridos

Relativamente à área em que exerce a atividade 24,7 % dos inquiridos dedicam-se à agricultura, seguido da administração pública, 15,6%, e do ensino/formação, 5,2%. Os restantes inquiridos exercem atividades muito diversificadas (figura 34).

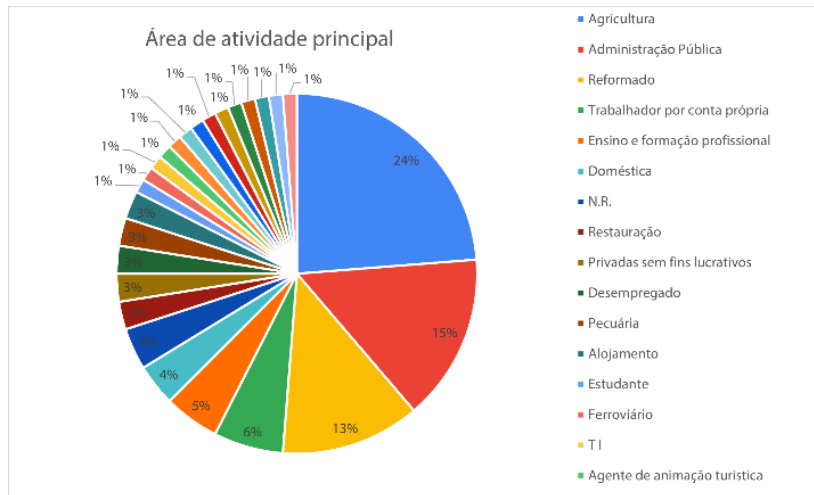


Figura 34- Atividade profissional dos inquiridos

Quanto à relação dos inquiridos com os municípios de Torres Novas e Golegã, 61% indicam tratar-se do seu concelho de residência e 16% que são os concelhos onde exercem a sua atividade profissional (figura 35).

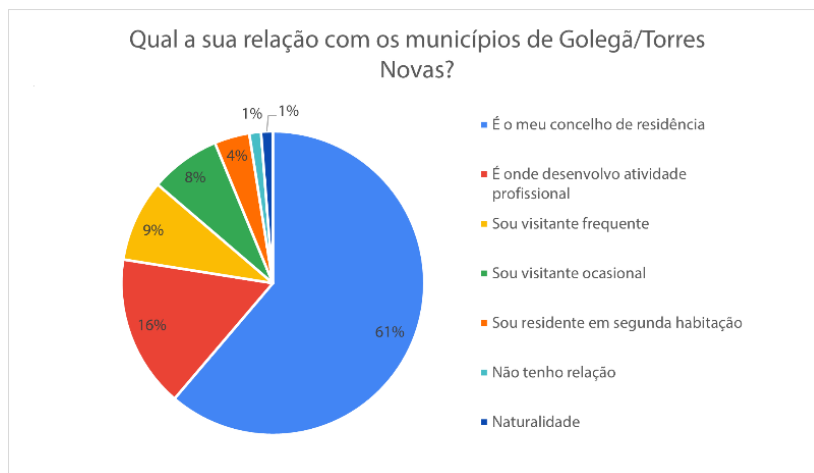


Figura 35- Relação com os municípios da AP

Da análise dos dados relativos ao concelho/freguesia de residência verifica-se que, curiosamente, a percentagem de inqueridos nos dois concelhos da AP é idêntica a saber 34%. Os restantes os restantes 32% são de uma elevada diversidade de concelhos, a esmagadora maioria da região de Lisboa e Vale do Tejo (figura 36).

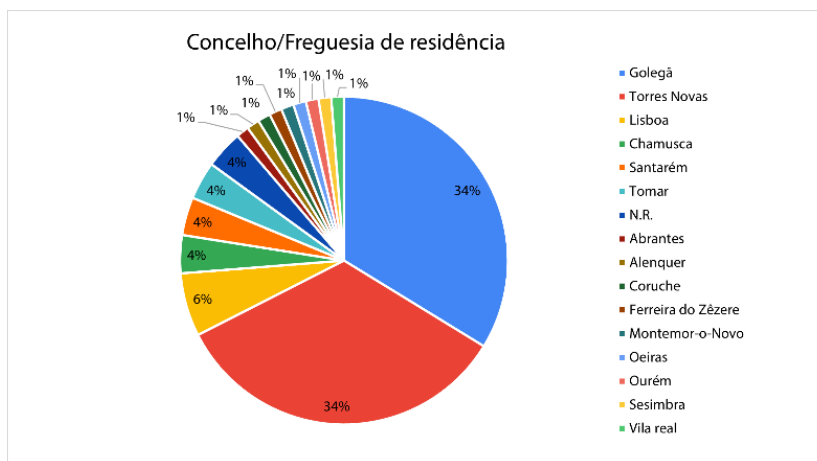


Figura 36- Concelho de residência dos inquiridos

Quanto à naturalidade, é relevante a representação da população local já que e desses 58% são naturais dos dois municípios da AP, 30% da Golegã e 28% de Torres Novas. A percentagem dos naturais de Lisboa também é significativa (13%). Os restantes 30% dos inquiridos têm natalidade muito diversificada incluindo alguns cidadãos estrangeiros: França, Cabo Verde, Angola e a até do México (figura 37)

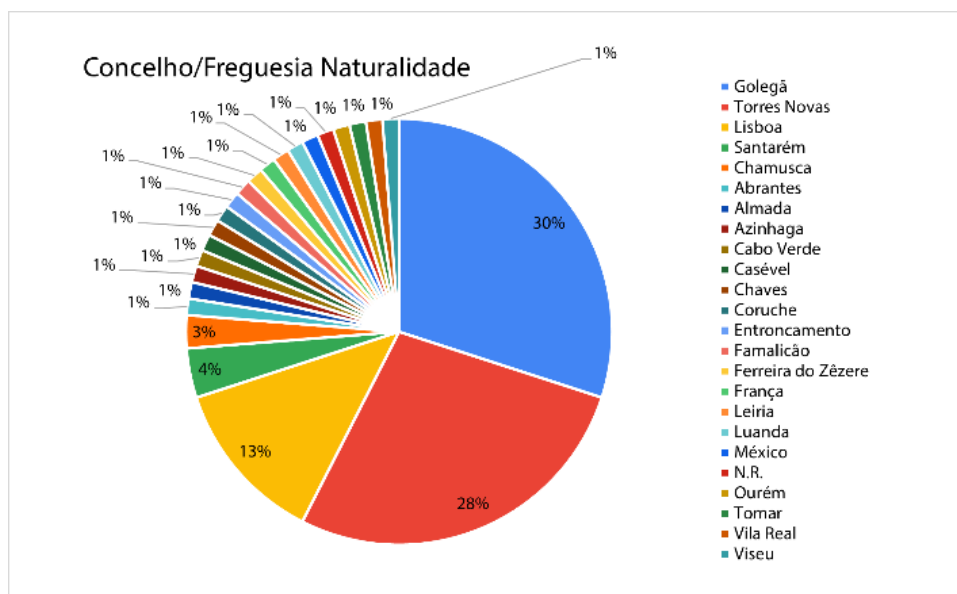


Figura 37-Naturalidade dos inquiridos.

Nas questões relativas ao conhecimento dos inquiridos acerca da RNPB (imagem 24), todos sabiam da sua existência, apenas 13% não visitou a RNPB, mas apresenta algum conhecimento sobre os seus valores da AP, 52% são visitantes ocasionais e 35% são visitantes frequentes (figura 38).

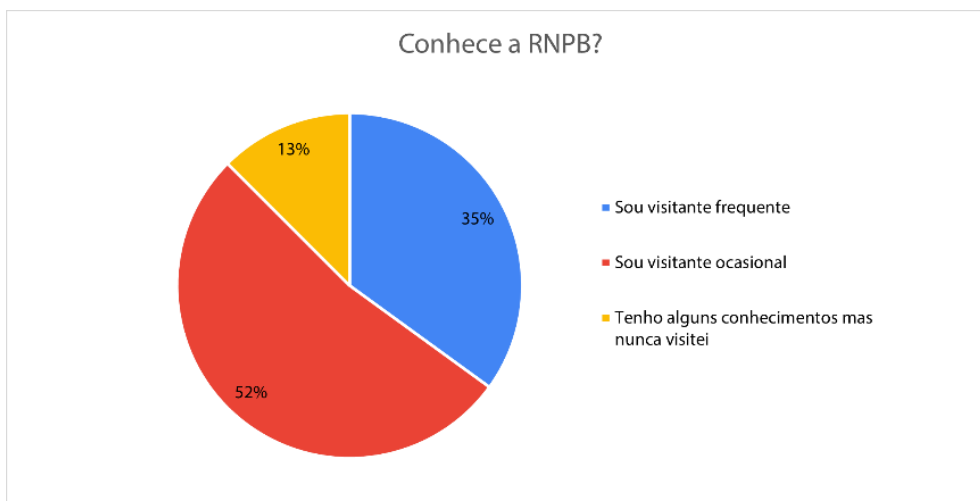


Figura 38- Conhecimento sobre a AP

Mais de metade dos inquiridos confirmou que já tinha percorrido o trilho de descoberta da natureza (figura 39)



Figura 39- Visitante no trilho de descoberta da natureza.

A percentagem de visitantes que visitou o centro interpretativo foi de 51% (figura 40)

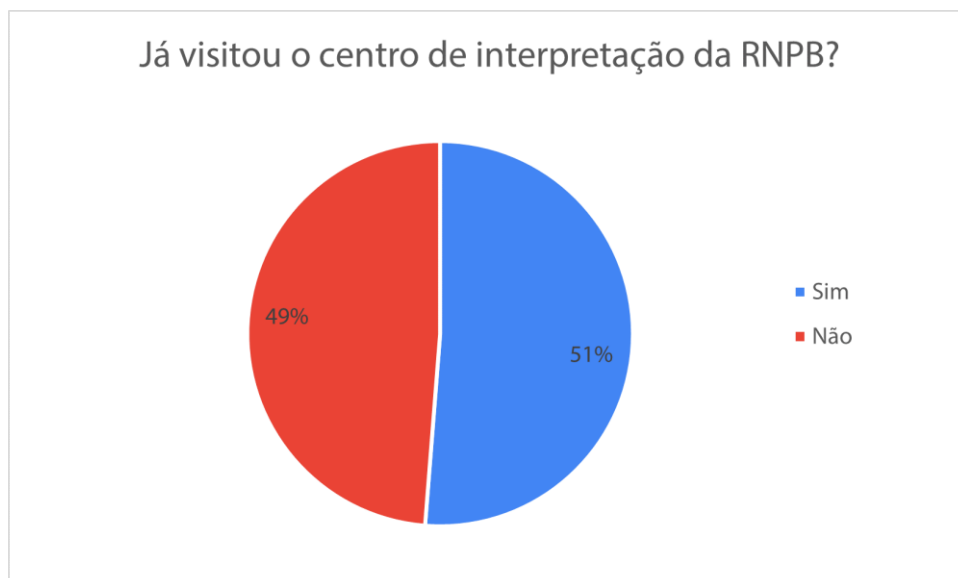


Figura 40 -Conhecimento do CI por parte dos inquiridos

A visualização do filme promocional da RNPB foi confirmada apenas por 39% dos inquiridos (figura 41)

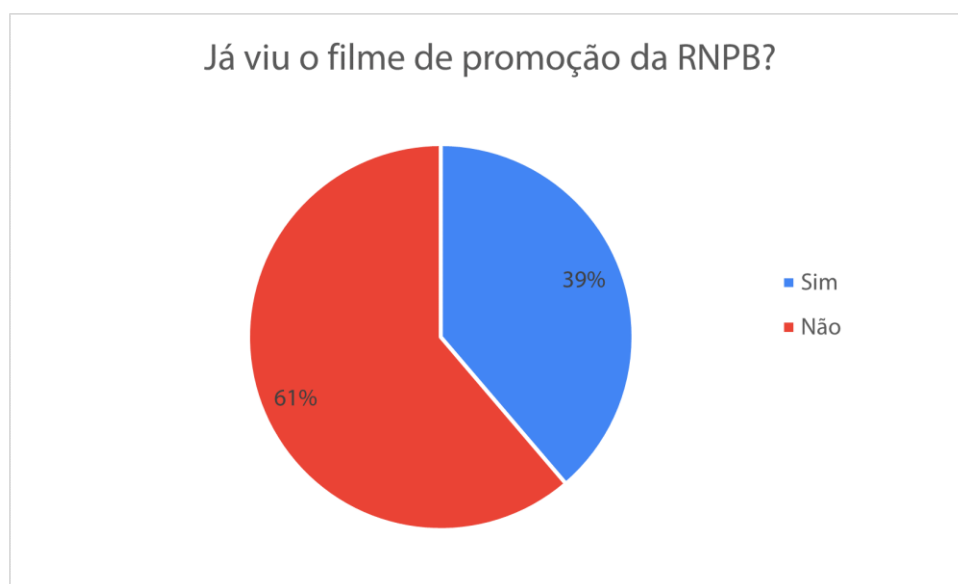


Figura 41 -Visualização do filme promocional da RNPB.

Uma percentagem significativas dos inquiridos já participou em atividades desenvolvidas na RNPB, 45%, embora o número de inquiridos que declarou não ter participado seja ligeiramente superior, 47% (figura 42).

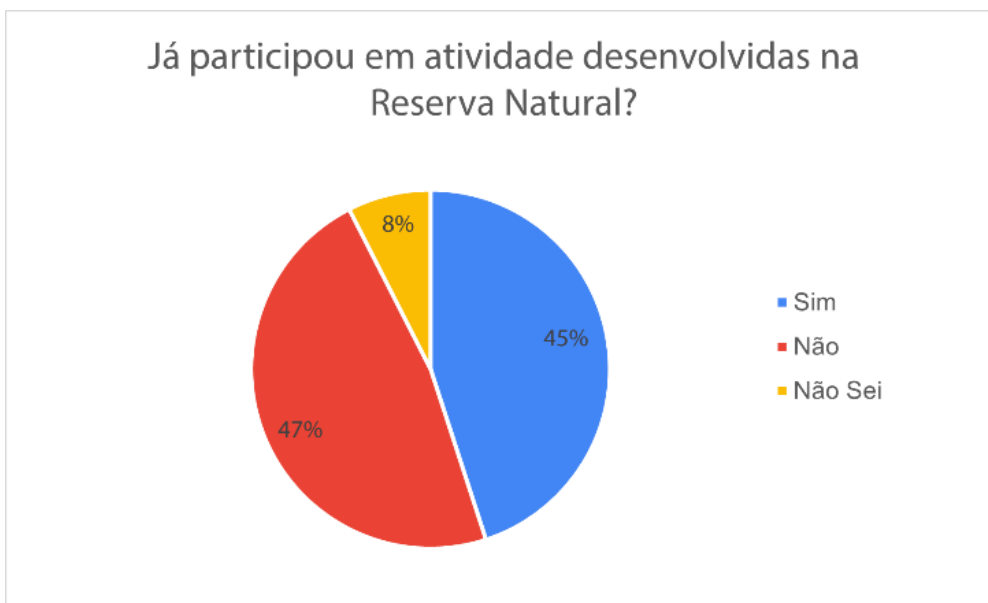


Figura 42-Participação dos inquiridos em atividades desenvolvidas na RNPB

Quanto ao conhecimento sobre o modelo de cogestão para as áreas protegidas (figura43), verifica-se que 55% dos inquiridos nunca tinha ouvido falar do modelo, 30% estariam disponíveis a receber mais informação, 26% conhecem o modelo mas desconhecem os seus objetivos se apenas 8 por cento têm um conhecimento abrangente sobre o processo.

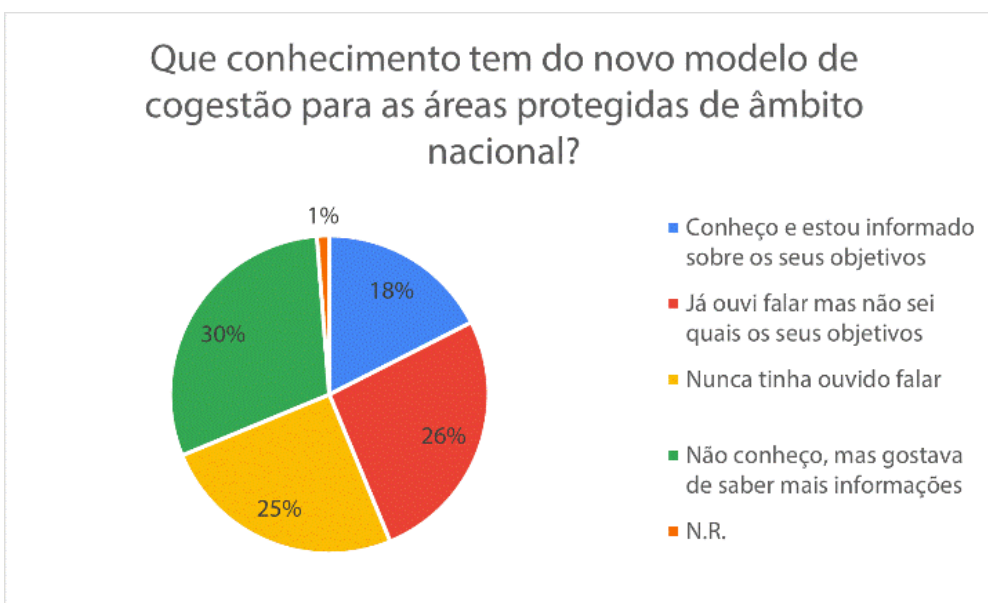


Figura 43-Conhecimento do modelo de cogestão por parte dos inquiridos

Questionados sobre ao interesse em participar atividades na RNPB 69% responderam afirmativamente, 30% não demonstraram interesse (figura 44).

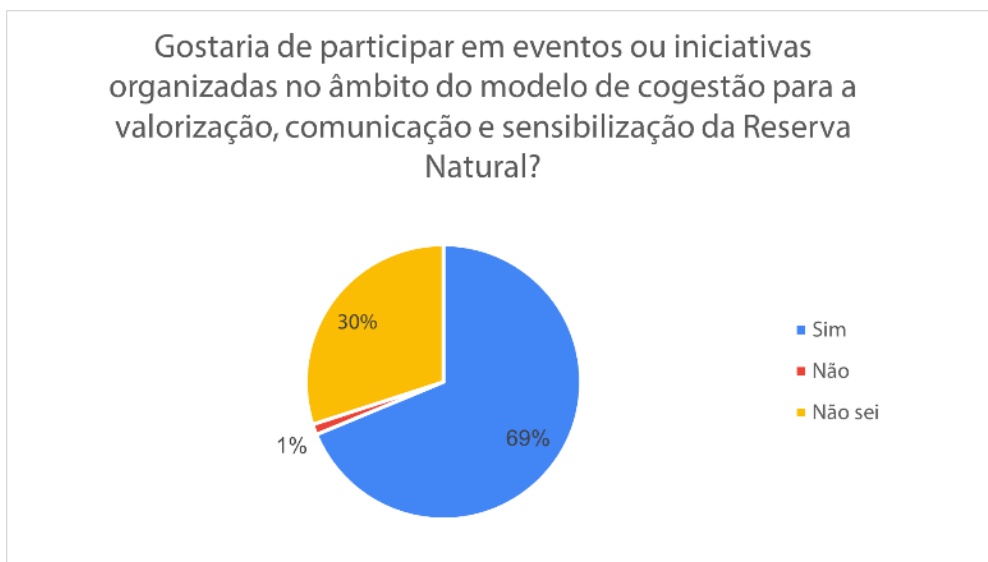


Figura 44 - Interesse em participar em atividades desenvolvidas na RNPB.

Apesar de alguma incerteza e desconhecimento sobre o modelo, quando questionados sobre o papel das autarquias na gestão da RNPB, 75% dos inquiridos considera como muito importante ou fundamental (figura 45)

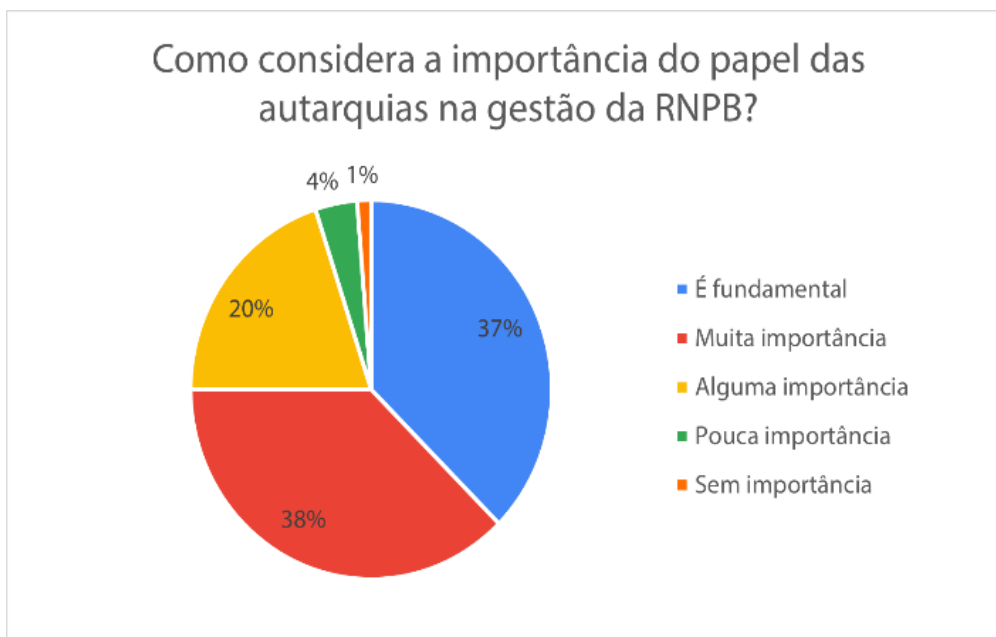


Figura 459-Importância das autarquias na gestão da RNPB

Quanto ao desenvolvimento de atividade económicas na RNPB e território envolvente verifica-se que 58% dos inquiridos não desenvolve atividades económicas na RNPB, 15% exercem a atividade agrícola, 6%, o comércio/indústria e o ensino/formação ambos com 6% e os restantes 15% exercem atividades variadas, alguma direta ou indiretamente relacionadas com a RNPB, como o desporto da natureza, o voluntariado e animação turística (figura 46).

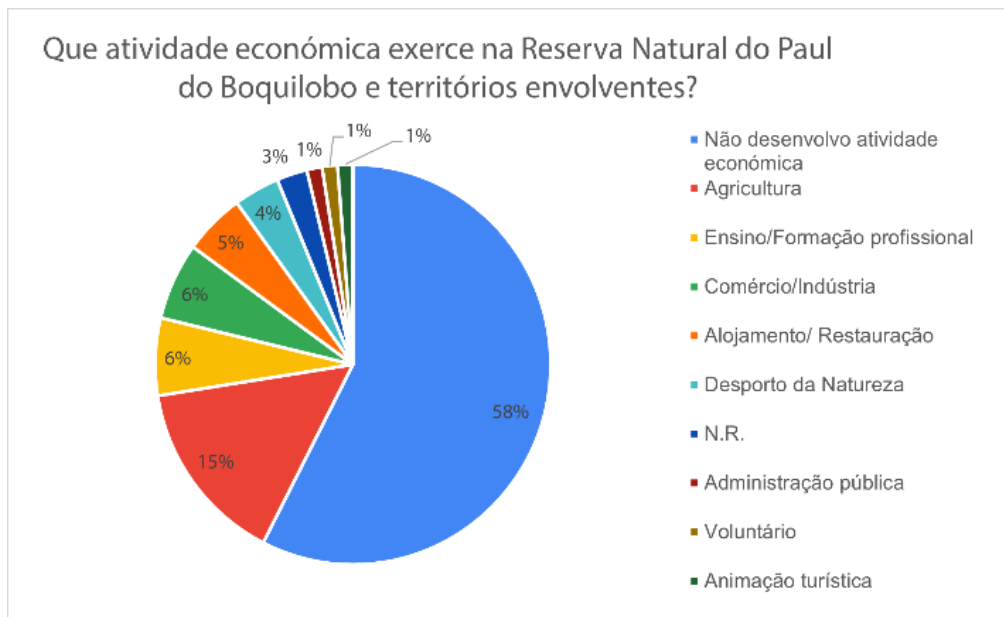


Figura 46- Atividades económicas dos Inquiridos na RNPB e território envolvente

Quando se analisa o impacto da classificação da RNPB nas atividades económicas exercidas no território (figura 47), verifica-se que 40% dos inquiridos respondeu “não aplicável” (contextualizado pela elevada percentagem de inquiridos que não desenvolve atividade económica no território) e que 37% consideram a sua atividade beneficiada por esta classificação e apenas 10% consideram que a mesma condiciona a sua atividades.

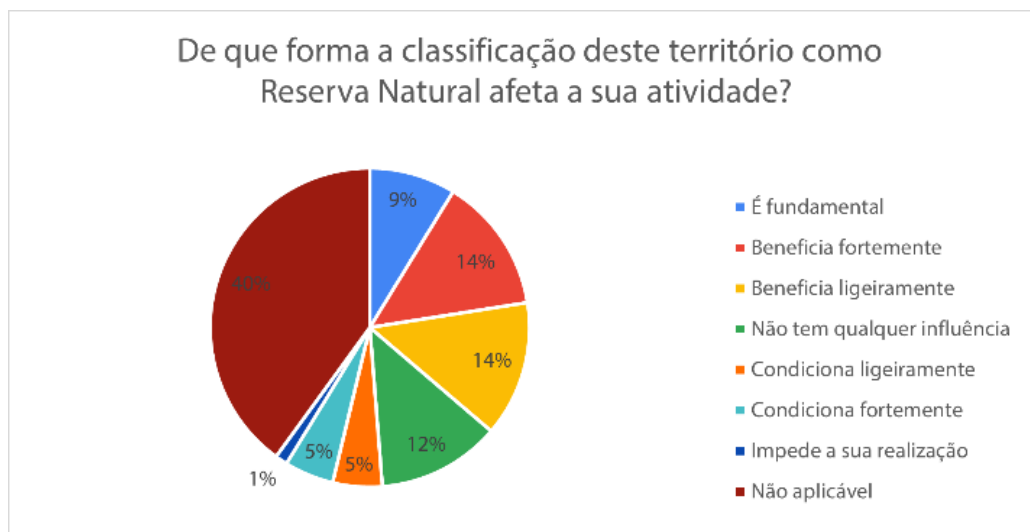


Figura 47 - Classificação da RNPB e impacto nas atividades económicas.

Questionados sobre a forma de comunicar a origem dos produtos/serviços existentes no território (figura 48), 19% dos inquiridos identificam o concelho de Torres Novas ou da Golegã e 15% como RNPB ou Reserva da Biosfera do Paul do Boquilobo (a percentagem de 61% “não aplicável” justifica-se por não exercerem atividade económica no território da RNPB).



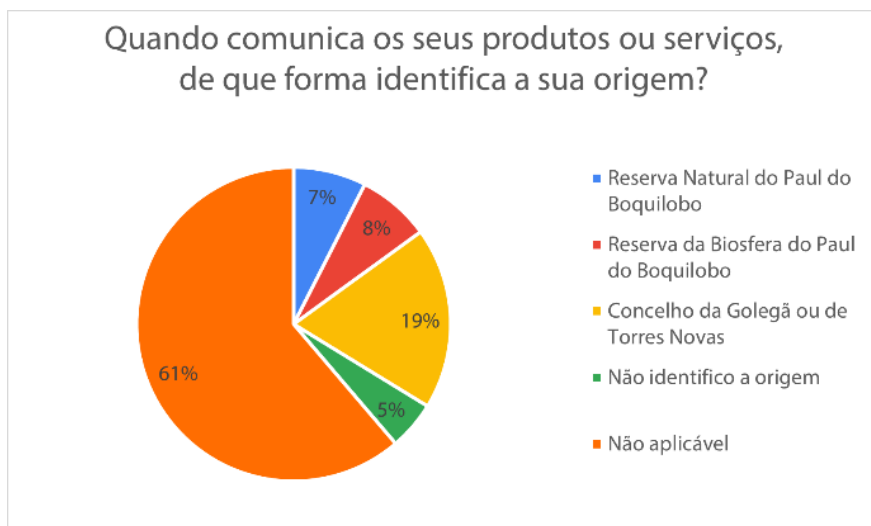


Figura 48 - Identificação da região e da marca RNPB e RBPB nos produtos ou serviços

Relativamente às oportunidades económicas proporcionadas pela RNPB (figura 49): 46% dos inquiridos destaca, como potencial, a maior sensibilidade para o património natural e cultural; 28% considera que não traz oportunidades; 12% realça a atração de novos visitantes ao território; 6% reconhece, como potencial, a atribuição de maior notoriedade aos produtos/serviços.

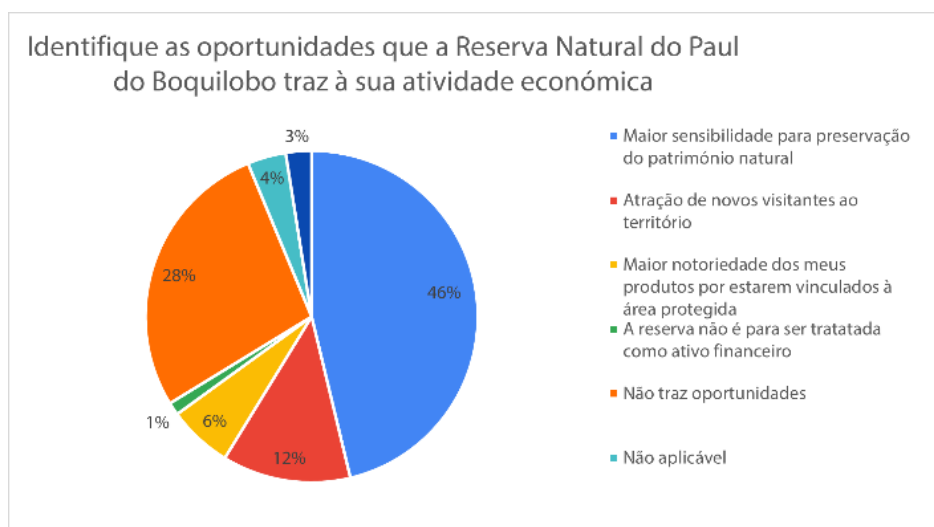


Figura 49 - Oportunidades económicas geradas pela RNPB

A importância da RNPB como ativo turístico que atrai pessoas ao território, é reconhecida por 50% dos inquiridos e 36% concordam totalmente. Questionados acerca da compatibilidade entre as atividades económicas e os esforços de conservação na RNPB (figura 50): 49% dos inquiridos concordam que pode existir uma relação harmoniosa, 34% concordam totalmente e apenas 6% discordam com a afirmação.

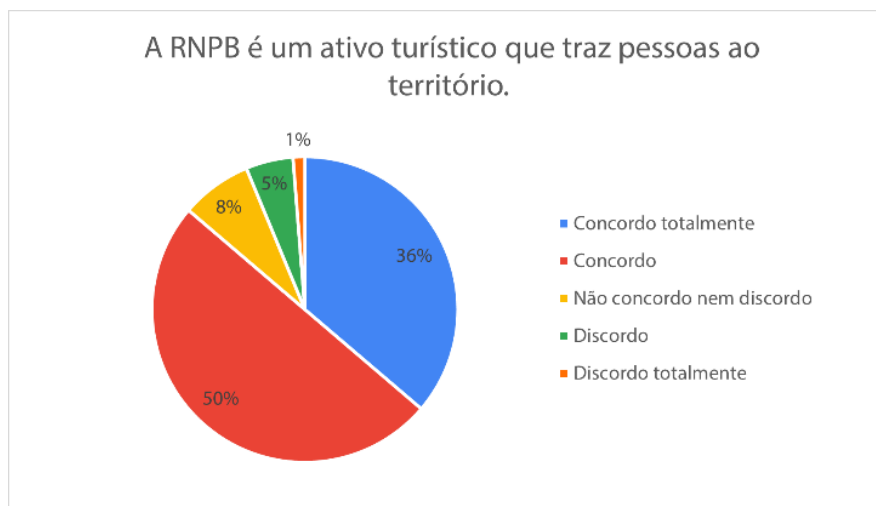


Figura 50- RNPB como um ativo turístico para o território

Questionados acerca da compatibilidade entre as atividades económicas e os esforços de conservação na RNPB: 49% dos inquiridos concordam que pode existir uma relação harmoniosa, 34% concordam totalmente e apenas 6% discordam com a afirmação (figura 51).



Figura 51- Relação entre as atividades económicas e a conservação dos valores naturais

A avaliação média de concretização dos objetivos inerentes à RNPB e por parte dos inquiridos foi de “razoável” (39%). Destacam-se alguns dos resultados (figura 52):

- Positivos: a avaliação do estado de conservação das espécies e habitats (10% “excelente” e 14% “muito adequado”) e as rotas e percursos interpretativos (8% “muito adequado” e 30% “adequado”);
- Negativos: a avaliação de novas atividades e produtos (43% “razoável” e 18% “desadequado”), as ações de promoção e divulgação das atividades económicas compatíveis com a RNPB (41% “razoável” e 20% “desadequado”) e materiais de divulgação (35% “razoável” e 31% “desadequado”).

Importante salientar a questão sobre os projetos de inovação (em 20% dos inquiridos “não sabe/não responde”), reforçando a importância de uma ampla divulgação dos mesmos.

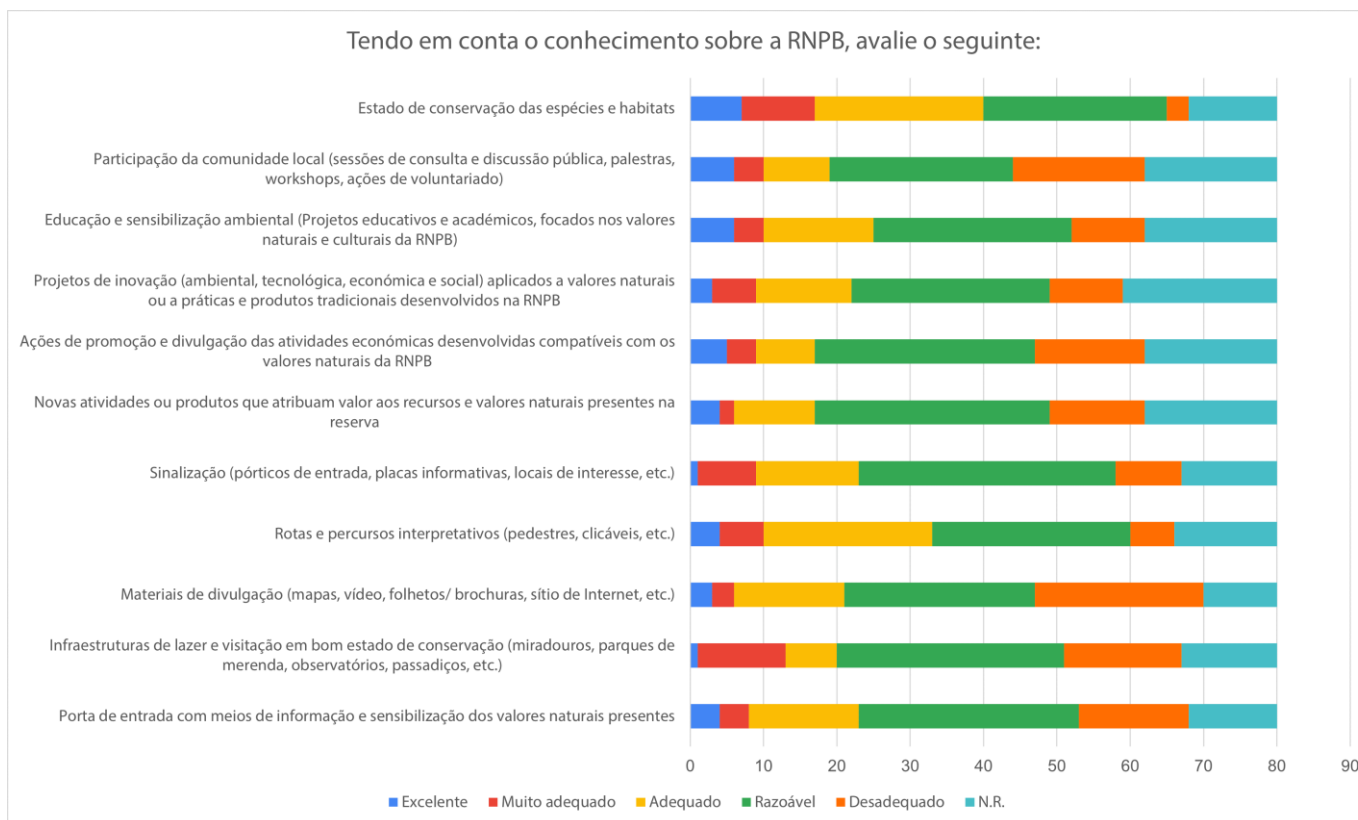


Figura 52- Avaliação média de concretização dos objetivos da RNPB

Relativamente às questões para aferir a prioridade das ações/iniciativas a desenvolver (figura 53) os resultados mostram, por parte dos inquiridos, o reconhecimento dos vários campos de ação apresentados nas questões como importantes ou prioritários (valores médios: 30% “importante”; 26% “prioritário” e 24% muito prioritário). Destacam-se ainda os seguintes resultados por parte dos inquiridos:

- Com prioridade: projetos de estudo, monitorização e investigação científica (considerados por 27% como “muito prioritário” e 37% como “prioritário”), a gestão dos recursos hídricos (considerado como “muito prioritário” por 39% e “prioritário” por 22%) e a conservação da natureza e biodiversidade (visto por 56% como “muito prioritário” e 15% como “prioritário”);
- Baixa prioridade: projetos de ordenamento do território (25,9% respondeu “neutro”, 5% como “pouco prioritário” e 8% como “muito pouco prioritário”), fiscalização e prevenção (19% como “neutro”, 8% como “pouco prioritário” e 4% como “muito pouco prioritário”) e apoio aos agentes económicos (14% como “neutros”, 7% como “pouco prioritário” e 8% como “muito pouco prioritário”).

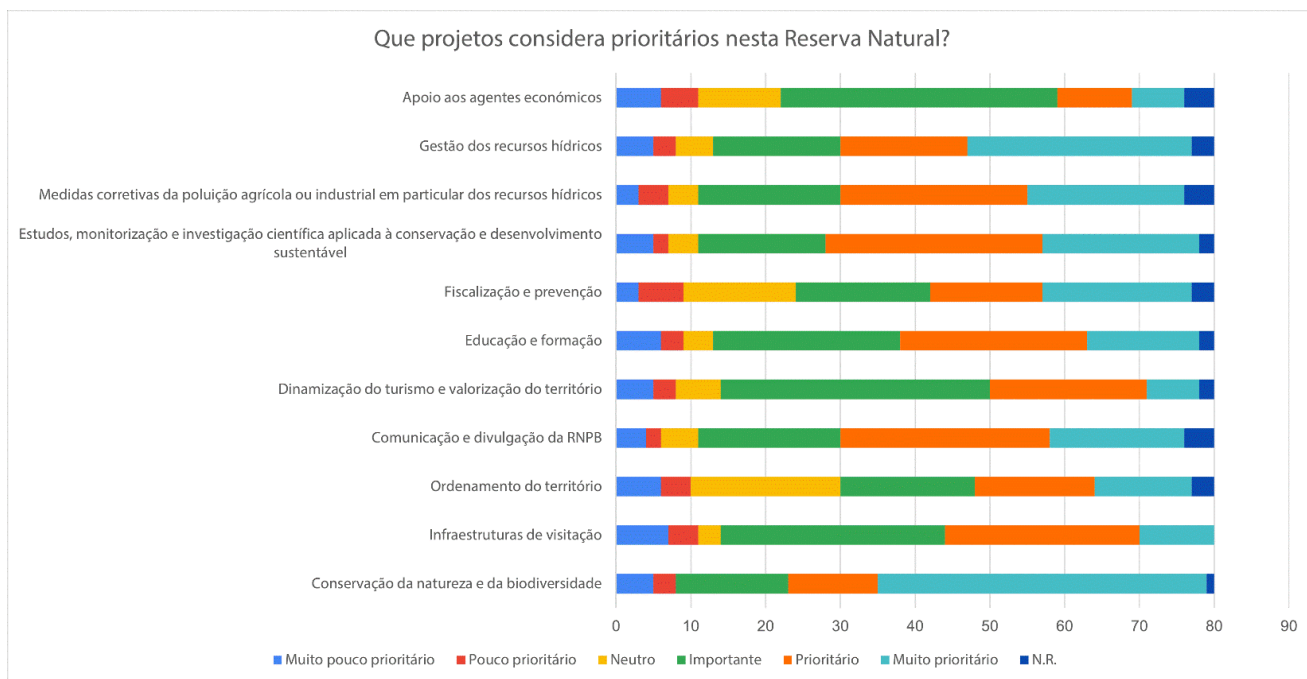


Figura 53-Priorização da concretização dos objetivos inerentes à RNPB

Quando questionados sobre o estado da comunicação e promoção da RNPB em 2023 destaca-se que 50% dos inquiridos o consideram como “insuficiente” e 14% como inexistente (figura 54).

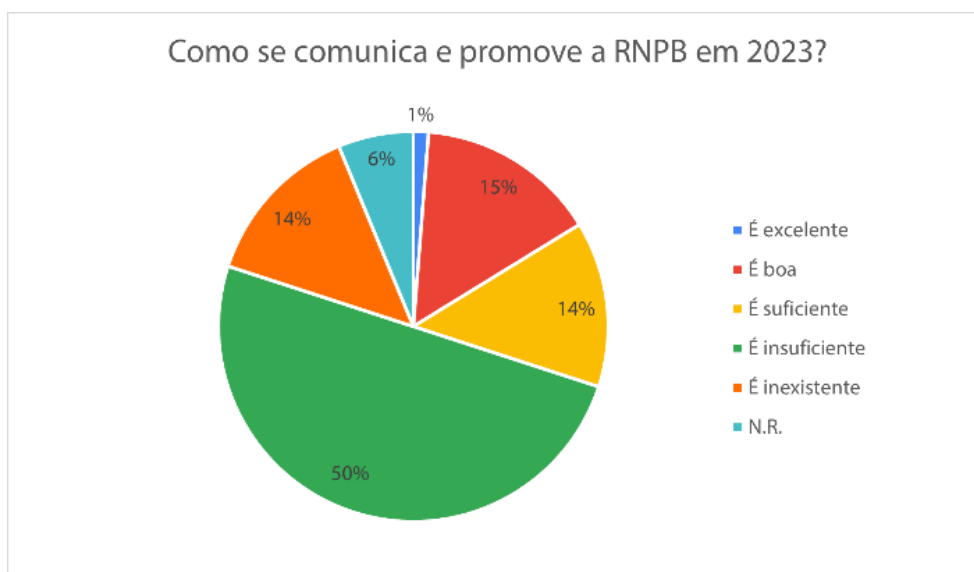


Figura 54- Divulgação e promoção da RNPB

Quando solicitados para escolherem 3 valores naturais/culturais de relevância para a RNPB (imagem 55), os inquiridos destacam as aves,96%, as áreas alagadas 40% e as funções de reserva estratégica de água 39% (figura 55).

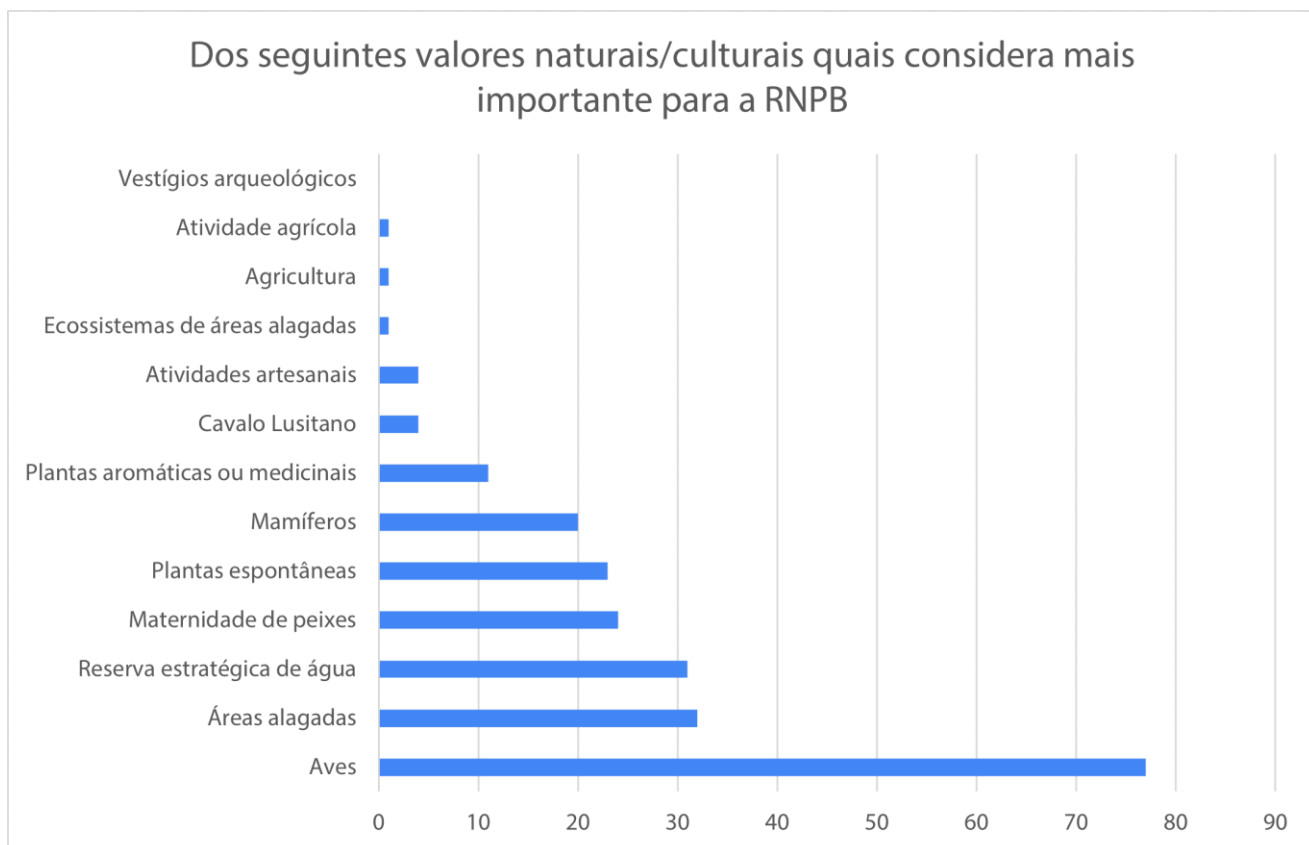


Figura 55- Valores naturais relevantes da RNPB

Quando solicitados para identificarem as 3 principais potencialidades da RNPB 80% consideram o património paisagístico e elevada biodiversidade, 64% a proteção do ambiente e 54% a beleza paisagística (figura 56).

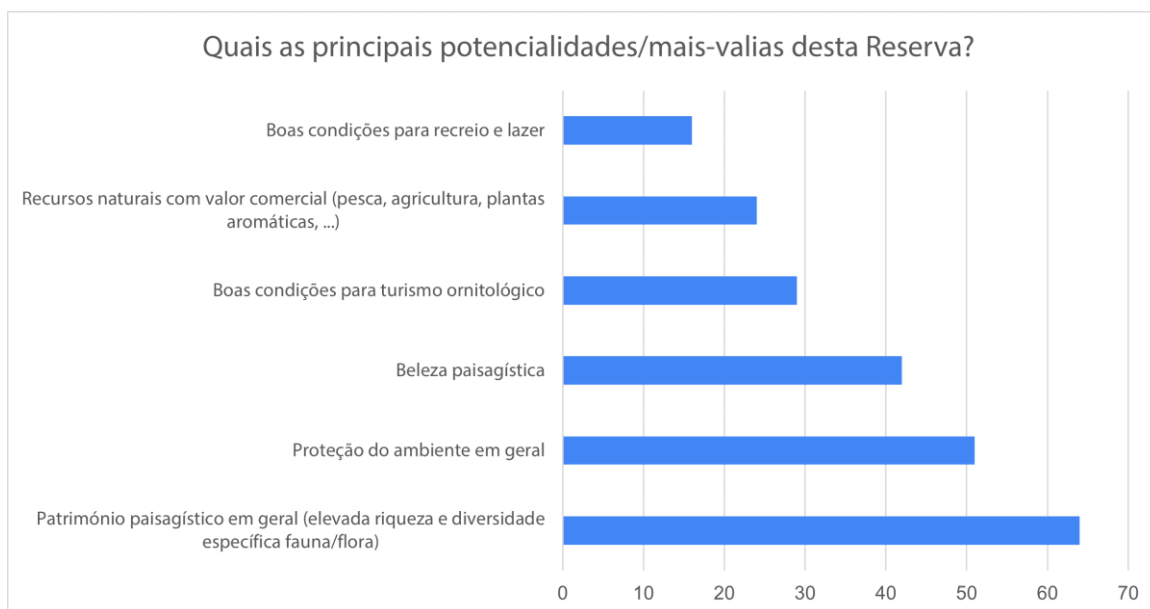


Figura 56- Principais potencialidade da RNPB

Quanto aos 3 principais constrangimentos e limitações destacam-se: as espécies exóticas invasoras com 58% das respostas, a poluição das águas e sedimentos com 53%, o mau estado das infraestruturas com 44% e a falta de material de divulgação com 40% (figura 57)

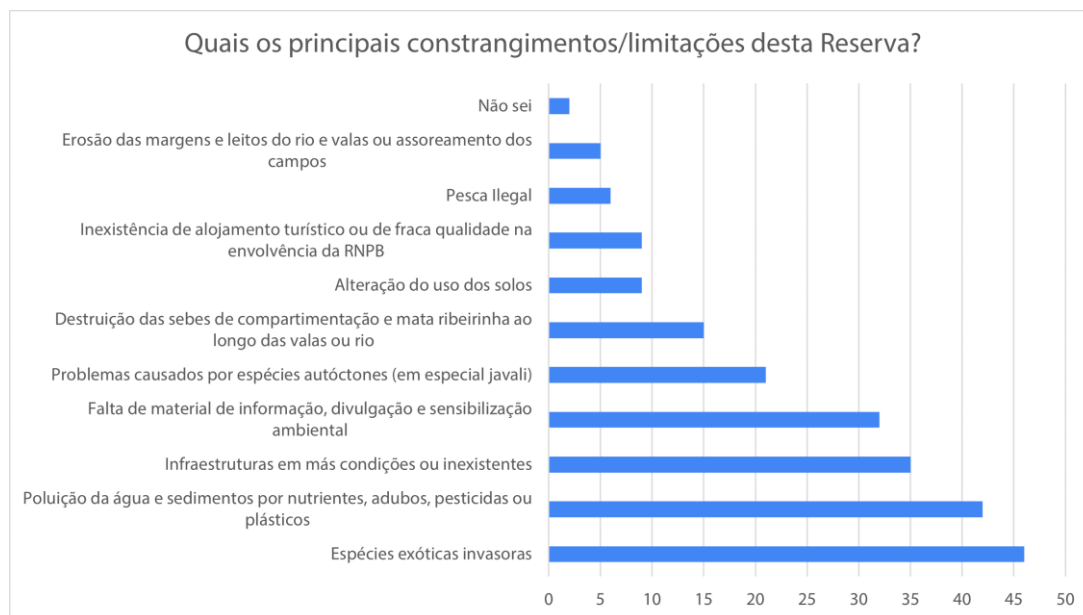


Figura 57 - Principais constrangimentos da RNPB

## VII. Programa de Medidas e Ações Prioritárias

Plano de Cogestão, nos termos do Decreto-Lei consubstancia um compromisso entre as entidades envolvidas na sua execução e deve definir as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação entre interlocutores e utilizadores, definindo potenciais fontes de financiamento e parceiros para cada medida.

NECESSIDADE FINANCEIRA DO PLANO DE COGESTÃO 2024-2027 (€ 2 447 900)					
Eixo estratégico A- Valorização, melhoria e qualificação de estruturas, informação e serviços da RNPB (€ 710 000)					
Área-chave 1 (€ 569 000)		Área-chave 2 (€ 36 000)		Área-chave 3 (€ 105 000)	
Medida 1	Medida 2	Medida 1	Medida 2	Medida 1	
€ 98 000	€471 000	€ 21 000	€ 15 000	€ 105 000	
Eixo estratégico B- Comunicação, sensibilização e participação e promoção da RNPB (€ 124 900)					
Área-chave 1 (€ 88 000)		Área-chave 2 (€ 29 400)		Área-chave 3 (€ 7 500)	
Medida 1	Medida 2	Medida 1	Medida 2	Medida 1	
€ 28 000	€ 60 000	€19 400	€ 10 000	€7500	
Eixo estratégico C – Promoção do desenvolvimento socioeconómico e utilização sustentável da RNPB (€192 500)					
Área chave 1 (€70 500)			Área chave 2 (€ 112 000)		
Medida 1	Medida 2		Medida 1	Medida 2	
€ 55 500	€15 000		€45 000	€ 77 000	
Eixo complementar D – Gestão dos níveis hídricos-minimização de eventos climáticos extremos e preservação da biodiversidade (€1 420 500)					
Área chave 1 (€ 250 000)		Área chave 2 (€ 505 500)		Área chave 3 (€665 000)	
Medida 1		Medida 1		Medida 1	Medida 2
€250 000		€505 500		€510 000	€155 000

Tabela 11-Quadro resumo das necessidades financeiras do plano de cogestão

Este plano está organizado pelos 4 eixos estratégicos definidos acima e suporta o plano anual de atividades.

## Eixo A – Valorização, melhoria e qualificação de estruturas, informação e serviços da RNPB

Objetivos do eixo:

- Melhorar as infraestruturas da reserva natural para apoiar a conservação e a visitação;
- Melhorar os serviços oferecidos aos visitantes, incluindo informação e educação;
- Capacitar a equipa da reserva natural para melhor gerir e manter suas infraestruturas e serviços;
- Garantir que as informações disponíveis sejam precisas e atualizadas;
- Promover a conservação a biodiversidade e do ambiente natural da reserva natural.

### Área-chave 1: Ordenamento e qualificação da visitação

#### Medida 1: Promover e ordenar as atividades de visitação e a monitorização dos visitantes

EIXO A: VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB									
Área-chave 1: Ordenamento e qualificação da visita									
Medida 1- Promover e ordenar as atividades de visitação e a monitorização dos visitantes									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
A.1.1.1. Elaboração de estudo estratégico para o Plano de Visitação da RNPB	X	X			ICNF	CMTN/CMG IPT/ADIRN	18000€	FA	Alta
A.1.1.2. Elaboração de estudo e implementação de programa de monitorização e gestão da visitação recorrendo a contadores de visitantes	X	X	X	X	ICNF	CMTN/ CMG/IPT	50000€	FA	Alta
A. 1.1.3. Ordenamento e valorização de trilhos, caminhos e percursos (pedestres, ciclizáveis, equestres e automóveis)		X	X		ICNF CMTN/CMG	IPT ADIRN 30por1linha	15000€	FA	Alta
A.1.1.4. Criação de trilhos e caminhos na Reserva da Biosfera do Paul do Boquilobo com ligação à RNPB			X	X	ICNF CMTN/CMG	IPT/ADIRN 30por1linha	15000€	FA	Média

Tabela 12- Quadro resumo Eixo A, área chave 1, medida 1

**Medida 2: Promover e ordenar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação**

EIXO A: VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB									
Área-chave 1: Ordenamento e qualificação da visita									
Medida 2 - Promover e ordenar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
<b>A.1.2.1.</b> Requalificação e operacionalização do Centro Interpretativo da RNPB	X	X			ICNF CMTN	CMG/IPT/ ADIRN	200000€	FA/ ICNF/CMTN	Alta
<b>A.1.2.2.</b> Melhoria das condições de visitação na RNPB- recuperação do telheiro e observatórios de aves	X				CMG	ICNF	33000€	FA/CMG	Alta
<b>A.1.2.3.</b> Adaptação e reabilitação de equipamentos de apoio à visitação		X	X	X	ICNF	CMTN/ CMG/ ADIRN	15000€	FA Outros	Alta
<b>A.1.2.4.</b> Incorporação de ferramentas digitais no apoio à visitação	X	X			ICNF/CMTN/ CMG	IPT/ADIRN	10000€	FA Outros	Média
<b>A.1.2.5.</b> Aquisição de material de apoio à visitação		X	X		ICNF	CMTN/CMG/AD IRN/ 30por1linha	8000€	FA	Alta
<b>A.1.2.6.</b> Recuperação e modernização da sinalética informativa	X	X			ICNF	CMTN/ CMG	30000€	FA	Alta
<b>A.1.2.7.</b> Elaboração de um guia de boas práticas de visitação		X			ICNF	CMTN/CMG ADIRN 30por1linha	5000€	FA	Alta
<b>A.1.2.8.</b> Valorização de áreas de lazer		X	X		ICNF	CMTN/CMG ONGATEJO ADIRN	20000€	PO regional	Baixa
<b>A.1.2.9.</b> Aquisição de embarcação típica com motor		X			ICNF	CMTN/CMG	150000€	Fundos próprios Outros	Média

Tabela 13- Quadro resumo, Eixo A, área chave 1, medida 2

**Área-chave 2: Valorização e prospeção de conteúdo informativo sobre a RNPB**



**Medida 1: Reunir conteúdo informativo sobre a área protegida**

EIXO A- VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB									
Área-chave 2: Valorização e prospeção de conteúdo informativo sobre a RNPB									
Medida 1: Reunir conteúdo informativo sobre a área protegida									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
A.2.1.1. Inventariação e digitalização de conteúdos relativos à RNPB		X			ICNF	Restantes parceiros	1000€	FA	Média
A.2.1.2. Produção de conteúdos em diversos formatos gráficos para materiais de divulgação e promoção		X	X	X	CMTN/CMG IPT	Restantes parceiros/ Comunidade escolar	20000€	FA Outros	Alta

Tabela 14-Quadro resumo, eixo A, área chave 2, medida 1

**Medida 2: Centralizar a informação relevante da AP numa plataforma afeta à cogestão**

EIXO A- VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB									
Área-chave 2: Valorização e prospeção de conteúdo informativo sobre a RNPB									
Medida 2: Centralizar a informação relevante da AP numa plataforma afeta à cogestão									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
A. 2.2.1. Criação de um site, centralização de conteúdos informativos, académicos e científicos numa plataforma de apoio à cogestão.		X	X		ICNF/IPT	CMTN/CMG ONGATEJO ADIRN	15000€	FA	Média

Tabela 15- quadro resumo, eixo A, área chave 2, medida 2

### Área-chave 3: Qualificação de serviços da RNPB

#### Medida 1: Capacitar a RNPB de ferramentas não-invasivas que permitam melhorar o entendimento do território

EIXO A- VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB									
Área-chave 3: Qualificação de serviços									
Medida 1: Capacitação a RNPB de ferramentas não-invasiva que permitem melhorar o entendimento do território									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
A.3.1.1. Recuperação e operacionalização do limnógrafo		X	X		CCG	ICNF CMTN/CMG IPT AGROBIO ONGATEJO ADIRN	70000€	Portugal 2030	Alta
A.3.1.2. Instalação e manutenção de sistema de câmaras vídeo, de transmissão contínua, que permitam o acesso remoto a áreas mais sensíveis da RNPB		X	X	X	ICNF	CMTN/CMG IPT ONGATEJO	15000€	FA Mecenato	Média
A.3.1.3. Instalação, reabilitação e manutenção de estações de análise de água		X	X	X	CCG	ICNF CMTN/CMG IPT	20000€	FA Portugal 2030	Alta

Tabela 16- Quadro resumo eixo A, área chave 3, medida 1

## EIXO B: COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB

### Objetivos do eixo:

- Aumentar a consciencialização sobre a reserva natural e a sua importância para a conservação;
- Educar o público sobre os ecossistemas, a biodiversidade e as práticas de conservação;
- Envolver ativamente a comunidade local na gestão da reserva natural;
- Promover práticas de visita responsável e sustentável na reserva natural;
- Criar parcerias e colaboração para fortalecer o apoio à conservação da reserva natural;
- Divulgar os resultados das pesquisas e monitorização realizadas na reserva natural.

## Área chave 1: Comunicação e promoção

### Medida 1: Comunicar e promover o território da RNPB

EIXO B- COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB									
Área-chave 1: Comunicação e promoção									
Medida 1: Comunicar e promover o território da RNPB									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
B.1.1.1. Informação e divulgação nos órgãos de comunicação social (revistas, jornais, rádio, TV...)	X	X	X	X	ICNF CMTN/CMG ONGATEJO	Restantes parceiros	1000€	Fundos próprios e outros	Alta
B.1.1.2. Realização de exposições itinerantes em áreas de interesse no território	X	X	X	X	CMTN/CMG ONGATEJO	ICNF/IPT	5000€	FA Mecenato	Média
B.1.1.3. Desenvolvimento e implementação do Plano de Comunicação e Marketing para a RNPB		X	X		ICNF CMTN/CMG ONGATEJO	IPT AGROBIO ADIRN	15000€	FA	Média
B.1.1.4. Participação/Organização de feiras de âmbito local, nacional e internacional	X	X	X	X	ICNF CMTN/CMG	IPT ADIRN	5000€	FA	Média
B.1.1.5. Promoção da marca Natural.pt	X	X	X	X	ICNF CMTN/CMG ONGATEJO	IPT AGROBIO ADIRN	2000€	FA	Baixa

Tabela 16 – Quadro resumo eixo B, área chave 1, medida 1

### Medida 2: Reconhecer e valorizar infraestruturas existentes que funcionem como portas de entrada da RNPB

EIXO B- COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB									
Área-chave 1: Comunicação e promoção									
Medida 2: Reconhecer e valorizar infraestruturas que funcionem como portas de entrada da RNPB									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
B.1.2.1. Apoio à implementação do Observatório da Biosfera do Boquilobo	X	X	X	X	ICNF CMTN/CMG	Restantes parceiros	40000€	Portugal 2030	Média
B.1.2.2. Criação de um espaço RNPB no Museu Agrícola de Riachos	X	X	X	X	CMTN/CMG ONGATEJO	ICNF/IPT ADIRN	20000€	Portugal 2030	Média

Tabela 17- Quadro resumo, eixo B, área chave 1, medida 2

## Área chave 2: Sensibilização e compromisso

### Medida 1: Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais da RNPB e a educação ambiental do público em geral

EIXO B- COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB									
Área-chave 2: Sensibilização e compromisso									
Medida 1: Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais da RNPB e a educação ambiental para o público em geral									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
B.2.1.1. Realização de programas de educação ambiental	X	X	X	X	CCG	ICNF CMTN/CMG 30por1linhaIPT	7000€	FA Mecenato Outros	Alta
B.2.1.2. Organização de ações de informação e sensibilização (palestras, materiais informativos, sessões de campo, tertúlias)	X	X	X	X	ICNF CMTN/CMG ONGATEJO	IPT 30por1linha	2400€	FA	Alta
B.2.1.3. Promoção de concursos que representem e aprofundem o conhecimento sobre a RNPB (para escolas, academias e p		X	X	X	CMTN/CMG ONGATEJO	ICNF Outros	6000€	FA	Média
B.2.1.4. Promoção de atividades de “ciência-cidadã” no território da RNPB	X	X	X	X	CMTN/CMG 30por1linha	ICNF AGROBIO ONGATEJO ADIRN	4000€	Fundos próprios Outros	Média

Tabela 18- Quadro resumo, eixo B, área chave 2, medida 1

### Medida 2: Cultivar o sentido de pertença

EIXO B- COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB									
Área-chave 2: Sensibilização e compromisso									
Medida 2: Cultivar o sentido de pertença									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
B.2.2.1. Identificação e valorização de grupos e associações locais que beneficiem o território e promovam atividades integradas	X	X	X	X	CMTN/ CMG/ 30por1linha	ICNF IPT AGROBIO ADIRN	10000€	Fundos próprios Outros	Média

Tabela 19- eixo B, área chave 2, medida 1

### Área chave 3: Colaboração e gestão participativa

#### Medida 1: Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável da RNPB

EIXO B- COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB									
Área-chave 3: Colaboração e gestão participativa									
Medida 1: Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável da RNPB									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
<b>B.3.1.1.</b> Promover e divulgar as ações e objetivo das CCG	X	X	X	X	CCG	Outros	5500€	FA	Alta
<b>B.3.1.2.</b> Promover a participação pública e o envolvimento de todos parceiros na concretização do modelo de cogestão	X	X	X	X	ICNF/CMTN/CMG	Outros	2000€	FA	Alta

Tabela 20- Quadro resumo, eixo B, área chave 3, medida 1

## EIXO C: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB

### Objetivos do eixo:

- Fomentar o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais;
- Promover o turismo responsável e a utilização sustentável dos recursos naturais;
- Conservar o património cultural e promover a identidade local;
- Captar recursos para financiar a gestão e a conservação contínua da reserva natural;
- Monitorizar e avaliar o impacto socioeconómico das atividades no território da reserva natural.

### Área chave 1: Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividade humanas com os recursos naturais.

#### Medida 1: Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social.

EIXO C- PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB									
<b>Área-chave 1:</b> Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividade humanas com os recursos naturais.									
<b>Medida 1:</b> Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social.									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
<b>C.1.1.1.</b> Criação de uma marca que valorize o produto local, respeitando os princípios de sustentabilidade e da conservação da natureza			x	X	CMTN/CMG ONGATEJO	ICNF IPT AGROBIO ADIRN	10000€	FA Outros	Média
<b>C.1.1.2.</b> Promoção e integração da prática e ensino equestre para fins de visitação		X	X	X	CMTN/CMG	ICNF ONGATEJO	2000€	Fundos Próprios Outros	Média
<b>C.1.1.3.</b> Promoção e divulgação de metodologias e inovações agrícolas praticadas no território da RNPB e área envolvente	X	X	X	X	AGROBIO ONGATEJO	ICNF CMTN/CMG	3500€	Fundos Próprios Outros	Média
<b>C.1.1.4.</b> Desenvolvimento de ferramentas digitais que divulguem os valores naturais e auxiliem na sua navegação		X	X	X	CMTN/CMG ADIRN	ICNF IPT 30por1linha	40000€	FA Portugal2030 Outros	Média

Tabela 21- Quadro resumo, eixo C, área chave 1, medida 1

## Medida 2: Consolidar oferta turística

EIXO C- PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB									
<b>Área-chave 1:</b> Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividade humanas com os recursos naturais.									
<b>Medida 2:</b> Consolidar oferta turística									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
<b>C.1.2.1.</b> Promoção da capacitação, formação e certificação para operadores turísticos que exerçam atividade no território		X	X	X	CMTN/CMG ADIRN	ICNF IPT Turismo de Portugal	5000€	FA Portugal 2030	Média
<b>C.1.2.2.</b> Criação de pacotes que interliguem atividades fora da AP com a visitação à RNPB e promoção junto dos operadores turísticos		X	X	X	CMTN/CMG ADIRN	ICNF ONGATEJO Outros	10000€	Entidade Regional de Turismo Portugal 2030	Média

Tabela 22- Quadro resumo, área chave 1, medida 2

## Área chave 2: Desenvolvimento socioeconómico

### Medida 1: Valorizar e preservar o património cultural

EIXO C- PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB									
Área-chave 2: Desenvolvimento socioeconómico.									
Medida 1: Valorizar e preservar o património cultural									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
C.2.1.1. Valorização e promoção do património imaterial (inventariar e catalogar o <i>saber fazer</i> , ferramentas e tradições)	X	X	X		CMTN/CMG IPT	ADIRN Parceiros locais	35000€	Entidade Regional de Turismo Portugal 2023	Média

Tabela 23- Quadro resumo eixo C, área chave 2, medida 1

### Medida 2: Cativar recursos

EIXO C- PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB									
Área-chave 2: Desenvolvimento socioeconómico.									
Medida 2: Cativar recursos									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
C.2.2.1. Promoção de cursos, com diferentes graus de ensino e complexidade, orientados para as temáticas da RNPB		X	X	X	ICNF CMTN/CMG	ADIRN IPT ONGATEJO	30000€	FA Portugal 2023	Alta
C.2.2.2. Desenvolvimento de programas de voluntariado multidisciplinares	X	X	X	X	CMTN/CMG	ICNF IPT ONGATEJO 30por1linha	2000€	FA Outros	Média
C.2.2.3 Avaliação das medidas e ações propostas no plano de cogestão	X	X	X	X	ICNF IPT	Restantes parceiros	10000€	FA Outros	Média
C.2.2.4. Criação de novos postos de trabalho resultantes das atividades da comissão de cogestão			X	X	CMTN/CMG	Restantes parceiros	35000€	Portugal 2030	Média

Tabela 24- área chave 2, medida 2

## EIXO COMPLEMENTAR D: GESTÃO DOS NIVEIS HÍDRICOS, MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

### Objetivos do eixo:

- Melhorar a gestão hidrológica na RNPB;
- Desenvolver estratégias de adaptação climática na RNPB;
- Estabelecer planos de contingência para desastres hídricos;
- Fomentar parcerias para gestão hidrológica;
- Estudar e adotar tecnologias inovadoras;
- Combate a espécies invasoras na RNPB e RBPB;
- Monitorizar, valorizar e preservar a biodiversidade.

### Área chave 1: Gestão hidrológica

**Medida 1:** Aumentar a resiliência do território da RNPB e área envolvente em termos hidrológicos

EIXO D- GESTÃO DOS NIVEIS HÍDRICOS- MINIMIZÇÓ DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE									
Área-chave 1: Gestão hidrológica									
Medida 1: Aumentar a resiliência do território da RNPB e área envolvente em termos hidrológicos									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
D.1.1.1. Otimização da ligação entre os diversos pontos de água		X	X		CMTN/CMG	ICNF ONGATEJO APA	100000€	Portugal 2030 Fundos próprios Outros	Média
D.1.1.2. Recuperação e operacionalização de comportas hidráulicas ( <i>portas d'água</i> )		X	X	X	ICNF	CMTN/CMG ONGATEJO APA	150000€	FA Portugal 2030	Alta

Tabela 25- Quadro resumo, eixo D, área chave 1, medida 1



## Área chave 2: Diminuição das ameaças e incremento da biodiversidade

### Medida 1: Controle e remoção de espécies exóticas

EIXO D- GESTÃO DOS NÍVEIS HÍDRICOS- MINIMIZÇO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE									
Área-chave 2: Diminuição das ameaças e incremento da biodiversidade									
Medida 1: Controle e remoção de espécies exóticas									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
D.2.1.1. Controle e remoção do jacinto de água	X	X	X		ICNF	CMTN/CMG ONGATEJO APA	500000€	FA Portugal 2030 Outros	Alta
D.2.1.2. Regulamentação da pesca do lagostim da Luisiana	X				ICNF	CMTN/CMG ONGATEJO	500€	Fundo próprios	Alta
D.2.1.3. Realização de estudos sobre espécies exóticas infestantes e invasivas			X	X	ICNF	CMTN/CMGIP T	5000€	Fundos próprios	Baixa

Tabela 26- Quadro resumo, eixo D, área chave 2, medida 1

### Medida 2: Recuperação e reconversão de *habitats*

EIXO D- GESTÃO DOS NÍVEIS HÍDRICOS- MINIMIZÇO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE									
Área-chave 2: Diminuição das ameaças e incremento da biodiversidade									
Medida 2: Recuperação e reconversão de habitats									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
D.2.2.1. Aquisição de terrenos para aumentar a área permanentemente alagada		X	X	X	ICNF	CMTN/CMG	500000€	FA Portugal 2030 Mecenato	Alta
D.2.2.2. Valorização e proteção de charcos temporário e criação de novo charco	X	X			ICNF	CMTN/CMG ONGATEJO/ 30por1linha	10000€	Fundo próprios Mecenato	Alta

Tabela 27- Quadro resumo, eixo D, área chave 2, medida 2

### Medida 3: Monitorização e incremento de espécies

EIXO D- GESTÃO DOS NÍVEIS HÍDRICOS- MINIMIZÇO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE									
Área-chave 2: Diminuição das ameaças e incremento da biodiversidade									
Medida 3 : Monitorização e recuperação de espécies									
Ação Específica	Ano				Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de Custo	Potencial Financiador	Prioridade
	2024	2025	2026	2027					
D.2.3.1. Monitorização regular de espécies autóctones	X	X	X	X	ICNF	IPT 30por1linha	€5000	Fundos próprios	Alta
D.2.3.2. Recuperação e reintrodução de espécies ameaçadas ou desaparecidas	X	X			ICNF	IPT 30po1linha	€150000	Fundo próprios Outros	Alta

Tabela 28- Quadro resumo, eixo D, área chave 2, medida 3

### Instrumentos e Linhas de Financiamento

O modelo de cogestão que se propõe desenvolver tem como um dos seus pontos essenciais a construção do presente plano de cogestão, que pretende conceber um modelo de desenvolvimento ambiental e socioeconómico deste território e respetivo plano de financiamento.

Este plano de cogestão facilitará a articulação de intenções e a majoração de projetos prioritários e permitirá atingir resultados de largo alcance. Facilitará também o acesso a linhas de financiamento, porquanto ficará evidente a convergência dos projetos para benefício da área e dos seus objetivos de conservação.

	AÇÕES	2024	2025	2026	2027	TOTAL
EIXO A VAORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÕES E SERVIÇOS DA RNPB	A.1.1.1.	€ 9 000	€ 9 000	€ 0	€ 0	€ 18 000
	A.1.1.2.	€ 12 500	€ 12 500	€ 12 500	€ 12 500	€ 25 000
	A.1.1.3.	€ 0	€ 7 500	€ 7 500	€ 0	€ 15 000
	A.1.1.4.	€ 0	€ 0	€ 7 500	€ 7 500	€ 15 000
	A.1.2.1.	€ 5 000	€ 195 000	€ 0	€ 0	€ 200 000
	A.1.2.2.	€ 33 000	€ 0	€ 0	€ 0	€ 33 000
	A.1.2.3.	€ 0	€ 5 000	€ 5 000	€ 5 000	€ 15 000
	A.1.2.4.	€ 500	€ 9 500	€ 0	€ 0	€ 10 000
	A.1.2.5.	€ 0	€ 4 000	€ 4 000	€ 0	€ 8 000
	A.1.2.6.	€ 15 000	€ 15 000	€ 0	€ 0	€ 30 000
	A.1.2.7.	€ 0	€ 5 000	€ 0	€ 0	€ 5 000
	A.1.2.8.	€ 0	€ 10 000	€ 10 000	€ 0	€ 20 000
	A.1.2.9.	€ 0	€ 150 000	€ 0	€ 0	€ 150 000
	A.2.1.1.	€ 0	€ 1 000	€ 0	€ 0	€ 1 000
	A.2.1.2.	€ 0	€ 10 000	€ 5 000	€ 5 000	€ 20 000
	A.2.2.1.	€ 0	€ 7 500	€ 7 500	€ 0	€ 15 000
	A.3.1.1.	€ 0	€ 35 000	€ 35 000	€ 0	€ 70 000
	A.3.1.2.	€ 0	€ 5 000	€ 5 000	€ 5 000	€ 15 000
A.3.1.3.	€ 0	€ 5 000	€ 7 500	€ 7 500	€ 20 000	
EIXO B COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOCÃO DA RNPB	B.1.1.1.	€ 250	€ 250	€ 250	€ 250	€ 1 000
	B.1.1.2.	€ 1 250	€ 1 250	€ 1 250	€ 1 250	€ 5 000
	B.1.1.3.	€ 0	€ 7 500	€ 7 500	€ 0	€ 15 000
	B.1.1.4.	€ 1 250	€ 1 250	€ 1 250	€ 1 250	€ 5 000
	B.1.1.5.	€ 500	€ 500	€ 500	€ 500	€ 2 000
	B.1.2.1.	€ 10 000	€ 10 000	€ 10 000	€ 10 000	€ 40 000
	B.1.2.2.	€ 5 000	€ 5 000	€ 5 000	€ 5 000	€ 20 000
	B.2.1.1.	€ 1 750	€ 1 750	€ 1 750	€ 1 750	€ 7 000
	B.2.1.2.	€ 600	€ 600	€ 600	€ 600	€ 2 400
	B.2.1.3.	€ 0	€ 2 000	€ 2 000	€ 2 000	€ 6 000
	B.2.1.4.	€ 1 000	€ 1 000	€ 1 000	€ 1 000	€ 4 000
	B.2.2.1.	€ 1 000	€ 3 000	€ 3 000	€ 3 000	€ 10 000
	B.3.1.1.	€ 500	€ 1 000	€ 2 000	€ 2 000	€ 5 500
	B.3.1.2.	€ 500	€ 500	€ 500	€ 500	€ 2 000
EIXO C DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB	C.1.1.1.	€ 0	€ 0	€ 5 000	€ 5 000	€ 10 000
	C.1.1.2.	€ 0	€ 500	€ 750	€ 750	€ 2 000
	C.1.1.3.	€ 500	€ 1 000	€ 1 000	€ 1 000	€ 3 500
	C.1.1.4.	€ 0	€ 15 000	€ 15 000	€ 10 000	€ 40 000
	C.1.2.1.	€ 0	€ 1 000	€ 2 000	€ 2 000	€ 5 000
	C.1.2.2.	€ 0	€ 2 000	€ 4 000	€ 4 000	€ 10 000
	C.2.1.1.	€ 0	€ 10 000	€ 10 000	€ 15 000	€ 35 000
	C.2.2.1.	€ 0	€ 10 000	€ 10 000	€ 10 000	€ 30 000
	C.2.2.2.	€ 500	€ 500	€ 500	€ 500	€ 2 000
	C.2.2.3.	€ 2 500	€ 2 500	€ 2 500	€ 2 500	€ 10 000
	C.2.2.4.	€ 0	€ 0	€ 17 500	€ 17 500	€ 35 000
	EIXO D GESTÃO DO NÍVELS HÍDRICOS-MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA	D.1.1.1.	€ 0	€ 50 000	€ 50 000	€ 0
D.1.1.2.		€ 0	€ 50 000	€ 50 000	€ 50 000	€ 150 000
D.2.1.1.		€ 0	€ 100 000	€ 200 000	€ 200 000	€ 500 000
D.2.1.2.		€ 500	€ 0	€ 0	€ 0	€ 500
D.2.1.3.		€ 0	€ 0	€ 2 500	€ 2 500	€ 5 000
D.3.1.1.		€ 0	€ 100 000	€ 200 000	€ 200 000	€ 500 000
D.3.1.2.		€ 500	€ 9 500	€ 0	€ 0	€ 10 000
D.3.2.1.		€ 500	€ 1 500	€ 1 500	€ 1 500	€ 5 000
D.3.2.2.		€ 5 000	€ 45 000	€ 50 000	€ 50 000	€ 150 000
TOTAL			€ 108 600	€ 920 100	€ 770 350	€ 648 850

Tabela 29- Calendarização anual dos investimentos

De acordo com o Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação:

1 — Ao financiamento das medidas e das ações constantes no plano de cogestão aplicam-se os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade.

2 — O financiamento deve, ainda, obedecer a princípios de sustentabilidade económica num horizonte de médio prazo.

3 — O financiamento das medidas e das ações constantes no plano de cogestão processa-se de acordo com metas objetivas a alcançar.

4 — Sem prejuízo das verbas disponibilizadas, anualmente, pelo Fundo Ambiental, pelo Fundo Florestal Permanente, pelo Fundo Azul ou por outros cuja missão seja compatível com as medidas e ações previstas no plano de cogestão, tais medidas e ações podem ser financiadas por:

a) Receitas próprias do ICNF, I. P.;

b) Receitas próprias das demais entidades representadas na comissão de cogestão;

c) Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à área protegida;

d) Verbas disponibilizadas pelos municípios abrangidos pela área protegida;

e) Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;

f) Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;

g) Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;

h) Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

## IX - FICHAS DE AÇÃO ESPECIFICAS

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 1:</b> Promover e ordenar as atividades de visitação e a monitorização dos visitantes				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.1.1.				
<b>Designação da ação:</b> Elaboração de estudo estratégico para o Plano de Visitação da RNPB				
<b>Resumo:</b> O objetivo principal deste plano é equilibrar a conservação ambiental com a oferta de experiências enriquecedoras para os visitantes, promovendo a educação ambiental e o turismo responsável. Em resumo, a implementação de um Plano de Visitação na RNPB pretende promover o equilíbrio entre a proteção ambiental e a promoção do turismo sustentável, proporcionando experiências pedagógicas enriquecedoras para os visitantes, preservando a beleza e a biodiversidade.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [12] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [6] [7]				
<b>Estimativa de custo:</b> 18 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG/IPT/ADIRN		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 30-Ficha de ação específica A.1.1.1.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 1:</b> Promover e ordenar as atividades de visitação e a monitorização dos visitantes				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.1.2.				
<b>Designação da ação:</b> Elaboração de estudo e implementação de programa de monitorização e gestão da visitação recorrendo a contadores de visitantes				
<b>Resumo:</b> O principal objetivo é controlar, regular e otimizar o fluxo de visitantes na RNPB, proporcionando uma experiência de visitação segura e de qualidade, salvaguardando o ambiente natural. A implementação de um programa de monitorização e gestão da visitação com contadores automáticos pode desempenhar um papel fundamental na promoção de uma visitação sustentável.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [11] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [14]				
<b>Estimativa de custo:</b> 50 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG/IPT		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 31-Ficha de ação específica A.1.1.2.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 1:</b> Promover e ordenar as atividades de visitação e a monitorização dos visitantes				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.1.3.				
<b>Designação da ação:</b> Ordenamento e valorização de trilhos, caminhos e percursos (pedestres, cicláveis, equestres e automóveis)				
<b>Resumo:</b> Esta ação visa ordenar a visitação dentro da Reserva Natural interligando-a com as áreas confinantes. A promoção, ordenamento e valorização da rede de trilhos, caminhos e percursos numa reserva natural é uma ação de grande importância, com o objetivo de preservar os valores naturais presentes, melhorando a experiência dos visitantes				
<b>Enquadramento ODS:</b> [3] [14] [15] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [4] [5]				
<b>Estimativa de custo:</b> 15 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF/ CMTN/ CMG		<b>Principais Parceiros:</b> IPT/ ADIRN/30por1linha		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução</b>	2024	2025	2026

Tabela 32- Ficha de ação específica A.1.1.3.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 1:</b> Promover e ordenar as atividades de visitação e a monitorização dos visitantes				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.1.4.				
<b>Designação da ação:</b> Criação de trilhos e caminhos na RBPB com ligação à RNPB				
<b>Resumo:</b> A ação visa estabelecer trilhos/percursos que conectem a AP a locais de interesse de relevância na área envolvente que integra a RBPB, permitindo que os visitantes apreciem a biodiversidade e os ecossistemas desta reserva natural de forma segura e sustentável. A existência de trilhos que interliguem a RNPB com os núcleos populacionais próximos contribui para a mitigação da pressão da visitação dentro da reserva natural e, simultaneamente, diversifica as experiências ao dispor dos visitantes, beneficiando a qualidade e duração da visitação.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [3] [14] [15] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [4] [5]				
<b>Estimativa de custo:</b> 15 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF/ CMTN/ CMG		<b>Principais Parceiros:</b> IPT/ ADIRN/ 30por1linha		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução</b>	2024	2025	2026

Tabela 33-Ficha de ação específica A.1.1.4.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 2:</b> Valorizar e melhorar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.2.1.				
<b>Designação da ação:</b> Requalificação e operacionalização do Centro Interpretativo da RNPB.				
<b>Resumo:</b> O objetivo principal desta ação é melhorar a capacidade do Centro Interpretativo para acolher devidamente os visitantes e fornecer informações relevantes sobre a reserva natural. Esta ação contribui significativamente para a conservação ambiental, o turismo sustentável e o desenvolvimento da AP como local de aprendizagem e usufruto da natureza. Em resumo, a requalificação e operacionalização do Centro Interpretativo da RNPB tem como objetivo principal melhorar a educação ambiental, promover a consciencialização sobre a importância da preservação, enriquecer a experiência dos visitantes e melhorar as condições para os serviços que operam no Centro Interpretativo.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [16] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [1] [6] [7] [8]				
<b>Estimativa de custo:</b> 200 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental + ICNF + CMTN		
<b>Coordenação:</b> ICNF/ CMTN		<b>Principais Parceiros:</b> CMG/ IPT/ ADIRN		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 34- Ficha de ação específica A.1.2.1.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 2:</b> Valorizar e melhorar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.2.2				
<b>Designação da ação:</b> Melhoria das condições de visitação da RNPB: recuperação do telheiro e observatórios de aves				
<b>Resumo:</b> A melhoria das condições de visitação numa reserva natural visa equilibrar o bem-estar e a segurança dos visitantes salvaguardando os valores naturais e o desenvolvimento sustentável da região. Esta ação tem por objetivo melhorar a experiência dos visitantes e ao mesmo tempo preservar a integridade do ambiente natural. As ações a realizar contemplam o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recuperação de observatórios;</li> <li>• Alteração de portões para acesso a praticantes de turismo equestre;</li> </ul> Reabilitação do telheiro – Zona de descanso para a visitantes.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [3] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [2]				
<b>Estimativa de custo:</b> 33 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental + CMG		
<b>Coordenação:</b> CMG		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 35- Ficha de ação específica A.1.2.2.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação					
<b>Medida 2:</b> Valorizar e melhorar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação					
<b>Identificação da ação:</b> A.1.2.3.					
<b>Designação da ação:</b> Adaptação e reabilitação de equipamentos de apoio à visitação.					
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo a melhoria de infraestruturas e dos recursos disponíveis para os visitantes. Contribuirá ainda no ordenamento da visitação e na valorização do património. A adaptação e reabilitação de equipamentos de apoio à visitação visa melhorar a experiência dos visitantes, tornando-a mais segura, educativa e agradável e acessível a cidadãos com mobilidade reduzida, nomeadamente ao início do percurso pedestre e aos observatórios de aves					
<b>Enquadramento ODS:</b> [3] [10]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [2] [5]					
<b>Estimativa de custo:</b> 15 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental + Outros			
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/ CMG/ADIRN			
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 36- Ficha de ação especificação A.1.2.3.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação					
<b>Medida 2:</b> Valorizar e melhorar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação					
<b>Identificação da ação:</b> A.1.2.4.					
<b>Designação da ação:</b> Incorporação de ferramentas digitais no apoio à visitação.					
<b>Resumo:</b> Com o objetivo de melhorar a experiência dos visitantes e otimizar a gestão da RNPB, a adoção de ferramentas digitais facilita a acessibilidade, fornece informações em tempo-real, aumentando a segurança do visitante, possibilita recolher dados precisos sobre comportamentos dos visitantes e integrar com a valorização cultural e histórica do território da AP. Em resumo, a incorporação de ferramentas digitais no apoio à visitação numa reserva natural visa melhorar a experiência dos visitantes, ao mesmo tempo em que promove a educação ambiental, o turismo sustentável e a preservação ambiental. Estas ferramentas desempenham um papel importante na gestão eficiente da reserva natural, na consciencialização pública e no desenvolvimento de um ambiente de visitação responsável e enriquecedor.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [9] [10]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [4] [9] [10]					
<b>Estimativa de custo:</b> 10 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental + Outros			
<b>Coordenação:</b> ICNF/CMTN/CMG		<b>Principais Parceiros:</b> IPT/ADIRN			
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 37- Ficha de ação especificação A.1.2.3.



<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 2:</b> Valorizar e melhorar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.2.5.				
<b>Designação da ação:</b> Aquisição de material de apoio à visitação (binóculos, telescópios, kits de análise de água, etc.).				
<b>Resumo:</b> A aquisição de material apoio à visitação proporciona recursos que permitam uma interação mais enriquecedora e educativa dos visitantes.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [10] [14] [15]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [1] [7] [11]				
<b>Estimativa de custo:</b> 8 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG/ADIRN/30por1linha		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 38- Ficha de ação específica A.1.1.5.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 2:</b> Valorizar e melhorar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.2.6.				
<b>Designação da ação:</b> Recuperação e modernização da sinalética informativa				
<b>Resumo:</b> A recuperação e modernização da sinalética informativa é fundamental para informar e orientar os visitantes, fornecendo informações claras, atualizadas e facilmente compreensíveis.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [14] [15]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [5]				
<b>Estimativa de custo:</b> 30 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 39- Ficha de ação específica A.1.2.6.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 2:</b> Valorizar e melhorar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.2.7.				
<b>Designação da ação:</b> Elaboração de um guia de boas práticas de visitação				
<b>Resumo:</b> A existência de um guia de boas práticas de visitação tem como objetivo orientar os visitantes sobre comportamentos e ações que promovam a conservação ambiental, a segurança e o respeito às normas locais, minimizando impactos negativos na área protegida e reduzindo os riscos para os visitantes, articulando as diretivas já existentes no código de conduta dos visitantes em áreas protegidas com as especificidades locais.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [12] [13] [14] [15]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3]				
<b>Estimativa de custo:</b> 5 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG/30por1linha/ADIRN		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 40-Ficha de ação específica A.1.2.7.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 2:</b> Valorizar e melhorar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.2.8.				
<b>Designação da ação:</b> Valorização de áreas de lazer				
<b>Resumo:</b> A valorização de áreas de lazer tem como objetivo promover a criação de espaços de repouso e convívio para os visitantes sem conflitar com os objetivos da área protegida.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [3]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [2] [5] [16]				
<b>Montante de investimento:</b> 20 000 €		<b>Financiador potencial:</b> PO regional		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG/ONGATEJO/ADIRN		
<b>Prioridade:</b> Baixa	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 41- Ficha de ação específica 1.2.8.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Ordenamento e qualificação da visitação				
<b>Medida 2:</b> Valorizar e melhorar infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação				
<b>Identificação da ação:</b> A.1.2.9.				
<b>Designação da ação:</b> Aquisição de embarcação típica com motor				
<b>Resumo:</b> A aquisição de uma embarcação típica tem por objetivo: manter a tradição e valorizar a cultura local considerando que se trata de uma embarcação com uma tipologia adequada à RNPB e que tem vindo a desaparecer; possibilitar a monitorização de valores naturais dentro da RNPB; possibilidade de realizar atividades de educação ambiental dentro da RNPB.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [13] [15]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [2] [4] [13] [14]				
<b>Estimativa de custo:</b> 150 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundos próprios + outros		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 42-Ficha de ação específica A.1.2.9.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 2:</b> Valorização e prospeção do conteúdo informativo d RNPB				
<b>Medida 1:</b> Reunir conteúdo informativo sobre a área protegida				
<b>Identificação da ação:</b> A.2.1.1.				
<b>Designação da ação:</b> Inventariação e digitalização de conteúdos relativos à RNPB				
<b>Resumo:</b> A inventariação e digitalização de conteúdos relativos à RNPB tem como objetivo catalogar, organizar e converter informações físicas e analógicas em formatos digitais, facilitando o acesso a dados relevantes, documentos históricos e outros materiais relacionados com a reserva natural. A importância desta ação reflete-se, também, numa melhoria na comunicação, na facilitação de divulgações educacionais, na resposta a desafios ambientais e na incorporação de novas tecnologias.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [10] [13] [14] [15]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [1] [3]				
<b>Estimativa de custo:</b> 1 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> Restantes parceiros		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 43- Ficha de ação específica A.2.1.1.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 2:</b> Valorização e prospeção do conteúdo informativo da RNPB				
<b>Medida 1:</b> Reunir conteúdo informativo sobre a área protegida				
<b>Identificação da ação:</b> A.2.1.2.				
<b>Designação da ação:</b> Produção de conteúdos em diversos formatos gráficos de materiais de divulgação e promoção				
<b>Resumo:</b> A elaboração de conteúdos de relevante abordagem para melhor conhecimento do território tem como objetivo criar materiais informativos que proporcionem uma compreensão mais profunda e enriquecedora sobre as características, biodiversidade e importância ambiental da RNPB. Esta ação pretende disseminar conhecimento de forma acessível, educativa e envolvente. A ação contribui, também, para a melhoria da experiência do visitante, a promoção do conhecimento local e o estímulo ao turismo cultural/científico e uma interligação com a comunidade escolar e conteúdos dos programas pedagógicos dos diversos graus de ensino.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [13] [15] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3]				
<b>Estimativa de custo:</b> 20 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental+ outros		
<b>Coordenação:</b> CMTN/ CMG/ IPT		<b>Principais Parceiros:</b> Restantes parceiros/ Comunidade escolar		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 44- Ficha de ação específica A.2.1.2.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 2:</b> Valorização e prospeção do conteúdo informativo da RNPB				
<b>Medida 2:</b> Centralizar a informação relevante à área protegida numa plataforma afeta à cogestão				
<b>Identificação da ação:</b> A.2.2.1.				
<b>Designação da ação:</b> Criação de um <i>site</i> - Centralização de conteúdos informativos, académicos e científicos numa plataforma afeta à cogestão				
<b>Resumo:</b> A centralização de conteúdos informativos, promocionais, académicos e científicos numa plataforma dedicada à cogestão da RNPB tem como objetivo consolidar e disponibilizar, de forma organizada, informações diversas relacionadas à gestão, promoção, pesquisa e conhecimento da área protegida. Esta ação pretende facilitar o acesso a dados relevantes para diversos públicos, promovendo a transparência e eficácia na cogestão. A centralização numa plataforma permite uma atualização de novos dados, contribui na colaboração científica/académica que, em resumo, ajudará a gestão nas decisões a tomar, divulgando-as de forma transparente e acessível para o público em geral.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [9] [16] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3]				
<b>Estimativa de custo:</b> 15 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF/ IPT		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG/ONGATEJO/ADIRN		
<b>Prioridade:</b> Média.	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 45- Ficha de ação específica A.2.2.1.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 3:</b> Qualificação dos serviços da RNPB					
<b>Medida 1:</b> Capacitar a RNPB de ferramentas não-invasivas que permitam melhor entendimento do território					
<b>Identificação da ação:</b> A.3.1.1.					
<b>Designação da ação:</b> Recuperação e operacionalização do limnígrafo					
<b>Resumo:</b> A recuperação e operacionalização do limnígrafo têm como objetivo fornecer informações precisas e contínuas para apoiar a gestão eficiente dos recursos hídricos e a sua evolução ao longo do tempo. Contribui também para a pesquisa científica, suporta a gestão hidrológica sustentável, fornece dados para melhores estratégias de adaptação e alterações climáticas com implicações nas áreas circundante da reserva natural e, em particular, na atividade agrícola					
<b>Enquadramento ODS:</b> [13] [14] [15] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [1] [3] [4]					
<b>Estimativa de custo:</b> 70 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Portugal 2030		
<b>Coordenação:</b> CCG			<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/CMTN/CMG/IPT/ONGATEJO/ ADIRN		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 46- Ficha de ação específica A.3.1.1.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 3:</b> Qualificação dos serviços da RNPB					
<b>Medida 1:</b> Capacitar a RNPB de ferramentas não-invasivas que permitam melhor entendimento do território					
<b>Identificação da ação:</b> A.3.1.2.					
<b>Designação da ação:</b> Instalação e manutenção de sistema de câmaras de vídeo, de transmissão contínua, que permitam o acesso remoto a áreas mais sensíveis da RNPB					
<b>Resumo:</b> A instalação de um sistema de câmaras de vídeo de transmissão contínua, possibilitando o acesso remoto a áreas mais sensíveis da RNPB, permitirá monitorizar de forma contínua, em tempo real, essas áreas, permitindo a observação não intrusiva da fauna, flora e atividades humanas. Visa fortalecer a gestão e conservação da reserva natural, proporcionando dados valiosos para a tomada de decisões e a preservação da biodiversidade. Para além do apoio prestado aos serviços do ICNF na área da conservação dos valores presentes na RNPB (preservação de espécies sensíveis, fiscalização de atividades ilícitas, eficiência na resposta a emergências), contribui positivamente no âmbito da cogestão através dos dados contínuos que fundamentam as decisões a serem tomadas, o valor científico dos dados promove a atração de investigadores e turistas responsáveis que permite uma melhor e cuidada promoção da AP					
<b>Enquadramento ODS:</b> [9] [11] [13] [14] [15]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [1] [3] [14] [16]					
<b>Estimativa de custo:</b> 15 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Fundo ambiental + Mecenato		
<b>Coordenação:</b> ICNF			<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG/IPT/ONGATEJO		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 47- Ficha de ação específica A.3.1.2.

<b>EIXO A – VALORIZAÇÃO, MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 3:</b> Qualificação dos serviços da RNPB				
<b>Medida 1:</b> Capacitar a RNPB de ferramentas não-invasivas que permitam melhor entendimento do território				
<b>Identificação da ação:</b> A.3.1.3.				
<b>Designação da ação:</b> Instalação, reabilitação e manutenção de estações de análise de água				
<b>Resumo:</b> O objetivo desta ação é coletar dados precisos e contínuos que permitam avaliar e garantir a qualidade dos recursos hídricos, além de proporcionar informações fundamentais para a tomada de decisões em prol da conservação ambiental.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [6] [9] [13] [14]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [1] [3] [14] [16]				
<b>Estimativa de custo:</b> 20 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo ambiental+ Portugal 2030		
<b>Coordenação:</b> CCG		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/CMTN/CMG/IPT		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 48-Ficha de ação específica A.3.1.3.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Comunicação e promoção				
<b>Medida 1:</b> Comunicar e promover o território da RNPB				
<b>Identificação da ação:</b> B.1.1.1.				
<b>Designação da ação:</b> informação e divulgação nos órgãos de comunicação social (revistas, jornais, rádios, televisão...)				
<b>Resumo:</b> Esta ação tem por objetivo aumentar a visibilidade da reserva natural, promover a consciencialização pública e envolver a comunidade na preservação do ambiente natural.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [6] [7] [12] [14] [15]				
<b>Estimativa de custo:</b> 1 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundos próprios + outros		
<b>Coordenação:</b> ICNF/CMTN/CMG/ONGATEJO		<b>Principais Parceiros:</b> Restantes parceiros		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 49-Ficha de ação específica B.1.1.1.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 1:</b> Comunicação e promoção					
<b>Medida 1:</b> Comunicar e promover o território da RNPB					
<b>Identificação da ação:</b> B.1.1.2.					
<b>Designação da ação:</b> Realização de exposições itinerantes em áreas de interesse no território					
<b>Resumo:</b> A realização de exposições itinerantes tem como objetivo a divulgação dos valores naturais da RNPB em eventos fora da sua área territorial.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [11] [14] [15] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [11] [15]					
<b>Estimativa de custo:</b> 5 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental + Mecenato		
<b>Coordenação:</b> CMTN/ CMG/ ONGATEJO			<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/IPT		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 50- Ficha de ação específica B.1.1.2.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 1:</b> Comunicação e promoção					
<b>Medida 1:</b> Comunicar e promover o território da RNPB					
<b>Identificação da ação:</b> B.1.1.3.					
<b>Designação da ação:</b> Desenvolvimento e implementação do Plano de Comunicação e Marketing para RNPB					
<b>Resumo:</b> O desenvolvimento e implementação do Plano de Comunicação e Marketing para a RNPB tem como objetivo aumentar a visibilidade da reserva natural, promover a consciencialização sobre sua importância e cativar comunidade local e nacional para a sua preservação. A eficácia deste plano contribuirá para a consolidação da identidade da reserva natural, a sustentabilidade económica local e o fortalecimento do apoio público à conservação da biodiversidade.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [11] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [6] [7] [14] [15]					
<b>Estimativa de custo:</b> 15 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF/CMTN/ CMG/ ONGATEJO			<b>Principais Parceiros:</b> IPT/ADIRN		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 51- Ficha de ação específica B.1.1.3.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Comunicação e promoção				
<b>Medida 1:</b> Comunicar e promover o território da RNPB				
<b>Identificação da ação:</b> B.1.1.4.				
<b>Designação da ação:</b> Participação/ Organização de feiras de âmbito local, nacional e internacional				
<b>Resumo:</b> A participação em feiras e outros eventos de âmbito local, nacional e internacional tem como objetivo promover o turismo sustentável, fortalecer a relação entre a área protegida e a comunidade. Essa ação é crucial para atrair turistas responsáveis, divulgar práticas de conservação, facilitar o intercâmbio de conhecimento, cativar a comunidade local na valorização da reserva natural e atrair investimentos e parcerias para apoiar a preservação ambiental.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [11] [12] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [12] [15]				
<b>Estimativa de custo:</b> 5 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF/CMTN/ CMG		<b>Principais Parceiros:</b> IPT/ADIRN		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 52- Ficha de ação específica B.1.1.4.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Comunicação e promoção				
<b>Medida 1:</b> Comunicar e promover o território da RNPB				
<b>Identificação da ação:</b> B.1.1.5.				
<b>Designação da ação:</b> Promoção da marca Natural. pt				
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo o relacionamento e o envolvimento das diversas empresas locais divulgando os seus produtos, promovendo as boas práticas ambientais. Essa promoção visa aumentar a visibilidade da marca "Natural.pt através da divulgação de diversos atores e atividades económicas que promovam produtos e ofertas sustentáveis direta ou indiretamente relacionados com áreas protegidas. A concretização desta ação contribui para a divulgação e incremento das características específicas da região, provendo o sentido de identidade das populações locais.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [8] [9] [11] [12] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [9] [10]				
<b>Estimativa de custo:</b> 2 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> ICNF/CMTN/ CMG/ONGATEJO		<b>Principais Parceiros:</b> IPT/AGROBIO/ ADIRN		
<b>Prioridade:</b> Baixa	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 53- Ficha de ação específica B.1.1.5.



<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Comunicação e promoção				
<b>Medida 2:</b> Reconhecer e valorizar as infraestruturas existentes que possam funcionar como portas de entrada da RNPB.				
<b>Identificação da ação:</b> B.1.2.1.				
<b>Designação da ação:</b> Apoio à implementação do observatório do ambiente				
<b>Resumo:</b> A execução do programa operacional Observatório da Biosfera do Paul do Boquilobo, em Azinhaga, tem como objetivo monitorizar e estudar a evolução da Biosfera contribuindo para uma gestão. Essa iniciativa visa fortalecer a capacidade de observação e monitorização, promovendo a pesquisa científica, a educação ambiental e a preservação dos ecossistemas e cultura local. A importância dessa ação reside na criação de um ambiente propício para a coleta de dados, análises científicas e sensibilização da comunidade, contribuindo assim para a conservação da biodiversidade e a promoção do conhecimento sobre o ecossistema único do Paul do Boquilobo.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [11] [12] [13] [14] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [1] [3] [6] [7] [14] [50]				
<b>Estimativa de custo:</b> 40 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Portugal 2030		
<b>Coordenação:</b> IPT/CMG/CMTN		<b>Principais Parceiros:</b> Restantes parceiros		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 54-Ficha de ação específica B.1.2.1.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Comunicação e promoção				
<b>Medida 2:</b> Reconhecer e valorizar as infraestruturas existentes que possam funcionar como portas de entrada da RNPB.				
<b>Identificação da ação:</b> B.1.2.2.				
<b>Designação da ação:</b> Criação de espaço RNPB no museu agrícola de Riachos				
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo criar um espaço dedicado à promoção e à história da RNPB no Museu Agrícola de Riachos, que possa funcionar como porta de entrada da RNPB.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [1] [3]				
<b>Estimativa de custo:</b> 20 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundos próprios		
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG/ONGATEJO		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/IPT/ADIRN		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 55-Ficha de ação específica B.1.2.1.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 2:</b> Sensibilização e compromisso					
<b>Medida 2:</b> Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais da RNPB e a educação ambiental para o público em geral.					
<b>Identificação da ação:</b> B.2.1.1.					
<b>Designação da ação:</b> Realização de programas de Educação Ambiental					
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo desenvolver oportunidades e conteúdos educativos que sensibilizem, informem e envolvam a comunidade para preservação da reserva natural. Esses programas visam promover a compreensão da biodiversidade, dos ecossistemas e de práticas de conservação, incentivando a adoção de comportamentos responsáveis. A importância desta ação reside na formação de uma consciência ambiental positiva, no estímulo à preservação e no fomento à participação ativa na proteção e conservação do ambiente.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [11] [12] [13] [14] [15] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [6] [7] [12] [15]					
<b>Estimativa de custo:</b> 7 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Fundos Ambiental + outros		
<b>Coordenação:</b> CCG			<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/CMTN/CMG/IPT/30por1linha		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 56- Ficha de ação específica B.2.1.1.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 2:</b> Sensibilização e compromisso					
<b>Medida 2:</b> Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais da RNPB e a educação ambiental para o público em geral.					
<b>Identificação da ação:</b> B.2.1.2.					
<b>Designação da ação:</b> Organização de ações de informação e sensibilização (palestras, materiais informativos, exposições, sessões de campo, tertúlias)					
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo disseminar o conhecimento e consciencializar a comunidade e visitantes da RNPB para a importância da conservação da natureza e da biodiversidade. A importância iniciativa reside na promoção da consciencialização, no estímulo à participação ativa na conservação e no fomento de uma relação positiva entre a comunidade a reserva natural, que valorize e consolide os saberes locais interligando-os com novos conhecimentos.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [11] [12] [13] [14] [15] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [6] [7] [12] [15] [16]					
<b>Estimativa de custo:</b> 2 400 €			<b>Financiador potencial:</b> Fundos Ambiental + Mecenato+ Outros		
<b>Coordenação:</b> ICNF/CMTN/CMG/ONGTEJO			<b>Principais Parceiros:</b> IPT/30por1linha		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 57- Ficha de ação específica B.2.1.2.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 2:</b> Sensibilização e compromisso					
<b>Medida 2:</b> Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais da RNPB e a educação ambiental para o público em geral.					
<b>Identificação da ação:</b> B.2.1.3.					
<b>Designação da ação:</b> Promoção de concursos que representem e aprofundem o conhecimento sobre a RNPB (para escolas, academias e público em geral)					
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo incentivar a participação ativa de escolas, academias e do público em geral na exploração e compreensão mais aprofundada da reserva natural. Esses concursos visam valorizar o conhecimento sobre a RNPB de maneira criativa e educativa. A importância desta iniciativa reside na promoção da aprendizagem participativa, no estímulo à pesquisa e no desenvolvimento de uma conexão mais profunda entre a comunidade e a reserva natural, contribuindo assim para a consciencialização e valorização do patrimônio ambiental local.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [11] [13] [14] [15] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [6] [7] [15] [16]					
<b>Estimativa de custo:</b> 6 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Fundos Ambiental		
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG/ONGTEJO			<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/outros		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 58- Ficha de ação específica B.2.1.3.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 2:</b> Sensibilização e compromisso					
<b>Medida 2:</b> Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais da RNPB e a educação ambiental para o público em geral.					
<b>Identificação da ação:</b> B.2.1.4.					
<b>Designação da ação:</b> 2.1.1.					
<b>Resumo:</b> O objetivo principal é promover a participação pública na pesquisa e monitorização, fortalecendo o sentimento de pertença e a responsabilidade partilhada. Os participantes das atividades de ciência-cidadã desenvolvem competências práticas através da recolha de dados, observação e análise, contribuindo para a construção de uma comunidade mais capacitada e consciente em relação ao ambiente. As pessoas têm assim a oportunidade de aprender sobre a ecologia local, os processos naturais e a importância da conservação. Esta ação alinha-se à abordagem de cogestão ao integrar a comunidade local como parceira ativa na gestão da área protegida. A participação ativa em atividades científicas cria um vínculo afetivo entre a comunidade e a RNPB, que, por sua vez, resulta em maior apoio público à preservação, fortalecendo a sustentabilidade a longo prazo, através da recolha de informações e dados com relevância para conservação dos valores naturais.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [11] [14] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [15] [18]					
<b>Estimativa de custo:</b> 4 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Fundos Ambiental		
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG/30por1linha			<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/AGROBIO/ADIRN/ONGATEJO		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 59- Ficha de ação específica B.2.1.4.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 2:</b> Sensibilização e compromisso				
<b>Medida 2:</b> Cultivar o sentido de pertença				
<b>Identificação da ação:</b> B.2.2.1.				
<b>Designação da ação:</b> Identificação e valorização de grupos e associações locais que beneficiem o território e promovam atividades integradas				
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo estabelecer colaborações estratégicas com diversas entidades para ampliar a divulgação e sensibilização sobre a reserva natural. Esta iniciativa visa promover a educação ambiental, consciencializar diferentes públicos e fortalecer o envolvimento da comunidade na preservação. A importância desta ação reside na criação de parcerias que ampliem o alcance das mensagens de conservação, incentivem práticas sustentáveis e fomentem o apoio diversificado à proteção do património natural e cultural da RNPB.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [11] [12] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [11] [12] [18]				
<b>Estimativa de custo:</b> 10 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundos próprios + Outros		
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG/30por1linha		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/IADIRN/IPT		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução</b>	2024	2025	2026
			2027	

Tabela 60-Ficha de ação específica B.2.2.1.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 3:</b> Colaboração e gestão participativa				
<b>Medida 1:</b> Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável da RNPB				
<b>Identificação da ação:</b> B.3.1.1.				
<b>Designação da ação:</b> Promover e divulgar as ações e objetivos da CCG				
<b>Resumo:</b> A promoção e divulgação destas ações e objetivos contribui para a transparência dos processos e envolvimento de entidades pública e privadas, e como dos cidadãos, isoladamente ou através de associações, na sua concretização.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [11] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [14] [15] [16] [17]				
<b>Estimativa de custo:</b> 5 500 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental		
<b>Coordenação:</b> CCG		<b>Principais Parceiros:</b> IPT		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 61- Ficha de ação específica B.2.2.1.

<b>EIXO B – COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA RNPB</b>						
<b>Área-chave 3:</b> Colaboração e gestão participativa						
<b>Medida 1:</b> Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável da RNPB						
<b>Identificação da ação:</b> B.3.1.2.						
<b>Designação da ação:</b> Promover a participação pública e o envolvimento de todos os parceiros na programação, implementação e monitorização do plano de cogestão.						
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo estabelecer e promover uma abordagem colaborativa na gestão da RNPB. Esta iniciativa procura envolver ativamente as diferentes partes interessadas, como a comunidade local, associações locais e organizações não-governamentais de ambiente, autoridades e gestores, na tomada de decisões e na implementação de práticas de promoção, divulgação, e conservação. A importância desta ação reside na promoção da participação coletiva, na maximização dos esforços de conservação e no desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável na RNPB que tenha em consideração as necessidades e perspetivas diversas dos envolvidos na preservação do património natural da reserva natural.						
<b>Enquadramento ODS:</b> [11] [17]						
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [6] [7] [15] [16]						
<b>Estimativa de custo:</b> 2 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental			
<b>Coordenação:</b> ICNF/CMTN/CMG			<b>Principais Parceiros:</b> Restantes parceiros			
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução</b>		2024	2025	2026	2027

Tabela 62- Ficha de ação específica B.3.1.2.

<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>						
<b>Área-chave 1:</b> Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividades humanas com os recursos naturais						
<b>Medida 1:</b> Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social						
<b>Identificação da ação:</b> C.1.1.1.						
<b>Designação da ação:</b> Criação de uma marca que valorize o produto local, aliado a princípios da sustentabilidade, em articulação com a Reserva Biosfera do Paul do Boquilobo.						
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo estabelecer e aplicar um sistema de certificação que reconheça e promova produtos locais produzidos em harmonia com os princípios da sustentabilidade ecológica e social. Esta iniciativa valoriza a produção local, incentiva práticas ambientalmente responsáveis e promove a sensibilização para a importância do consumo sustentável. Sendo a RNPB classificada como Reserva da Biosfera, a articulação do seu órgão de gestão com os objetivos da comissão de cogestão e respetivo plano de cogestão permite o estabelecimento de uma marca com requisitos de adesão adequados aos princípios e preocupações de ambos os órgãos de gestão.						
<b>Enquadramento ODS:</b> [8] [11] [12] [27]						
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [9] [10] [11] [12]						
<b>Estimativa de custo:</b> 10 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental+ Outros			
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG/ ONGATEJO			<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/ IPT/ ADIRN			
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução</b>		2024	2025	2026	2027

Tabela 63- Ficha de ação específica C.1.1.1.

<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividades humanas com os recursos naturais				
<b>Medida 1:</b> Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social				
<b>Identificação da ação:</b> C.1.1.2.				
<b>Designação da ação:</b> Promoção e integração da prática e ensino equestre para fins de visitação				
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo incorporar a equitação como uma atividade integrada para visitantes na reserva natural. Esta iniciativa pretende promover experiências únicas, permitindo que os visitantes desfrutem da natureza por meio da prática e do ensino equestre. A importância desta ação reside na diversificação das atividades recreativas oferecidas na RNPB, na promoção do turismo sustentável e no estímulo ao interesse e participação da comunidade e visitantes em atividades equestres, contribuindo assim para a valorização e preservação do ambiente natural. O facto da reserva natural estar inserida num território com uma forte componente em atividades equestres (feira de S. Martinho, produção e ensino de cavalos lusitanos) realça a importância da implementação desta medida.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [5] [8] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [11] [12] [14]				
<b>Estimativa de custo:</b> 2 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Próprios + Outros fundos		
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/ ONGATEJO		
<b>Prioridade:</b> Média	2024	2025	2026	2027

Tabela 64-Ficha de ação específica C.1.1.2.

<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividades humanas com os recursos naturais				
<b>Medida 1:</b> Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social				
<b>Identificação da ação:</b> C.1.1.3.				
<b>Designação da ação:</b> Promoção e divulgação das metodologias e inovações agrícolas praticadas no território da RNPB e área envolvente				
<b>Resumo:</b> A promoção e divulgação das metodologias e inovações agrícolas praticadas no território da RNPB e área envolvente têm como objetivo disseminar boas práticas agrícolas e técnicas inovadoras entre a comunidade local. Esta ação visa incentivar a adoção de métodos sustentáveis na agricultura, promovendo a integração harmoniosa entre as atividades agrícolas e a conservação ambiental na região. Para além da sustentabilidade agrícola, esta ação contribui para o fortalecimento da comunidade agrícola, para melhorias na produtividade /rendimento e na redução de conflitos.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [6] [7] [8] [13] [14] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [12] [16] [18]				
<b>Estimativa de custo:</b> 3 500 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Próprios + Outros fundos		
<b>Coordenação:</b> ONGATEJO		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/ CMTN/ CMG		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 65- Ficha de ação específica C.1.1.3.

<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 1:</b> Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividades humanas com os recursos naturais					
<b>Medida 1:</b> Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social					
<b>Identificação da ação:</b> C.1.1.4.					
<b>Designação da ação:</b> Desenvolvimento de ferramentas digitais que divulguem os valores do território e auxiliem na sua navegação					
<b>Resumo:</b> Esta ação tem como objetivo principal utilizar a tecnologia digital para promover a divulgação dos valores naturais e culturais da RNPB, ao mesmo tempo que oferece ferramentas que facilitam a navegação e a interação dos visitantes com o território. Ferramentas digitais, como aplicações móveis, web sites e plataformas interativas, proporcionam uma maneira efetiva de divulgar informações sobre a reserva natural, incluindo sua biodiversidade, características geográficas e património cultural. O desenvolvimento de ferramentas de navegação digital, como mapas interativos e trilhos virtuais, auxilia os visitantes na exploração da AP, melhorando a experiência do visitante, tornando a visita mais segura, informativa e envolvente. Ao disponibilizar informações digitalmente, as ferramentas garantem um acesso democrático à informação. Isso permite que diferentes públicos, incluindo comunidade local, investigadores e visitantes, tenham acesso a dados relevantes sobre a RNPB.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [14] [18]					
<b>Estimativa de custo:</b> 40 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental+ Portugal 2030+Outros fundos			
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG/ADIRN		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/ IPT/ 30por1linha			
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 66- Ficha de ação específica C.1.1.4.

<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 1:</b> Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividades humanas com os recursos naturais					
<b>Medida 2:</b> Consolidar oferta turística					
<b>Identificação da ação:</b> C.1.2.1.					
<b>Designação da ação:</b> Promoção da qualificação, formação e certificação para operadores turísticos que exerçam atividade no território					
<b>Resumo:</b> A promoção da qualificação, formação e certificação para operadores turísticos que atuam no território da reserva natural tem como objetivo elevar os padrões de qualidade e sustentabilidade das atividades turísticas na área. Esta ação visa fornecer preparação especializada aos operadores, capacitando-os para oferecer experiências turísticas responsáveis, educativas e em conformidade com as práticas de conservação da reserva natural. Para além da melhoria da qualidade turística, esta ação contribui para a consciencialização dos operadores, na garantia salvaguarda dos valores naturais, de segurança e bem-estar, promoção do turismo responsável e aumento da competitividade.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [8] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [7] [14] [18]					
<b>Estimativa de custo:</b> 5 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental+ Portugal 2030			
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG/ADIRN		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/ IPT/ Entidade Regional <sup>III</sup> de Turismo			
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 67- Ficha de ação específica C.1.2.1.

<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Valorização dos recursos e produtos endógenos e compatibilização de atividades humanas com os recursos naturais				
<b>Medida 2:</b> Consolidar oferta turística				
<b>Identificação da ação:</b> C.1.2.2.				
<b>Designação da ação:</b> Criação de pacotes que interliguem atividades fora da área protegida com a visitação à RNPB e promoção junto dos operadores turísticos				
<b>Resumo:</b> A criação de pacotes que interliguem atividades fora da área protegida com a visitação à RNPB tem como objetivo integrar experiências turísticas diversas, unindo a oferta de atividades fora da reserva natural com o usufruto responsável e consciente desta área protegida. Esta ação visa proporcionar aos visitantes uma experiência holística, promovendo a compreensão da interconexão entre a biodiversidade local com as atividades culturais e recreativas na região circundante. Para além da promoção da educação/sensibilização ambiental, esta ação estimula o turismo sustentável, fortalece as parcerias com Operadores Turísticos, promove o desenvolvimento económico local, o que, em suma, contribui para um aumento do interesse e do envolvimento comunitário.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [11] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [6] [7] [11] [12]				
<b>Estimativa de custo:</b> 10 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Entidade Regional de Turismo+ Portugal 2030		
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG/ADIRN		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/ONGATEJO/Outros		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 68- Ficha de ação específica C.1.2.2.

<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 2:</b> Desenvolvimento socioeconómico				
<b>Medida 1:</b> Valorizar e preservar o património cultural				
<b>Identificação da ação:</b> C.2.1.1.				
<b>Designação da ação:</b> Valorização e promoção do património imaterial (inventariar e catalogar o “saber-fazer”, ferramentas e tradições)				
<b>Resumo:</b> A ação de valorização e promoção do património imaterial numa reserva natural tem como objetivo preservar, celebrar e disseminar os elementos culturais, tradições e conhecimentos intangíveis associados à área protegida. Esta iniciativa pretende reconhecer e destacar as práticas e expressões culturais que desempenham um papel significativo na identidade da comunidade local e na história da reserva. Esta ação também contribui para a preservação da diversidade cultural, fortalecimento da identidade comunitária, integração da comunidade na gestão da reserva, fomento ao Turismo Cultural e para a inclusão e respeito e sensibilização para a importância da diversidade cultural e da biodiversidade.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [5] [8] [11] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [11] [12] [13] [16] [18]				
<b>Estimativa de custo:</b> 35 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Entidade Regional de Turismo/ Portugal 2030		
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG/IPT		<b>Principais Parceiros:</b> ADIRN/ Parceiros locais		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 69- Ficha de ação específica C.2.1.1.



<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 2:</b> Desenvolvimento socioeconómico				
<b>Medida 2:</b> Cativar recursos				
<b>Identificação da ação:</b> C.2.2.1.				
<b>Designação da ação:</b> Promoção de cursos, com diferentes graus de ensino e complexidade, orientados para as temáticas da RNPB				
<b>Resumo:</b> A promoção de formações, orientadas para as temáticas da reserva natural, tem como principal objetivo capacitar e educar diversos públicos, incluindo gestores, voluntários, comunidade local e interessados em geral, sobre as questões específicas relacionadas com a preservação e manutenção sustentável da área protegida. Essas formações procuram disseminar conhecimento, promover boas práticas e desenvolver competências que contribuam para a conservação efetiva da área protegida. Os contributos desta ação incidem ainda na qualificação técnica, no desenvolvimento de competências locais e na promoção de Redes de Colaboração.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [11] [13] [14]				
<b>Previsão de custo:</b> 30 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental+ Portugal 2030		
<b>Coordenação:</b> ICNF/CMTN/CMG		<b>Principais Parceiros:</b> IPT/ADIRN/ONGATEJO		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 70- Ficha de ação específica C.2.2.1.

<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>				
<b>Área-chave 2:</b> Desenvolvimento socioeconómico				
<b>Medida 2:</b> Cativar recursos				
<b>Identificação da ação:</b> C.2.2.2.				
<b>Designação da ação:</b> Desenvolvimento de programas de voluntariado multidisciplinares				
<b>Resumo:</b> O desenvolvimento de programas de voluntariado multidisciplinares numa reserva natural tem como principal objetivo envolver a comunidade local e interessados na conservação ambiental, promovendo ações no sentido da conservação, valorização, divulgação e incremento dos valores naturais. Esses programas visam reunir voluntários, com competências e conhecimentos diversos, que contribuam de maneira significativa para a preservação, manutenção e melhoria do espaço natural e das estruturas de apoio à visitação, para a divulgação e sensibilização para a conservação da biodiversidade e gestão sustentável da reserva natural.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [5] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [14] [16]				
<b>Montante de investimento:</b> 2 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental+ Outros		
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/ONGATEJO/IPT/30por1linha		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 71- Ficha de ação específica C.2.2.2.

<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 2:</b> Desenvolvimento socioeconómico					
<b>Medida 2:</b> Cativar recursos					
<b>Identificação da ação:</b> C.2.2.3.					
<b>Designação da ação:</b> Avaliação das medidas e ações propostas no plano de cogestão					
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo principal avaliar cientificamente a eficácia das medidas e ações propostas no plano de cogestão, por forma a avaliar a eficácia do modelo de cogestão e o envolvimento da comissão. Tal inclui a análise dos impactos, dos resultados obtidos e da identificação de eventuais ajustes necessários para otimizar a gestão da área protegida. Com base em dados científicos, é possível determinar se as ações estão em sintonia com os objetivos desejados em termos de conservação, sustentabilidade e proteção ambiental. Caso os resultados indiquem a necessidade de ajustes nas medidas propostas, a cogestão pode ser adaptada de forma contínua, garantindo uma abordagem flexível e eficaz ao longo do tempo. A promoção de estudos científicos reforça a transparência na cogestão da RNPB. Ao compartilhar os resultados com a comunidade local, visitantes, gestores, academia, investidores e demais partes interessada, promove-se a transparência dos processos, demonstrando o compromisso com a concretização e a efetividade das ações propostas, salvaguardando e promovendo os valores naturais existentes.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [14]					
<b>Estimativa de custo:</b> 10 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental+ Outros		
<b>Coordenação:</b> ICNF/IPT			<b>Principais Parceiros:</b> Restantes parceiros		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 72- Ficha de ação específica C.2.2.3.

<b>EIXO C – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA RNPB</b>					
<b>Área-chave 2:</b> Desenvolvimento socioeconómico					
<b>Medida 2:</b> Cativar recursos					
<b>Identificação da ação:</b> C.2.2.4.					
<b>Designação da ação:</b> Criação de novos postos de trabalho resultantes das atividades da comissão de cogestão					
<b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo principal gerar oportunidades de emprego diretas e indiretas em consequência das atividades coordenadas pela comissão de cogestão da RNPB. Promove a criação de empregos que estejam alinhados com os princípios de conservação, sustentabilidade e preservação dos recursos naturais. Contribui para o desenvolvimento económico da comunidade local, proporcionando fontes de rendimento estáveis e contribuindo para o fortalecimento da economia regional. A comissão de cogestão, ao criar empregos, também pode servir como uma plataforma para a transferência de conhecimentos e competências, capacitando a comunidade local para práticas de conservação e gestão sustentável. Por fim, diversifica as fontes de rendimento da comunidade, tornando-a menos dependente de setores que possam ter impactos negativos no meio ambiente, contribuindo assim para uma economia local mais resiliente.					
<b>Enquadramento ODS:</b> [5] [8] [10] [17]					
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [11] [13]					
<b>Estimativa de custo:</b> 35 000 €			<b>Financiador potencial:</b> Portugal 2030		
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG			<b>Principais Parceiros:</b> Restantes parceiros		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026	2027

Tabela 73- Ficha de ação específica C.2.2.4.

<b>EIXO D – GESTÃO DOS NÍVEIS HÍDRICOS- MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Gestão hidrológica				
<b>Medida 1:</b> Aumentar a resiliência do território da RNPB e áreas envolventes em termos hidrológicos				
<b>Identificação da ação:</b> D.1.1.1.				
<b>Designação da ação:</b> Otimização da ligação entre os diversos pontos de água				
<p><b>Resumo:</b> Esta ação tem por objetivo aumentar a resiliência do território da RNPB em termos hídricos. A sua concretização teria benefícios muito significativos, não só para a reserva natural como também para a Reserva da Biosfera e para o território. Com a sua implementação a quantidade de água nas valas da Reserva da Biosfera, que drenam para reserva natural, poderia ser mantida de forma permanente mesmo no verão, com benefícios significativos para a biodiversidade e para a agricultura. A concretização desta medida trará benefícios evidentes em termos ambientais, mas principalmente económicos nesta região agrícola e beneficiará a reserva natural, e a visitação, pelo que pode, e deve, ser enquadrada numa perspetiva holística, no âmbito dos objetivos do plano de cogestão.</p>				
<b>Enquadramento ODS:</b> [6] [8] [12] [13] [14] [15] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [11], [12], [13], [14]				
<b>Estimativa de custo:</b> 100 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Portugal 2030, Águas do Ribatejo, Fundos próprios e outros		
<b>Coordenação:</b> CMTN/CMG		<b>Principais Parceiros:</b> ICNF/ONGATEJO/APA		
<b>Prioridade:</b> Média	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2027
			20	26

Tabela 74- Ficha de ação específica D.1.1.1.

<b>EIXO D – GESTÃO DOS NÍVEIS HÍDRICOS- MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b>				
<b>Área-chave 1:</b> Gestão hidrológica				
<b>Medida 1:</b> Aumentar a resiliência do território da RNPB e áreas envolventes em termos hidrológicos				
<b>Identificação da ação:</b> D.1.1.2.				
<b>Designação da ação:</b> Recuperação e operacionalização de comportas hidráulicas ( <i>portas d' água</i> )				
<p><b>Resumo:</b> A ação tem como objetivo recuperar a funcionalidade de três comportas hidráulicas, situadas no valadão, em Área de Proteção Total da RNPB, propriedade do Estado Português, no concelho da Golegã, freguesia da Azinhaga. Estas estruturas hidráulicas têm a seguinte designação e finalidade: a maior, mais a sul, o <i>bombão</i>, situada no final da principal vala de drenagem da RNPB, a vala real, através da vala da sangria, estabelece a ligação com o rio Almonda; as <i>portas do meio</i>, que drenam para terrenos do Estado; as <i>portas do rio</i> que drenam diretamente para o rio Almonda. Estas três comportas foram recuperadas na última década do século passado e o seu funcionamento permite regular de forma eficaz a área alagada dentro da Área de Proteção Total, estendendo-se para Áreas de Proteção Parcial. Para além da importância da regulação hídrica funcionam também como uma reserva estratégica de água numa região em que domina a agricultura de regadio. Como tal, a sua recuperação teria também importantes benefícios no reabastecimento dos lençóis freáticos, com repercussões positivas para a principal atividade económica da região e, como tal, deveria ser enquadrada no âmbito dos objetivos subjacentes ao plano de cogestão.</p>				
<b>Enquadramento ODS:</b> [6] [8] [12] [13] [14] [15] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [14]				
<b>Estimativa de custo:</b> 150 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental, Portugal 2030		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG/ONGATEJO/APA		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Prazo de execução:</b>	2024	2025	2027

Tabela 75- Ficha de ação específica D.1.1.2.

<b>EIXO D - GESTÃO DOS NIVEIS HÍDRICOS- MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b>				
<b>Área-chave 2:</b> Controle e remoção de espécies exóticas				
<b>Medida 1:</b> Diminuição das ameaças à biodiversidade				
<b>Identificação da ação:</b> D.2.1.1.				
<b>Designação da ação:</b> Controlo e remoção do jacinto de água				
<b>Resumo:</b> O jacinto de água ( <i>Eichornia crassipes</i> ) é uma espécie exótica infestante que causa grandes danos no ecossistema. A sua irradicação é muito difícil, considerando que, ainda que seja possível eliminar totalmente as plantas existentes na reserva natural, existe sempre o risco da área ser novamente infestada com plantas vindas de montante através do rio Almonda. Atualmente a reserva natural está infestada com esta planta com graves danos para os ecossistemas presentes. Deverá ser definido e implementado um plano para o seu controle em articulação com todas as entidades que integram a Comissão de Cogestão e com outros atores intervenientes na gestão do território.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [6]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [14] [15] [16]				
<b>Estimativa de custo:</b> 500 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental, Portugal 2030, outros		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 76- Ficha de ação específica D.2.1.1

<b>EIXO D - GESTÃO DOS NIVEIS HÍDRICOS- MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b>				
<b>Área-chave 2:</b> Controle e remoção de espécies exóticas				
<b>Medida 1:</b> Contribuir para a melhoria da gestão hidrológica do território				
<b>Identificação da ação:</b> D.2.1.2.				
<b>Designação da ação:</b> Regulamentação da pesca do lagostim da Louisiana				
<b>Resumo:</b> O objetivo desta ação é a regulamentação da pesca do lagostim vermelho da Louisiana, uma espécie exótica invasora com elevado potencial económico. A regulamentação desta atividade contribuiria para o controle desta espécie, que causa grandes danos na biodiversidade, ao mesmo tempo que proporcionava uma importante fonte de rendimento para as populações locais, contribuindo assim para os objetivos inerentes ao plano de cogestão.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [8] [14] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [11] [12] [15] [16]				
<b>Montante de investimento:</b> 500 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo próprios		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG/ONGATEJO		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 77- Ficha de ação específica D.2.1.2.

<b>EIXO D - GESTÃO DOS NÍVEIS HÍDRICOS- MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b>				
<b>Área-chave 2:</b> Controle e remoção de espécies exóticas				
<b>Medida 1:</b> Diminuição das ameaças à biodiversidade				
<b>Identificação da ação:</b> D.2.1.3.				
<b>Designação da ação:</b> Realização de estudos sobre espécies exóticas infestantes e invasivas				
<b>Resumo:</b> O objetivo desta ação é a identificação de espécies, da flora e da fauna exóticas invasivas, presentes na RNPB, que possam, potencialmente, contribuir para diminuição da biodiversidade ou que possam constituir uma ameaça para as espécies autóctones.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [6] [13] [15]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [14] [15]				
<b>Estimativa de custo:</b> 5000€		<b>Financiador potencial:</b> Fundo próprios		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG/IPT		
<b>Prioridade:</b> Baixa	<b>Previsão de execução</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 78- Ficha de ação específica D.2.1.3.

<b>EIXO D - GESTÃO DOS NÍVEIS HÍDRICOS- MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b>				
<b>Área-chave 3:</b> Recuperação de habitats e espécies				
<b>Medida 1:</b> Recuperação e reconversão de habitats				
<b>Identificação da ação:</b> D.3.1.1.				
<b>Designação da ação:</b> Aquisição de terrenos para aumentar a área permanentemente alagada				
<b>Resumo:</b> Entre as medidas de minimização de alterações climáticas e consolidação do ecossistema do Paul do Boquilobo, a aquisição de terrenos, pelo Estado Português na Área de Proteção Total (cerca de 28 hectares), de modo a permitir uma gestão eficiente nos níveis hídricos deverão ainda ser adquirido pretende-se algumas em regime Áreas de Proteção Parcial (cerca de 40 hectares), periodicamente alagadas. Esta aquisição contribuiria para uma multiplicidade de funções: gestão e recarga do aquífero, amortecimento dos impactos das cheias, o sequestro de carbono, a valorização dos usos recreativos e promoção da conservação da natureza. Considerando que o trilho de descoberta da natureza se desenvolve ao longo desta área e que a aquisição destes terrenos, bem como a sua afetação efetiva para a conservação da natureza, melhorando simultaneamente as condições e apetência para a visita, esta aquisição contribuiria para que o Estado ficasse na posse de todos os terrenos onde se desenvolve esse trilho.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [6] [8] [13] [14] [15] [17]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [2], [4], [12], [14]				
<b>Estimativa de custo:</b> 500 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo Ambiental, Portugal 2030, Mecenato		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN/CMG		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 79- Ficha de ação específica D.3.1.1

<b>EIXO D - GESTÃO DOS NIVEIS HÍDRICOS- MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b>				
<b>Área-chave 3:</b> Recuperação de habitats e espécies				
<b>Medida 2:</b> Recuperação e reconversão de habitats				
<b>Identificação da ação:</b> D.3.1.2.				
<b>Designação da ação:</b> Valorização e proteção de charco temporários e criação de novo charco				
<b>Resumo:</b> A perda de biodiversidade é uma das principais ameaças com que nos deparamos nos últimos anos. Os charcos temporários são habitats incluídos no anexo B-I (habitat 3170 <i>Charcos temporários mediterrânicos</i> ), do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua atual redação. Na reserva natural existem dois pequenos charcos temporários que podem ser enquadrados nesta tipologia e que têm um elevado valor conservacionista, em especial por constituírem local de reprodução de diversas espécies de anfíbios. Num desses charcos regista-se a presença da estrela dos charcos ( <i>Damasonium borgaei</i> ), uma espécie considerado <i>em perigo</i> no Livro Vermelho da Flora de Portugal e que, para além da estação do Paul do Boquilobo, apenas está registada num outro local em território nacional A implementação de medidas de salvaguarda destes dois pequenos charcos temporários reveste-se maior importância. Importa avaliar a existência de outros habitats que necessitem de intervenção e possam ser enquadrados nesta medida.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [6] [13] [14] [15]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [2] [45]				
<b>Estimativa de custo:</b> 10 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo próprios + Mecenato		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> CMTN, CMG/ ONGATEJO/ 30por1linha		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução.</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 80- Ficha de ação específica D.3.1.2.

<b>EIXO D - GESTÃO DOS NIVEIS HÍDRICOS- MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b>				
<b>Área-chave 3:</b> Recuperação de habitats e espécies				
<b>Medida 2:</b> Conservação e valorização de espécies				
<b>Identificação da ação:</b> D.3.2.1.				
<b>Designação da ação:</b> Monitorização regular de espécies autóctones				
<b>Resumo:</b> A monitorização regular das espécies autóctones é fundamental para o conhecimento dos valores naturais e da sua evolução, com vista a estabelecer medidas para a sua proteção. Mas pode também ser uma importante ferramenta para a sensibilização e informação dos cidadãos através do seu envolvimento em projeto de ciência cidadã, como por exemplo censo de borboletas diurnas, ou anilhagem regular de aves selvagens, atividades que estão inseridas em projetos europeus.				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [5] [13] [15]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [4] [14] [15]				
<b>Estimativa de custo:</b> 5 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo próprios		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> IPT/ 30por1linha		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026 2027

Tabela 81- Ficha de ação específica D.3.2.1.

<b>EIXO D - GESTÃO DOS NIVEIS HÍDRICOS- MINIMIZAÇÃO DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b>				
<b>Área-chave 3:</b> Recuperação de habitats e espécies				
<b>Medida 2:</b> Conservação e valorização de espécies				
<b>Identificação da ação:</b> D.3.2.2.				
<b>Designação da ação:</b> Recuperação e reintrodução de espécies ameaçadas ou desaparecidas				
<b>Resumo:</b> A recuperação de espécies, da fauna e flora, que têm populações reduzidas ou ameaçadas na RNPB, e a eventual reintrodução de espécies desaparecidas, para além dos óbvios benefícios em termos de conservação e incremento dos valores naturais, deve servir para a sensibilização e envolvimento dos cidadãos e das comunidades locais, responsabilizando-as através da sua participação nessas iniciativas				
<b>Enquadramento ODS:</b> [4] [6] [13] [15]				
<b>Indicadores de realização, segundo a Portaria n.º 67/2021:</b> [3] [14] [15]				
<b>Estimativa de custo:</b> 150 000 €		<b>Financiador potencial:</b> Fundo próprios + Outros		
<b>Coordenação:</b> ICNF		<b>Principais Parceiros:</b> IPT/ 30por1linha		
<b>Prioridade:</b> Alta	<b>Previsão de execução:</b>	2024	2025	2026
				2027

Tabela 82-Ficha de ação específica D.3.2.2.